ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

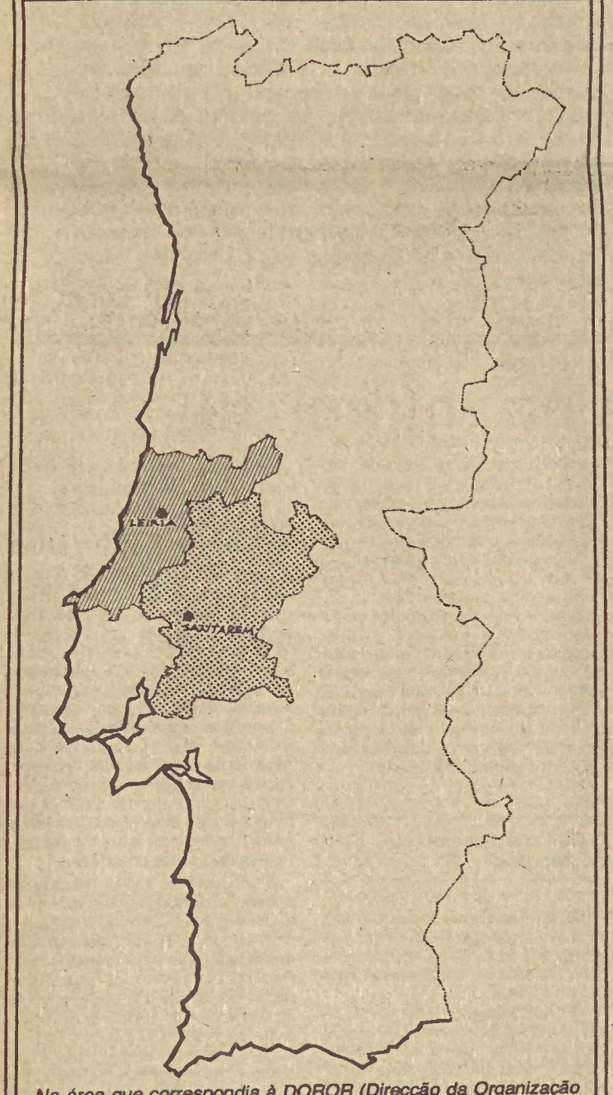
Ano 48 — Série VII — N.º 261
25 de Janeiro de 1979

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, Lisboa 4 – Tel. 76 97 25 – Telex 13411 – Composição e Impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – CDL, R. Pedro Nunes, 9-A, Lisboa 1 – Tels. 76 97 44-76 97 51

O camarada Álvaro Cunhal estará em Coimbra, no dia 27, numa sessão de esclarecimento, às 21 horas, no Pavilhão do Palmeiras



Na área que correspondia à DOROR (Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo) passam a existir a DORSA (Direcção da Organização Regional de Santarém) e a DORLEI (Direcção da Organização Regional de Leiria)

A MAIOR JORNADA DE SEMPRE EM APOIO DA REFORMA AGRÁRIA

Pag. 9

Na Sorefame como em milhares de outras empresas, os trabalhadores manifestaram o seu apoio às grandes jornadas de apoio à Reforma Agrária

AÇORES MADEIRA

A verdade sobre a situação nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira narrada no «Avante!» por camaradas que trabalham nos arquipélagos

Pag. 6

ARISTIDES PEREIRA VISITA PORTUGAL

O camarada Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde e secretário-geral do PAIGC, quando usava da palavra na Assembleia da República Portuguesa

Duas novas Organizações Regionais

Entrevista com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

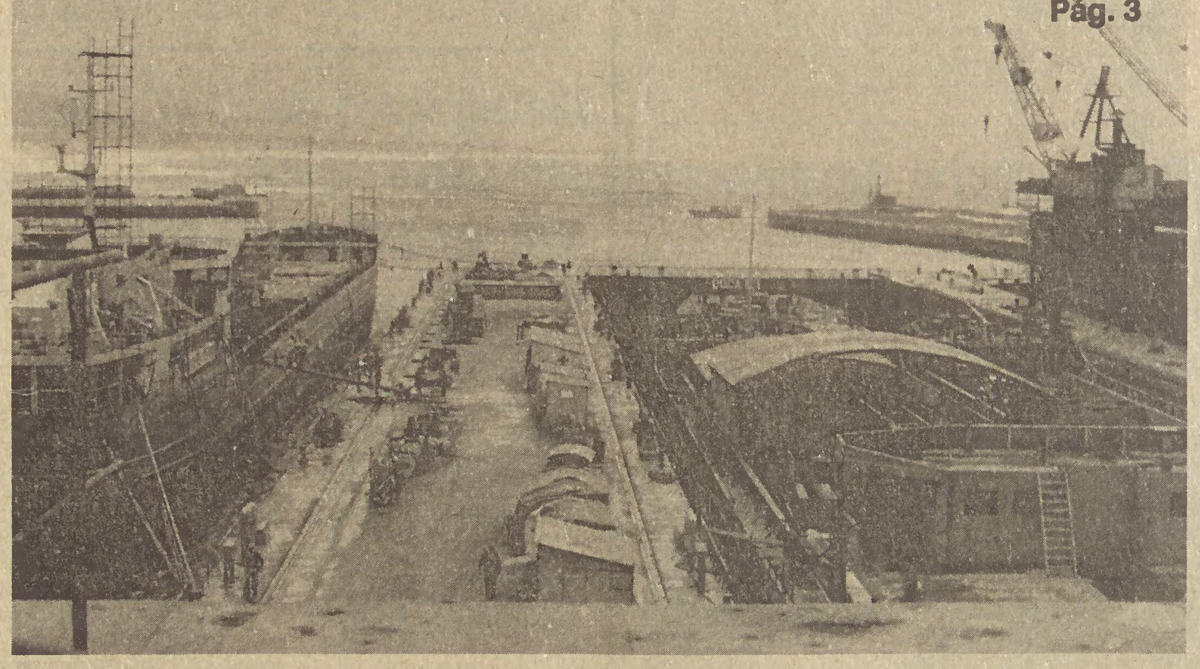
Pag. 7

As experiências dos VI, VII e VIII Congressos do PCP

Pag. 10

Avante! ouve os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo

Pág. 3



Viva a 'democracia' ...da UGT!

O desprezo frontal pelos mais elementares preceitos democráticos presidirá, segundo um dirigente dos Escritórios de Lisboa, ao «Congresso» constituinte da UGT:

O I Congresso da UGT vai decorrer sob certos concionalismos, reconheceu o nosso entrevistado. Para começar, não foi aprovado, previamente, um regulamento eleitoral e os delegados que nele vão participar serão nomeados pelos sindicatos que já fizeram referendos ou, com o estatuto de observador, por direcções sindicais que concordam com os princípios da UGT mas não estão filiados.

Além disso, haverá delegados designados pelas tendências sindicais que apoiam a UGT (PS e PSD) considerando-se que estes últimos representam as filiações feitas individualmente.

Pag. 5

Editorial **PELA CONCRETIZAÇÃO DE OBJECTIVOS ESSENCIAIS IMEDIATOS**

Editorial

PELA CONCRETIZAÇÃO DE OBJECTIVOS ESSENCIAIS IMEDIATOS

As greves, paralisações e concentrações impressionantes do dia de ontem em todo o país representaram uma resoluta condenação da política do governo actual.

O governo Mota Pinto/PSD assume-se cada vez mais, a nível do Poder, como um instrumento declarado dos monopólios e das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa. "É – como se dizia no último comunicado do CC do PCP ao país – um governo do patronato reaccionário, antipopular, sem maioria parlamentar, sem qualquer correspondência com a vontade do povo expressa nas eleições para a Assembleia da República".

Os democratas e patriotas portugueses que na noite de segunda-feira última ouviram a comunicação do Primeiro-Ministro ao país, devem ter, com espanto, sob reminiscências de um passado que o 25 de Abril enterrou, formulado a si próprios a pergunta: "onde é que eu já ouvi isto?".

De facto era uma estranha voz do passado, uma fraseologia desenterrada do 24 de Abril, a que os portugueses ouviram aos microfones da RTP e da RDP ou viram reproduzida na imprensa no dia seguinte.

O Primeiro-Ministro abordou a grave crise que o país atravessa sob a óptica dos interesses do grande capital português e estrangeiro; discorreu sobre ela com a uma limitada mentalidade de classe; iludiu responsabilidades; apontou caminhos e intenções de prática política que não se ajustam nem servem às realidades institucionais da democracia portuguesa nem às grandes transformações económicas e sociais saídas da Revolução de Abril.

Para o prof. Mota Pinto os grandes responsáveis do nosso atraso económico são os trabalhadores; os grandes buracos na economia e nas finanças do país são o sector público e nacionalizado e o sector cooperativo da zona de intervenção da Reforma Agrária. A privilegiação e defesa dos interesses privados, eis a grande opção política de classe do governo Mota Pinto.

O Primeiro-Ministro ameaça abertamente direitos inalienáveis dos trabalhadores, consagrados na Constituição, arremete contra os seus organismos específicos de classe – as Comissões de Trabalhadores – e a sua acção responsável, a que ele chama de "malefícios de poderes paralelos das comissões de tipo anarquizante".

Procura dourar a ilegalidade e a violência dos métodos repressivos postos em prática pelo seu governo sob o nome eufemístico de "acatamento coercivo da legalidade".

Mota Pinto não poupa o PS, que o deixou passar com a sua vergonhosa abstenção na Assembleia da República, quanto à responsabilidade maior que tem nos males que afligem Portugal no momento presente – posição a que não falta inegável fundamento –, mas passa como gato pelas brasas por cima das responsabilidades do partido sobre que se apoia e mais o apoia no governo – o PPD – e do CDS na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos governos de Mário Soares, que está no âmago da crise, silenciando o facto de ele próprio, Mota Pinto, ter feito parte do governo do PS nos últimos 10 meses da sua vigência e hoje, no seu próprio governo, prosseguir as linhas mestras da política dos governos anteriores.

Ontem, centenas de milhares de trabalhadores, de democratas e patriotas de condições sociais e formações políticas diversas deram por todo o país uma vigorosa resposta à política reaccionária do governo Mota Pinto/PPD e às suas tentativas de destruição da Reforma Agrária, prelúdio de operações mais vastas que visam a liquidação do próprio regime democrático.

O povo português mostrou ontem, de novo, nas ruas, nas fábricas e nos campos, que tem, no quadro das instituições e do regime, forças bastantes para pôr um travão aos desígnios do governo Mota Pinto/PPD e do leque de forças reaccionárias que o apoiam e sustentam dentro e fora do país.

☆ ☆ ☆

Esse travão passa pela concretização dos objectivos essenciais definidos no comunicado do Comité Central para a defesa da democracia e da independência nacional através da luta, da actividade, do trabalho, da intervenção construtiva de todos os trabalhadores, de todos os democratas e patriotas no momento presente.

O primeiro desses objectivos essenciais, é o respeito pela Constituição, pelas instituições e pela legalidade democrática. O governo Mota Pinto/PPD é o mais flagrante contraventor da Constituição mas não pode ignorar-se a vasta operação que está em curso para a revisão inconstitucional da nossa lei fundamental, orquestrada por todos os quadrantes da reacção.

Sá Carneiro, o chefe do PPD, e Lucas Pires, um ultra do CDS, dirigem o coro reaccionário para a revisão inconstitucional da Constituição onde a voz cheia de ódio à democracia do multimilionário fascista Champalimaud se mistura estranhamente com a do dirigente da ala direita do PS Jaime Gama.

O segundo objectivo é a defesa da unidade nacional e da integridade territorial. Nos territórios das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores os separatistas activados pelos agentes do imperialismo norte-americano, organizam-se e conspiram para arrancar da Pátria portuguesa terras e gentes que nela estão, nela querem ficar e nela ficarão.

O terceiro objectivo apontado pelo CC do PCP é a defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias da população. Mota Pinto na sua comunicação de segunda-feira ao país nada promete mas ameaça. Anunciando um corte de 23 milhões de contos nas despesas do Estado em 1979 o Primeiro-Ministro diz claramente que será uma medida "dolorosa e impopular" o que significa o apertar ainda mais do cinto aos trabalhadores.

O Primeiro-Ministro passa em claro o facto de mais de 1 400 000 trabalhadores aguardarem há meses a actualização da contratação colectiva e sofrerem cada vez mais as consequências da crescente degradação do seu poder de compra enquanto que milhares de outros aguardam o pagamento de salários atrasados numa situação de acrescida exploração e de prática indigência.

O quarto objectivo essencial é o respeito pelas grandes transformações democráticas e progressistas realizadas após o 25 de Abril e consagradas na Constituição; a grandiosa jornada de solidariedade à Reforma Agrária que ontem mobilizou centenas de milhares de portugueses constituiu uma poderosa afirmação da determinação do povo português de defender a mais bela conquista dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

Na comunicação do Primeiro-Ministro as empresas nacionalizadas são objecto do seu desamor e hostilidade ao passo que o sector privado nos propósitos de "relançamento da confiança da iniciativa privada de que o País necessita como de pão para a boca" é claramente privilegiado.

O controlo de gestão é outro dos direitos mais significativos conquistados pelos trabalhadores depois da Revolução de Abril. Na linha do seu ódio às grandes transformações democráticas, o Primeiro-Ministro desfere os seus ataques ao controlo de gestão pelos trabalhadores classificando-o de "engrenagem que impede a eficiência da ordem executiva até à intimidação e ao insulto".

O quinto objectivo é a política económica e financeira tendo como objectivo a efectiva recuperação económica e o desenvolvimento democrático da economia nacional para o bem do povo português e para a garantia da independência nacional. Mota Pinto na sua comunicação diz que "o governo assumirá uma política desenvolvimentista". Trata-se de uma evidente hipocrisia sabendo-se, como se sabe, que os ruinosos acordos com o FMI assentam num compromisso de redução forçada do ritmo do nosso desenvolvimento económico e que a adesão à CEE na qual "o Governo está vivamente interessado" e para a qual "promove aceleradamente a recuperação na estrutura dos serviços e nas actuações imediatas", agravaria ainda numa escala inconcebível o grau de submissão da nossa economia ao capital estrangeiro e ao imperialismo.

O sexto objectivo consiste numa política externa de independência nacional e brio patriótico. A crescente integração de Portugal nos planos agressivos da NATO, a arrogância com que os generais estrangeiros interferem na direcção das nossas Forças Armadas, donde brotou a iniciativa libertadora do 25 de Abril, são intoleráveis para os sentimentos patrióticos e os interesses nacionais do nosso povo. Portugal não é uma colónia nem uma caserna dos Estados Unidos, da RFA ou da França. É um país independente cioso da sua liberdade.

O sétimo objectivo é a realização de eleições segundo os princípios democráticos consagrados na Constituição. O Comité Central do PCP denunciou o carácter antipopular do governo Mota Pinto, a sua falta de base parlamentar maioritária e o seu desenraizamento do povo. O governo de Mota Pinto/PPD não pode durar até 1980 e não pode assegurar com isenção a realização de qualquer acto eleitoral numa base democrática. A lei eleitoral que o governo se prepara para apresentar na Assembleia da República será certamente um projecto reaccionário para favorecer a direita, o qual não poderá deixar de exigir o entendimento entre socialistas e comunistas para fazer aprovar uma lei eleitoral que respeite a vontade popular democraticamente expressa.

Finalmente, o outro objectivo apontado pelo Comité Central é a rigorosa observância dos termos dos limites e dos processos indicados na própria Constituição para a revisão constitucional, a que atrás já fizemos referência.

☆ ☆ ☆

A concretização destes objectivos essenciais deve ser colocada na linha de preocupações imediatas de todos os democratas e patriotas. Para ela deverão voltar-se a iniciativa e a capacidade realizadora dos comunistas.

Estudar as condições particulares de aplicação das directrizes do Comité Central; observar a especificidade de cada sector de actividade; coordenar e unificar as diversas frentes de luta; atrair, organizar e mobilizar as massas populares em torno desses objectivos essenciais; continuar actuando na Assembleia da República e junto dos outros órgãos de soberania; intervir construtivamente na solução dos problemas nacionais, são exigências que garantirão a defesa e consolidação do Portugal de Abril contra os manejos e conluios dos seus inimigos.

A comunicação do Primeiro-Ministro

Na passada terça-feira, e a propósito da comunicação ao País feita na véspera pelo prof. Mota Pinto, um porta-voz da SIP do PCP divulgou aos órgãos de comunicação o seguinte comentário:

«A Direcção do PCP terá ocasião de analisar devidamente a comunicação do Primeiro-Ministro.

«Numa primeira apreciação podemos desde já sublinhar que a comunicação do Primeiro-Ministro confirma em absoluto a caracterização feita na sua recente reunião pelo Comité Central do PCP e justifica plenamente as prevenções então apresentadas quanto aos graves perigos que a actuação e os planos deste Governo fazem pairar sobre a democracia portuguesa.

«A demagogia e hipocrisia contidas na comunicação do Primeiro-Ministro não chegam para disfarçar que, efectivamente, tal como sublinhou o CC do PCP, o que inspira toda a actividade do Governo Mota Pinto/PPD é o propósito deliberado de:

«– intensificar a exploração dos trabalhadores, agravar as condições de vida de toda a população laboriosa e acelerar a ruína das próprias classes médias;

«– prosseguir e agravar a ofensiva contra as grandes transformações democráticas realizadas após o 25 de Abril;

«– restaurar o poder económico e político dos monopolistas e agrários;

«– violar e ofender os legítimos direitos dos trabalhadores e restringir e tentar sufocar a vida democrática do País;

«– impor autoritariamente no aparelho de Estado e na comunicação social uma política de intolerância e perseguição política;

«– sujeitar os interesses de Portugal e as aspirações dos portugueses às conveniências e pressões do imperialismo estrangeiro.

«A comunicação do Primeiro-Ministro mostrou bem que os planos do seu Governo coincidem inteiramente com os objectivos apontados pelos partidos reaccionários – PPD-CDS-PPM-MIRN-PDC – e pelas organizações do grande patronado reaccionário que só tem para oferecer ao País uma política de ódio e destruição voltada contra o regime democrático e as suas conquistas.»

As desintervenções na Imprensa

No passado dia 19, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

«1. A recente decisão do Conselho de Ministros que, entre outras, determinou a desintervenção do Estado nas empresas de «O Comércio do Porto» e do «Jornal de Notícias» envolve alguns aspectos que importa desde já considerar, tendo em conta a ofensiva reaccionária em curso contra o sector público da comunicação social.

2. O PCP salienta que na sua reunião de 28.12.78 o CI para a Imprensa deliberou «manifestar publicamente que, de acordo com o princípio que inspira a alínea d) do Art.º 50 da Lei 78/77, **seja um objecto de parecer prévio do CI para a Imprensa, eventuais casos futuros que envolvam alterações na situação dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico»**.

Nestes termos, a decisão do Conselho de Ministros, **que não foi antecedida de qualquer parecer prévio do CI para a Imprensa**, representa uma afronta directa àquele órgão e confirma que o Governo e o seu ministro da Comunicação Social insistem em manifestar um arrogante, mas intolerável, desprezo pelas decisões dos Conselhos de Informação.

3. **Como já é do conhecimento público, a esmagadora maioria do capital social das empresas de «O Comércio do Porto» e do «Jornal de Notícias» pertence ao Estado, à Banca nacionalizada ou a empresas controladas pelo Estado.**

O facto de um porta-voz do Ministério da Comunicação Social ter disparatadamente afirmado que aquelas empresas «passam a ser empresas de capital misto **no sector privado**» (!!!), podendo indicar quais os planos e intenções do MCS, não pode, no entanto, alterar duas realidades fundamentais:

— qualquer **eventual projecto de alienação das participações do Estado** ou da Banca ou de empresas controladas pelo Estado com vista a assegurar o controlo de «O Comércio do Porto» e do «Jornal de Notícias» pelo capital privado **é manifestamente ilegal e inconstitucional;**

— as empresas de «O Comércio do Porto» e do «Jornal de Notícias» **continuarão claramente abrangidas pelas actividade do Conselho de Informação para a Imprensa**, a quem cabe, nos termos do Art.º 4.º da Lei 78/77, «assegurar a independência perante o Governo e a Administração Pública, dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado ou **a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico»**.

4. No quadro da sua firme intervenção em defesa da liberdade de expressão e de informação e contra o assalto reaccionário à comunicação social do Estado, o PCP combaterá vivamente todas as manobras que visem subtrair dois importantes órgãos de Informação do Norte do País ao controlo democrático consagrado na Constituição».

O PCP e a Assembleia da República

No dia 18, outra nota da SIP afirmava, a propósito de algumas interpretações incorrectas das conclusões da última reunião do CC do PCP:

«1. Na sua edição de 17.1.79 e a propósito da recente reunião do CC do PCP, o «Diário de Notícias» inseriu como principal título de 1.ª página uma frase — «A Dissolução do Parlamento Pedida Pelo Partido Comunista» — que obviamente não exprime com exactidão o conteúdo global e essencial da posição manifestada pelo CC do PCP.

Entretanto, com origem neste facto, têm chegado ao PCP diversos pedidos de esclarecimento.

2. Neste sentido, e para atalhar à provável repetição de velhas falsificações e calúnias reaccionárias, a SIP do PCP esclarece que o Comité Central do PCP considerou sim que «dada a situação existente, **a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República seria a solução mais adequada para a crise de governo que realmente continua a existir»**, **o que**, como é sabido e resulta dos próprios mecanismos constitucionais (Art.º 175.º), implica a dissolução da Assembleia da República

3. Ao mesmo tempo chama-se a atenção para que, no documento aprovado pelo Comité Central do PCP em 15.1.79, é expressamente destacado que «a Assembleia da República tem um importante papel na formação, aprovação do Programa e fiscalização da actuação do governo», sublinhando-se ainda com vigor que **«a Assembleia, na composição actual (dada a existência duma maioria PS-PCP), poderia ter uma intervenção decisiva para impedir o prosseguimento da actuação inconstitucional do Governo Mota Pinto».**

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Central:** Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 – Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

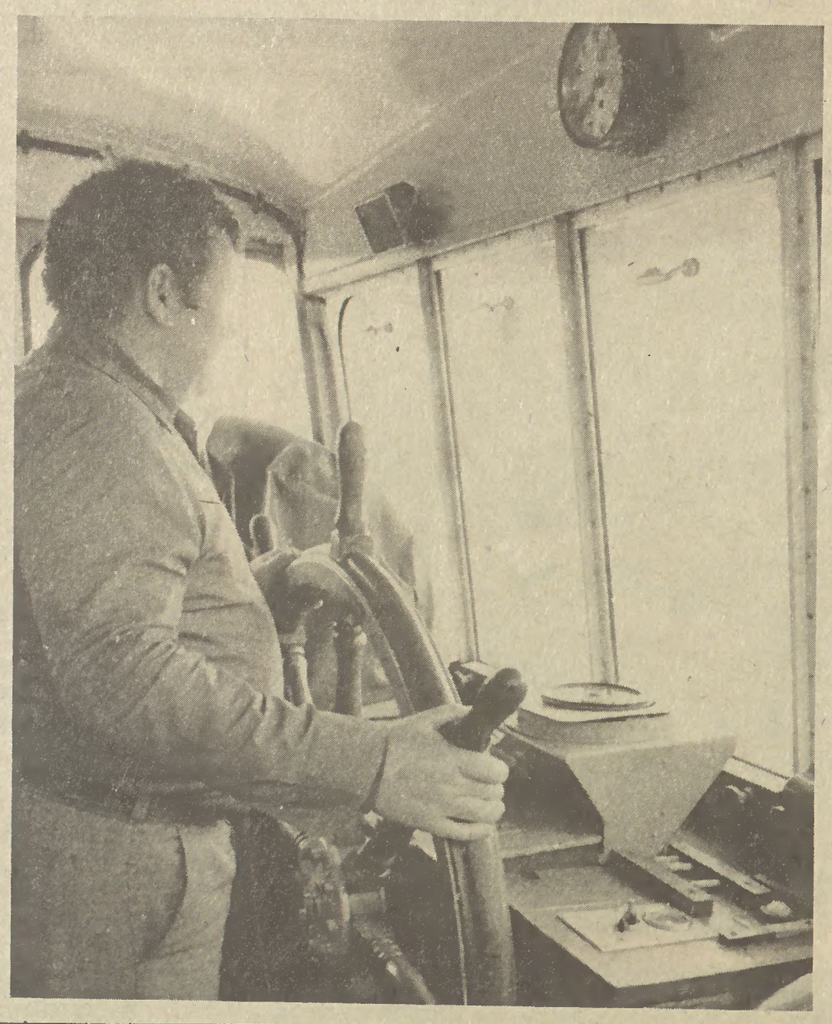
ASSINATURAS:

CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1 Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. **Composto e Impresso na Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro: 76 600



Delegação da UJC/UEC em visita à Itália até ao próximo sábado

Encontra-se em Itália, a convite da Federação da Juventude Comunista (FGCI), uma delegação oficial das organizações da Juventude Comunista Portuguesa – União da Juventude Comunista (UJC) e União dos Estudantes Comunistas (UEC) – que visita aquele país até ao próximo dia 27.

A delegação é composta pelos camaradas Horácio Rufino, da Comissão Executiva da CC da UJC, João Leal, do Secretariado da CC da UEC e Emídio Cadima, da Secção Internacional da UJC/UEC.

Os representantes da Juventude Comunista Portuguesa efectuam encontros com dirigentes e organizações da FGCI e visitam as regiões de Milão, Bolonha e Roma.

Esta visita tem como objectivos principais a informação sobre a situação da juventude italiana bem como das tarefas da FGCI no presente momento e a troca de opiniões acerca de questões do movimento juvenil internacional. A visita constituirá ainda uma importante ocasião para o aprofundamento das relações de cooperação e amizade entre as organizações da juventude comunista dos dois países e um contributo para o reforço do intercâmbio e conhecimento mútuo entre as juventudes de Portugal e Itália.

Festa da Primavera

A Festa da Primavera já se encontra em preparação pela Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA). Vai ser nos dias 23, 24 e 25 de Março, nas instalações da Feira do Ribatejo. Exposições, *stands* de artesanato, comes e bebes, canto livre, sessões políticas serão algumas das iniciativas a apresentar pelos comunistas a todos os que em Santarém visitarem a Festa.

Rádio Moscovo transmite para Portugal

3 vezes por dia

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

O «Avante!» nos Estaleiros de Viana

São necessárias medidas urgentes para ultrapassar as graves dificuldades

Os 1 900 trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo vêem com apreensão o futuro próximo da empresa, a mais importante do distrito, que se encontra a braços com uma grave situação financeira e corre sérios riscos de reduzir consideravelmente a sua produção, caso o Governo não tome medidas adequadas, a curto prazo, para a melhoria da sua carteira de encomendas. Como mais uma vez salientaram trabalhadores contactados pelo «Avante!», tal só será possível através da renovação das nossas frotas pesqueira e da marinha mercante e do estabelecimento e reforço das nossas relações comerciais com os países socialistas e com os novos países de língua portuguesa.

Vocês estão em crise. Nós também. Estas palavras de um representante de um país capitalista, contactado recentemente por trabalhadores do sector da Construção Naval, são significativas. Traduzem a situação crítica da Construção Naval nos países onde reina a exploração do homem pelo homem. Simultaneamente, apontam duas vias para a superação das dificuldades actuais do sector: apoio no mercado interno; reforço dos contactos com os países socialistas e com Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com Cabo Verde e S. Tomé.

Actualmente, encontram-se na fase de acabamento três barcos encomendados pela União Soviética e um pela Itália, enquanto um outro também para este país se encontra em fase adiantada de construção. Por último, a carteira de encomendas regista ainda dois pequenos arrastões, de 50 metros, que serão exportados para a Islândia. Para se avaliar a gravidade da situação, refira-se que, até aos princípios do último trimestre deste ano, deverão estar entregues encomendas no valor de dois milhões de contos, quando o valor total das encomendas em carteira orça pelos dois milhões e quinhentos mil contos.

Se a União Soviética não tivesse encomendado os quatro barcos, há muito que os ENVC estariam praticamente paralisados. Esta a opinião unânime dos trabalhadores com quem contactámos. Na verdade, são enormes os efeitos positivos provocados por esta demonstração de autêntica solidariedade revelada pela URSS, concretizando um negócio em condições mutuamente vantajosas com uma empresa nacionalizada, que estava (pode dizer-se está) a ser vítima de uma clara tentativa de asfixia económica. Por isso, foi com alegria que os nossos interlocutores nos informaram da partida do «Leninsky Konsomol», para a União Soviética, depois de ter estado sujeito a diversas provas de mar em Setúbal.

«Queremos encomendas e não subsídios»

Com múltiplas provas dadas de elevada capacidade técnica e de um apurado sentido da responsabilidade, os trabalhadores dos ENVC não se têm poupado a esforços para contribuir para a superação das dificuldades sentidas pela empresa, derivadas da sua deficiente gestão antes do 25 de Abril, da crise sentida pelo mundo capitalista, do boicote que lhe tem sido feito após a nacionalização, e de um vasto conjunto de erros dos sucessivos governos da recuperação capitalista.

Daí que o pessoal dos ENVC não tivesse deixado de denunciar todas as situações que provocavam prejuízos para a empresa. Em meados do ano transacto, ergueram a sua voz para condenar a decisão do Conselho de Ministros, que impôs o cancelamento do contrato para a construção de dois petroleiros de 18 mil toneladas, encomendados pela Sacor-Marítima, destinados ao tráfego entre Sines e Cabo Ruivo. De uma penada, o Governo PS/CDS deitava a perder o trabalho de projecto das embarcações, que se prolongou por cerca de meio ano, e impedia mais de um ano de pleno emprego para os trabalhadores dos ENVC.

No âmbito da mesma política estreita e com nefastas consequências, aquele executivo PS/CDS impediu igualmente a concretização de acordos para a construção de dois navios de pesca de bacalhau para a «CENAVE» e não deu um passo para a concretização de uma encomenda de oito navios para a Polónia que, em troca, forneceria todo o equipamento para os dois petroleiros destinados à Sacor Marítima. **Era um negócio vantajoso e caso se concretizasse, não provocaria saída de divisas** — comentou, a propósito, um dos trabalhadores com quem falámos.

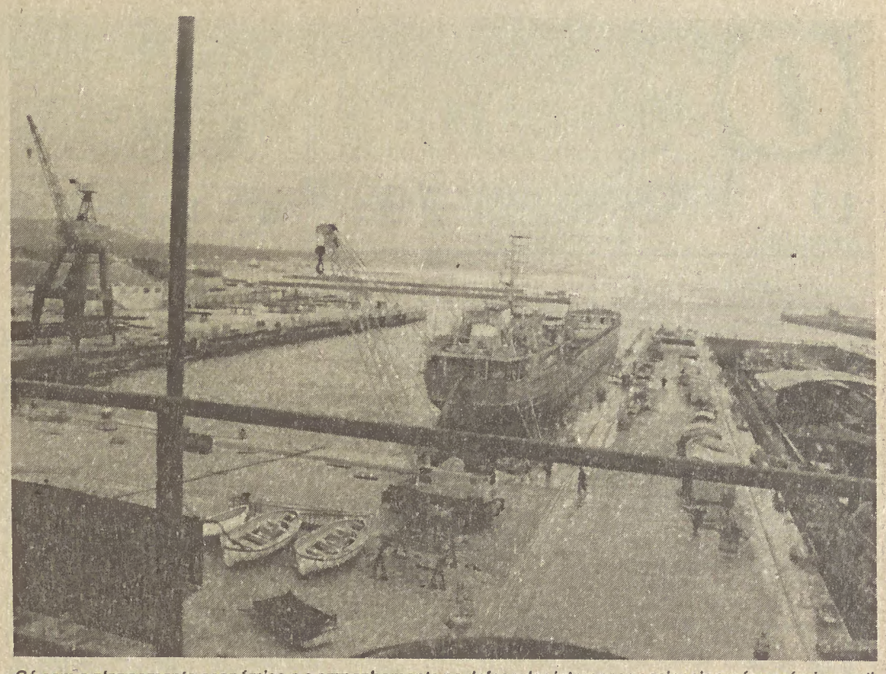
Queremos encomendas e não subsídios. É o pensamento unânime dos trabalhadores dos ENVC, conscientes da importância do papel a desempenhar pelo Governo. Infelizmente, desde o VI Governo não tem havido da parte dos membros do executivo qualquer interesse na ultrapassagem da actual situação. Ao contrário, os boicotes são múltiplos. Para lá de outros exemplos, os nossos interlocutores criticaram o atraso com que se tem desenrolado a formação das comissões previstas nos Acordos de Bissau com a República Popular de Angola, com incidência na concretização de negócios com aquele país, nomeadamente no sector da Construção Naval.

O Governo tem de se mexer

O sector da Construção Naval, além do papel importante que pode desempenhar para a diminuição do nosso défice da balança comercial e de ser uma boa fonte de divisas, pode também dar um impulso positivo ao desenvolvimento da nossa frota pesqueira e comercial, ajudando a diminuir a saída de divisas, actualmente dispendidas na importação de pescado e no pagamento de fretes de navios estrangeiros, utilizados para o transporte de inúmeras mercadorias importadas e a exportar.

Como diz o ditado popular: «palavras leva-as o vento». Os nossos interlocutores esperam que tal não suceda ao programa de renovação das nossas frotas mercante e da pesca, já divulgado em Setembro de 1977, que viria a ser abandonado pelo Gabinete PS/CDS. Entretanto, deterioram-se as condições de transporte da nossa Marinha Mercante: é por exemplo, irregular a ligação entre o Continente os Açores e Madeira.

A falta de trabalho que se virá a sentir, a breve trecho, nos estaleiros do estuário da foz do Rio Lima e noutros pode ser vencida; para tal — como nos frisou um dos trabalhadores com quem contactámos — **é necessário que o Governo se mexa. Os ENVC estão em condições para, num curto espaço de tempo, iniciar a construção dos dois petroleiros para a Sacor-Marítima. Por um lado, não se perderia o tempo e dinheiro já gastos com o projecto e, por outro, teríamos grantida a ocupação por alguns meses. É preciso lembrar os perigos derivados do transporte terrestre de produtos inflamáveis. Como ainda não há muito tempo recordaram técnicos, através da televisão, o transporte marítimo é mais aconselhável.**



Só com o planeamento económico e o empenhamento na defesa dos interesses nacionais será possível garantir o futuro dos Estaleiros Navais de Viana

Enquanto percorríamos as instalações dos estaleiros, onde se movimentavam operários nas mais diversas e, às vezes, perigosas tarefas, chegava até nós o ruído dos martelos, das chapas a serem moldadas, deparávamos com o trabalho dos soldadores e de outros trabalhadores empenhados na construção dos barcos. Na imensidão das instalações notava-se o labor, o interesse e a maestria daqueles homens, que combinam a sua aptidão com o poderio dos enormes guindastes, visíveis logo quando se avistam as primeiras casas de Viana.

Entretanto, ali nos estaleiros como noutras empresas, além do problema da carteira de encomendas, há um outro para o qual não foram tidos nem achados: as gravosas situações financeiras das respectivas unidades industriais, provocadas pela deficiente estrutura económica das empresas, por grosseiros erros de gestão e pelas imposições do FMI.

Só a nacionalização evitou a falência

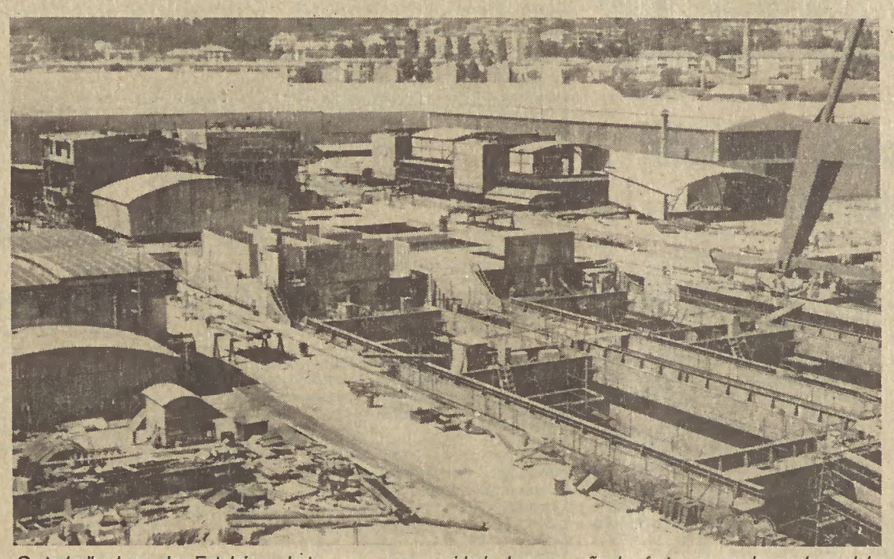
Em declarações recentes, um administrador dos ENVC foi peremptório: só a nacionalização conseguiu evitar a falência dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A propósito, citou o prejuízo de meio milhão de contos com a construção dos dois navios para a Noruega, provocados pela imposição da Administração do Banco do Fomento Nacional, em Março de 74, do respectivo pagamento ser feito em escudos.

É fácil comprovar a autenticidade deste prejuízo. Se o contrato tivesse sido concretizado em coroas norueguesas, atendendo à desvalorização do escudo nas datas em que foram efectuados os pagamentos, o lucro dos dois barcos teria sido de meio milhão de contos, o que teria importantes repercussões na situação financeira da empresa. Já agora, seria interessante saber onde está a mostrar a sua (in)capacidade de gestão os elementos responsáveis por tão ruinosa operação...

Após terem citado estas e outras situações, os nossos interlocutores manifestaram a sua preocupação pelos elevados encargos suportados pela empresa com o pagamento de juros. Esta verba, de 1975 para 1976 quadriplicou, rondando os 120 mil contos; aumentou quase cem mil contos em 77; registou uma ligeira diminuição no ano transacto (por ter sido bonificado o crédito à exportação, o que não sucederá em 77).

Denunciando a apropriação de parte da mais valia criada nas empresas, por parte da banca, um dos trabalhadores dos ENVC tirou do bolso do seu fato-macaco um interessante documento, onde estão registadas as evoluções sofridas nas taxas de juro praticadas pela banca. Segundo o documento, de 2 de Janeiro de 76 até 6 de Junho do ano transacto, a taxa de juro até 90 dias passou de 7,75% para 18,25%.

Fazem o mal e a caramunha. Cortam o crédito, encarecem-no, boicotam a nossa actividade e, depois, ainda têm «cara» para arengar acerca dos prejuízos das empresas, sublinhou o nosso interlocutor, acrescentando: **estamos dispostos — como o temos provado — a contribuir para a superação das dificuldades da nossa empresa e da economia nacional. Para tal, é necessária uma mudança radical nos princípios que têm (des)norteado a nossa vida económica. O caminho já está apontado. Basta haver quem dê a partida...**



Os trabalhadores dos Estaleiros alertam para a necessidade da renovação das frotas pesqueiras e da marinha mercante

Gestores da banca arruinam empresas do Norte

Está em curso um vasto plano para a reconstrução de grupos económicos poderosos, contando com o apoio e a intervenção abertos de Conselhos de Gestão da Banca, com o estímulo e conivência dos sucessivos governos da recuperação capitalista. O agravamento das condições de vida dos trabalhadores, as crescentes dificuldades das pequenas e médias empresas, o boicote ao sector nacionalizado e às empresas intervencionadas, cooperativas ou em autogestão estão directamente associados àquelas manobras e à ingerência do imperialismo e dos monopólios internacionais, através das imposições do Fundo Monetário Internacional, são factos que traduzem essa ofensiva.

Na passada sexta-feira, numerosos representantes de empresas em dificuldades económicas e dirigentes sindicais dos têxteis, químicos, electricistas, metalúrgicos e dos armazéns divulgaram informações que não só atestam a gravidade e o peso das dificuldades causadas às empresas pelos «pacotes» e pelo FMI, como também colocaram na ordem do dia, pela gravidade de algumas afirmações produzidas, a urgência de serem chamados à responsabilidade membros do Conselho de Gestão do Banco Português do Atlântico, cujo comportamento os identifica como simples moços de ordem dos Cupertinos, dos Mellos e de outros tubarões despojados do poder por Abril.

• «Os coveiros das empresas»

Com a viragem à direita operada a partir do VI Governo Provisório, as forças conservadoras e reaccionárias começaram a dar os primeiros passos no sentido de imporem a restituição dos privilégios àqueles que Abril havia apeado. Pelo seu papel importante no desenvolvimento económico e social, a banca nacionalizada foi um dos alvos daquela ofensiva. Para lá de, por várias formas, entravarem e sabotarem a aplicação de importantes medidas decididas após Março de 75, foram saneados e neutralizados técnicos e gestores competentes, interessados na efectiva colocação do sector ao serviço da reconstrução económica nacional.

Com o primeiro «pacote», em Fevereiro de 77, desapareceu (por completo a distinção relativa ao estatuto económico e jurídico das empresas beneficiárias do crédito. De facto, esta decisão acabou por lesar seriamente as empresas de todo o sector não capitalista da nossa economica que, apesar de não ter uma posição predominante, assumia um papel determianante a ter em conta para o seu relançamento.

Contrariando múltiplas tomadas de posição dos trabalhadores bancários e das forças progressistas, não foram adoptadas medidas para a coordenação e controlo efectivo do sector bancário. Muitas decisões dependem dos gestores das diversas instituições. Quantos deles antigos serventuários ou homens de mão dos antigos banqueiros. O boicote, o estrangulamento de muitas empresas foi e continua a ser feito por estes senhores, entre os quais se distinguem os actuais responsáveis pela gestão do BPA.

Coveiros de empresas, é o mínimo que se lhes pode chamar, recordava um dirigente sindical aos jornalistas presentes na Conferência de Imprensa realizada na União dos Sidicatos do Porto, na passada sexta-feira. Na verdade, além das dificuldades criadas pelo agravamento enorme das taxas de juro e despesas com o crédito, os trabalhadores e os responsáveis de inúmeras empresas são vítimas de autêntica chantagem da parte dos responsáveis do BPA e de outros bancos.

• Da ameaça ao boicote

Os frutos amargos do FMI, colhidos pelos gestores da banca e pelo Governo têm sido provados por centenas e centenas de trabalhadores, cujas empresas encerraram como foi o caso da «JC Rodrigues», **«Socotil»**, da **Fábrica de Tapetes Beiriz**, da **«Fertex»**, da **«Schiming»** e de tantas outras. Trata-se de empresas viáveis e, muitas vezes, com um papel importante no respectivo sector como é o caso da primeira, considerada a mais importante unidade fabril de componentes e máquinas para a indústria de calçado, agora falida por decisão judicial.

Não deixa de ser curiosa a posição assumida pela banca relativamente a esta unidade industrial de Vila Nova de Gaia. Primeiro, forneceu crédito, anos a fio, sem se interessar minimamente em saber onde e como era investido. Há meses, na sequência de inúmeras tomadas de posição dos trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário, não quiseram defender os créditos concedidos, cerca de 160 mil contos, assegurando a laboração da empresa, cuja importância social e económica não desconheciam, tal como os últimos responsáveis do Ministério da Indústria e Tecnologia. Aliás, este departamento governamental, não obstante comungar aquela opinião, como refere um documento oficial, também não deu um passo para garantir a viabilização da **«J. C. Rodrigues»**.

Há razões para crer na existência de um plano em benefício de alguém interessado na **«JC Rodrigues»**. É interessante ver, a propósito, o que se passou com a Fábrica de Confecções **«Schiming»**, encerrada há dois anos, na sequência do corte de crédito pelos CG do BPA, com a conivência do patrão alemão e dos seus procuradores em Portugal. Depois da venda das máquinas em hasta pública, o BPA pediu a declaração da falência da empresa.

Embora as máquinas nunca tenham saído da empresa da Via Rápida, o certo é que deram um lucro de seis mil contos ao intermediário, quando este as vendeu, dias depois de as ter adquirido no leilão. Enquanto os 400 trabalhadores lançados no desemprego há dois anos não são admitidos, as instalações da fábrica foram alugadas a três pessoas, o que possibilitou aos procuradores do «herr» Schiming a entrada nelas para a voltarem a pôr a funcionar.

Recordem-se dois factos: um, a Câmara de Falências pagou cerca de 12 mil contos ao Tribunal das Contribuições e Impostos; o outro, houve empresas portuguesas que aprsentaram propostas para a compra da **«Schiming»**, com garantia de emprego aos seus trabalhadores, o que foi recusado pelo BPA.

Entretanto, talvez por razões que a razão desconhece, sob orientação dos responsáveis do Banco Borges & Irmão, o seu representante na **«Raiontex»** comunicou à Comissão de Trabalhadores que a empresa será encerrada até finais do próximo mês, se não for vendida. As encomendas de matérias-primas foram, para já, canceladas por aquele administrador, que está a pôr em causa o direito ao trabalho do pessoal.

• O exemplo da «Jacinto»

Nesta empresa é patente a recuperação obtida pelo esforço dos seus trabalhadores que, apesar de não se ter feito uma reestruturação técnica e um saneamento financeiro, conseguiram resultados espectaculares: de um prejuízo de 108 mil contos em 74, a **«Jacinto»** encerrou a sua actividade no ano transacto com cerca dez mil contos de prejuízo.

Como frisaram na conferência de Imprensa da passada sexta-feira trabalhadores da **«Jacinto»**, a situação seria completamente diferente se o MIT e o Governo tivessem atendido e apoiado as propostas elaboradas pelos trabalhadores e gestores da empresa: se tivesse sido resolvida a situação de 30 teares, paralisados desde antes do 25 de Abril, à ordem da alfândega e mobilizados os capitais indispensáveis para os pôr a laborar.

Agora que o antigo patrão Jorge Marinho se prepara para fazer mais uma negociata com os ex-monopolistas Mellos, o Conselho de Ministros do Governo do PPD, chefiado por Mota Pinto, demite a CA, onde estava um representante dos trabalhadores e nomeia outra, a cujo elenco pertence o dr. Afonso Monteiro de Magalhães, acumulando estas funções com a de administrador da **«Raiontex»**, também cenário de negociatas.

O cinismo e má-fé do Governo Mota Pinto vai ao ponto de, agora, permitir a resolução do problema dos teares e decidir a desintervenção da empresa, sem atender à proposta de criação de uma empresa de capitais mistos, com maioria do Estado, conforme é vontade dos trabalhadores.

Estes, além de terem perante si o espectro do desemprego, caso não consigam barrar o caminho a estas manobras, souberam que a nova CA se prepara para nomear para advogado da «Jacinto» o próprio advogado do sabotador Jorge Marinho.

• Resistir e lutar

Situações semelhantes e integradas na mesma estratégia de reconstituição de poderosos grupos económicos foram denunciadas por trabalhadores de outras empresas: vítimas da criminosa sabotagem do Governo e dos Conselhos de Gestão da Banca, visando a concentração destas empresas em novos empórios, através da aplicação dos ditames do FMI, de uma política económica que conduz ao desastre nacional e torna Portugal cada vez mais dependente do imperialismo e dos monopólios internacionais.

Enquanto o Governo MP/PPD pretende, através de um plano engenhoso, devolver à esfera de influência dos Mellos várias empresas participadas (**SOVENE** e **Companhia Portuguesa do Cobre**), não mexe uma palha para fazer com que os organismos destinados a apoiar as pequenas e médias empresas funcionem e a burocracia emperra, meses a fio, os pedidos de apoio à Secretaria de Estado da População e Emprego.

Esta situação não pode continuar assim. Como foi sublinhado aos jornalistas presentes na Conferência de Imprensa, **os trabalhadores têm sabido resistir a este ataque do patronato, apoiado no Governo. O reforço da unidade e da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, contra o aumento da exploração e o ataque à liberdade sindical, vai continuar. A força da unidade dos trabalhadores será uma forte barreira à recuperação capitalista.**

• Trabalhadores a financiar à força

Como foi salientado na conferência de imprensa, **só a luta que os trabalhadores de empresas como a CIFA, a Valfar, a Fertex, a Nórdica, a Reeves, a Prometális, a Metalúrgica Duarte Ferreira, a Sepsa e tantas outras, abrangendo largos milhares de trabalhadores, tem impedido que o desemprego seja ainda mais grave. Em muitas destas, os Conselhos de Gestão da Banca, através do corte de crédito, têm obrigado os trabalhadores a serem os principais financiadores das empresas.**

Os débitos ao pessoal na **«CIFA»** e na **«Valfar»** ascendem a mais de uma centena de milhar de contos. Naquela, pertencente ao Grupo Sousa Magalhães e desintervencionada por Nobre da Costa, tem papel destacado na administração o eng.º Castelo Branco, gestor do Grupo Mondego da M-D-M e homem dos Mellos que pretendem comprar a **«CIFA»**, assim como as suas associadas **«Uniteca»** (Valongo e Estarreja) e **Crump** (Famalicão).

O MIT tem-se mantido «indiferente» a estas manobras, enquanto os trabalhadores são alvo de pressões para aceitarem as condições ditadas pela administração da empresa, que deve mais de 400 mil contos à banca e ao Estado e cerca de 40 mil ao pessoal. Por seu turno, a banca cortou o crédito à empresa, como represália a uma manifestação realizada em Valongo, em 27 de Julho do ano transacto. Atitude que ainda mantém.

A arma do crédito tem sido muitas vezes usada. Quem não se recorda da decisão do BPA ao cativar 60% das transacções comerciais da **«Real Vinícola»** como acção preparatória do regresso ilegal e inconstitucional do sabotador Silva Reis àquela empresa pela mão do Governo Nobre da Costa? Ainda mais recentemente, o BPA recusa-se a conceder crédito à **«Reeves Portuguesa»**, da Póvoa do Varzim, com 200 trabalhadores. Embora tenha proposto recentemente uma concordata para evitar a falência, o BPA nem sequer desconta papel comercial, depois de ter sido subscrito o documento.

Entretanto, os trabalhadores da firma, são ameaçados com o seu encerramento, caso exijam os subsídios e os salários a que têm direito. Por seu turno, os trezentos trabalhadores da **Companhia de Fiação de Crestuma** são ameaçados de irem para o desemprego, neste caso pelo MIT, que pretende desintervencionar e levar à falência a empresa, apesar de existir uma proposta da CA que aponta a sua transformação em empresa de capitais mistos, com a consequente reestruturação técnica e financeira.

A convergência de atitudes dos conselhos de gestão da banca e do Governo é nítida também na **Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto**, intervencionada desde meados de 1976 e que estava em autogestão desde o dia 7 de Junho do ano anterior. Aquela decisão governamental foi adoptada na sequência de uma sindicância que provou numerosas fraudes fiscais, desvios de fundos, falsificação da escrita e outros actos de sabotagem económica por parte do Jorge Marinho.

Mulheres da Margem Sul em luta por melhor vida!

O agravamento da situação político-social, e particularmente os seus reflexos no agravamento do custo de vida, tem chamado à acção de defesa da democracia, de defesa dos direitos dos trabalhadores, centenas e centenas de mulheres que na unidade e na organização encontram forças para uma luta que é de todo o povo trabalhador.

Eis alguns exemplos da crescente mobilização da mulher, mobilização que interessa incentivar ainda mais e mais no sentido de reforçar as forças democráticas e o seu combate contra a política de direita do Governo de Mota Pinto.

A **Comissão Unitária de Mulheres de Alcobaça** constituída por mulheres de diferentes quadrantes políticos, está a realizar em todo o concelho uma recolha de assinaturas contra o custo de vida. Num comunicado à população, a Comissão Unitária de Mulheres de Alcobaça, diz:

«É cada vez mais difícil para qualquer família chegar ao fim do mês com algum dinheiro, depois de feitos todos os pagamentos que se exigem para uma vida sem luxos nem esbanjamentos. Rendas de casa altíssimas, peixe e carne bastante caros, produtos de mercearia custam os olhos da cara, vestuário e calçado a preços exagerados, impostos mais elevados, medicamentos ao preço de jóias raras, são apenas alguns exemplos que tocam todos os cidadãos independentemente da sua profissão, sexo ou idade. Se a isto juntarmos o preço do material escolar, do infantário, dos transportes, da gasolina, etc, chegamos à conclusão de que começa a não se poder viver neste país.

Perante tal situação é preciso fazermos esforços para não só impedir que haja mais aumentos mas também esforços para que sejam melhorados os preços dos produtos mais necessários e importantes».

Também o **Núcleo do Barreiro do MDM** em conjunto com o Conselho dos Moradores, denunciando que «o aumento insuportável do custo de vida está a levar cada vez mais as famílias dos trabalhadores a enormes dificuldades e privações, a uma luta áspera pelo pão e pela sobrevivência», realizou no passado dia 13 um grande plenário de moradores para discussão da luta contra o aumento do custo de vida.

Mulheres do Concelho do Montijo estão a fazer correr pelo concelho um abaixo-assinado contra o custo de vida, no qual reclamam: «1.º que seja a Câmara Municipal, como órgão autárquico representativo, o porta-voz do seu mais vivo e sentido protesto; 2.º que seja rectificada por parte do Governo, a política que está a ser seguida, e sejam tomadas rapidamente medidas de fundo tendentes a aliviar a mulher na sua difícil missão de mãe, esposa e dona de casa». Com o mesmo objectivo de protesto contra a alta do custo de vida, realizou-se por iniciativa de um **Grupo de Donas de Casa do Montijo**, uma reunião no Sindicato da Indústria de Carnes do Montijo.

O **Núcleo do MDM de Alhandra** realizou no passado dia 20, uma sessão de esclarecimento em defesa da Reforma Agrária na qual participaram trabalhadores e técnicos das UCPs/Coop. e um público vivamente interessado e unido contra a ofensiva do MAP.

Entretanto, em **Setúbal**, constituiu-se um **Movimento de Opinião de Mulheres Democratas**, que realizaram uma reunião ampla no último sábado.

Em vários concelhos, relacionando a repressão à Reforma Agrária com o aumento do custo de vida e a agudização das condições de vida dos trabalhadores, Comissões Unitárias de Mulheres participaram na jornada de ontem de defesa da Reforma Agrária, através de diversas formas de luta.

Algumas acções de mulheres no dia de ontem

Eis algumas:

Por iniciativa do **Núcleo do MDM de Almada**, realizou-se uma concentração, no Largo Gabriel Pedro, junto ao Tribunal. Por iniciativa de uma **Comissão Unitária de Mulheres do Barreiro**, realizou-se uma concentração no Parque Catarina Eufémia; **Mulheres da Moita** participaram na concentração realizada na freguesia de Alhos Vedros no Largo do Coreto; No **Montijo**, uma **Comissão Unitária de Mulheres** mobilizou para uma concentração junto à Câmara Municipal. Do mesmo modo, em **Palmela**, por iniciativa de uma **Comissão Unitária de Mulheres**, verificou-se uma concentração junto à Câmara Municipal. Acções semelhantes foram levadas a cabo em vários pontos do concelho.

Em **Santiago do Cacém**, nas **freguesias de Alvalade**, de **Santiago** e do **Cercal**, grupos de mulheres organizaram concentrações e entregaram abaixo-assinados contra o custo de vida na Câmara Municipal de Santiago e na Junta de Freguesia do Cercal.

Igualmente no Seixal, em Sesimbra e em Sines, onde se encontram a correr abaixo-assinados contra o aumento do custo de vida por iniciativa de Comissões Unitárias de Mulheres, estas realizaram, ontem, concentrações. Em Sines aderiram à convocação da Comissão Unitária de Mulheres, grupos de comerciantes, de jovens trabalhadores e estudantes.

Lisboa: 3.ª Assembleia do Superior da UEC

A Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa (DOESL) da UEC convocou para o próximo domingo, com início às 10 horas, no Anfiteatro 1 da Faculdade de Letras, a 3.ª Assembleia da Organização, no decorrer da qual serão definidos os princípios orientadores do trabalho a realizar no ano lectivo que agora começou.

Esta Assembleia, que elegerá a nova direcção da organização, vai debater as questões centrais que se colocam na luta pelo aprofundamento e aplicação, na Academia de Lisboa, das conclusões do Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, que se efectuou no passado mês de Dezembro, em Coimbra.

Pontos como o reforço da organização e o aumento dos efectivos da UEC serão igualmente analisados na Assembleia, que funcionará em duas secções e culminará com uma sessão de Canto Livre.

ORGANIZAÇÃO DO SECUNDÁRIO

No passado domingo, na passagem do 7.º aniversário da UEC, a Organização do Ensino Secundário de Lisboa dos estudantes comunistas reuniu-se na Faculdade de Letras para analisar o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro período escolar e apontar orientações concretas para o futuro, nomeadamente no que se refere à intervenção da UEC no reforço do movimento estudantil unitário e ao alargamento da organização.

No decorrer do Encontro foram feitas diversas intervenções que abordaram as questões centrais que se colocam aos estudantes comunistas do Ensino Secundário, como por exemplo a luta pelo avanço do movimento de opinião democrática nas escolas e liceus.

Semana

17 Quarta-feira

1975 — Chega a Lisboa o embaixador norte-americano, Franck Carlucci. Finda a sua missão em Portugal, ocupa o segundo lugar na hierarquia da CIA.

Dois vagões descomandados derrubam a placa de segurança da estação de Santa Apolónia, detendo-se junto ao átrio. Um morto e 16 feridos é o balanço do acidente. ■ Na sua reunião semanal, o Conselho de Ministros determina a desintervenção do Estado no «Jornal de Notícias», no «Comércio do Porto», na Regimprensa, na Expresso-Bloco Editorial de Distribuições, na Editora Arcádia e na Livraria Moraes Editores. ■ Uma delegação do Secretariado Nacional da CGTP-IN constituída por José Luís Judas e Manuel Lopes entrega ao vice-presidente da Assembleia da República, António Arnaut, o Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Portugueses, aprovado em plenário de sindicatos, a 16 de Dezembro. ■ António Barreto, ex-ministro da Agricultura e ex-deputado socialista, declara no decorrer de um almoço do «American Club» que a revisão constitucional é «o mais importante e mais urgente dos problemas nacionais». ■ Na fronteira espanhola de Tuy são presos ex-agentes da PIDE implicados na posse ilegal de grande quantidade de armas, que pertenciam ao arsenal da ex-Legião Portuguesa.

18 Quinta-feira

1934 — Greve geral contra as leis anti-sindicais fascistas, acompanhada na Marinha Grande por insurreição. A repressão salazarista é feroz.

AR: que ensino?

Com os votos do PS, PPD e CDS, o plenário da Assembleia da República aprova o diploma que contém as Bases Gerais do Ensino Particular e Cooperativo. A deputada comunista Zita Seabra afirmou: «Esta lei (...) coloca o ensino privado em situação de favor em relação ao ensino público. Privilegia a escola de alguns privilegiados em desfavor da escola de todos nós». ■ O resultado das eleições realizadas no Sindicato dos Escritórios do Distrito de Lisboa confirma a adesão deste sindicato à UGT. ■ Na abertura solene dos trabalhos judiciais de 1979, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, sublinha que «o consenso sobre a legitimidade do regime correrá tanto maior perigo quanto menor for a confiança do Povo português nos órgãos judiciários. E a população apenas confia na justiça pronta, competente e honesta.» ■ O CDS apresenta na Assembleia da República um projecto de Serviço Nacional de Saúde em alternativa ao apresentado já pelo PS.

19 Sexta-feira

1975 — Por iniciativa do PCP realiza-se, em Lisboa, o I Encontro de Pequenos e Médios Comerciantes.

O Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, dá posse à Comissão Nacional de Eleições constituída por Olindo Figueiredo (PS), Manuel Pereira (PPD), Korth Brandão (CDS), Luís Sá (PCP) e Saúl Nunes (UDP) e pelos funcionários dos Ministérios da Administração Interna, Comunicação Social e Negócios Estrangeiros, respectivamente Mateus Roque, Assis Ferreira e Júlio Salsedas. ■ O Secretariado da Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio protesta contra «a estreita, prestável e, com certeza, reverente colaboração do Ministério do Trabalho do Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto» no recente congresso da CIP, CAP e CCP. ■ O IV Governo desmente a notícia sobre uma eventual demissão, hipótese aventada pelo semanário «O Jornal» e que se prenderia com as dificuldades orçamentais levantadas pela aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

20 Sábado

1975 — O Conselho de Ministros aprova a lei que consagra a unicidade sindical.

AIC: grande actividade

Um forte temporal abate-se sobre a Madeira, provocando 6 mortos, alguns feridos e centenas de milhares de contos de prejuízo. ■ Diversas iniciativas oficiais assinalam o início das comemorações do Ano Internacional da Criança. Visitas guiadas ao Jardim Zoológico, espectáculos e transportes gratuitos nas carreiras urbanas da Carris foram algumas das iniciativas que motivaram as crianças. ■ O Partido Socialista começa no Porto uma reunião para debater os problemas autárquicos daquele distrito e na qual participaram os seus militantes eleitos. ■ Em Lisboa, realiza-se o II Encontro das Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais do Sector de Transportes da zona do distrito de Lisboa. É considerado prioritário o reforço «da acção e do poder de intervenção no controlo de gestão». ■ Numa conferência de Imprensa num restaurante da Foz, o dirigente do CDS Lucas Pires classifica a Constituição da República como «cadáver que cheira mal» e não poupa, mesmo, a críticas, o projecto de revisão constitucional de Sá Carneiro considerando que «começou pelo fim» e que «revela complexos forenses». Salienta ainda que «é preciso acabar com as conquistas da rua». ■ Num comício em Penafiel promovido pela UEDS, o deputado independente Lopes Cardoso apela para a necessidade de um reforço da unidade das forças de esquerda por forma a contrariar «a contínua ofensiva da direita no nosso País». ■ Representantes do PPD, CDS e do grupelho neonazi PC de P (m-l) e ainda da ala direita do PS convivem num jantar de homenagem ao coronel Pires Veloso a quem entregam uma espada. ■ Pedem a demissão os governadores civis de Viana do Castelo e Aveiro, militantes do PS.

21 Domingo

1972 — Reforçando a luta dos estudantes contra o fascismo, é criada, na clandestinidade, a UEC.

Termina a Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários, que reuniu, no Entroncamento, durante o fim-de-semana, 250 delegados dos trabalhadores e algumas centenas de convidados nacionais e estrangeiros. Entre as conclusões aprovadas destaca-se a elaboração de um Plano Nacional de Transportes integrado, contemplando as necessidades reais tanto no transporte ferroviário, como no rodoviário e no fluvial. ■ É constituído o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul. Para o efeito reuniram-se em Assembleia milhares de trabalhadores no pavilhão do Académico de Campo de Ourique, tendo aprovado igualmente a adesão à CGTP. ■ Na sua reunião da Comissão Nacional, a Juventude Socialista propõe-se incrementar a central sindical paralela UGT. ■ É conhecida a demissão do governador civil de Leiria, militante do PS.

22 Segunda-feira

1961 — Numa acção contra o regime salazarista, o capitão Henrique Galvão apodera-se do paquete «Santa Maria».

Pela primeira vez, após a sua tomada de posse, o Primeiro-Ministro Mota Pinto dirige-se ao País. O longo e adjectivado discurso de Mota Pinto é comentado, no dia seguinte, pelo matutino de direita «O Dia» da seguinte maneira: «Palavras serenas, sensatas, graves, claras, sóbrias e realistas ouviu-as ontem o Povo português da boca do Primeiro-Ministro, que na sequência de Nobre da Costa e com maior dom de palavra falou uma linguagem inteligível para os portugueses (...)». ■ O mesmo jornal, numa linguagem entusiástica, publica na primeira página uma caixa em que considera o Primeiro-Ministro Mota Pinto como «O herdeiro...». ■ É assinado um acordo comercial entre Angola e Portugal que prevê o regime de nação mais favorecida nas trocas comerciais entre os dois países.

23 Terça-feira

1950 — O camarada José Moreira é assassinado, na cadeia, pela PIDE, depois de se recusar a dar a localização da tipografia do «Avante!».

Aristides Pereira

Em visita oficial chega a Lisboa o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, que é recebido no aeroporto pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, membros do Conselho da Revolução, do Governo e dos partidos representados na Assembleia. ■ O Secretariado Nacional do Partido Socialista exprime «a sua clara discordância em relação à comunicação do primeiro-ministro» proferida na véspera ■ A Comissão Administrativa do INATEL declara não ceder o Estádio 1.º de Maio para as comemorações do Dia do Trabalhador, tanto à CGTP-IN como à central paralela UGT. Contudo, a CGTP manifesta a sua determinação em utilizar aquelas instalações para as comemorações que desde 1974 ali realiza naquela data.

Os Comunistas na Assembleia da República

O CDS apresentou antiprojecto do SNS ... e o PS fez aprovar a lei da contra-reforma do ensino

Na mesma sessão em que o CDS apresentou o seu antiprojecto de um Serviço Nacional de Saúde conforme aos preceitos constitucionais, o PS fez aprovar, em votação final global, o projecto de lei que uma deputada comunista muito apropriadamente classificou como de financiamento do ensino particular.

Após o deputado Oliveira Dias, do CDS, ter feito a apresentação do antiprojecto do SNS do seu partido, o deputado socialista António Arnaut — um dos mais ardorosos defensores do SNS — criticou abertamente — e acertadamente — a iniciativa do CDS, utilizando como base da sua crítica o texto constitucional.

António Arnaut chegou mesmo a afirmar, dirigindo-se aos partidos da direita que, **se os senhores pensam que vão esvaziar a Constituição do seu conteúdo progressista e expurgar dela aquilo que é uma conquista irreversível do povo português, pois digo-lhes que o não vão conseguir.**

Estas palavras mereceram os aplusos das bancadas do PS e do PCP. Foi pena que António Arnaut não estivesse mais tarde presente no hemiciclo quando o seu partido fez aprovar a lei do financiamento do ensino particular; foi pena que muitos dos deputados socialistas que naquela altura o aplaudiram, não tivessem presentes as palavras que suscitaram os seus aplausos quando, apenas algumas horas mais tarde, deram o seu voto para que uma lei ardentemente desejada pelo PPD e pelo CDS e claramente violadora das regras constitucionais, sobretudo da que estabelece a liberdade de ensinar e de aprender, viesse a ser aprovada.

Como é sabido, o Grupo Parlamentar do PCP requereu a avocação pelo plenário da votação na especialidade — isto é, que todos os deputados fossem chamados a pronunciar-se sobre cada uma das medidas de financiamento ao ensino particular contidas no projecto que Vital Moreira classificou de diploma da contra-reforma do ensino.

Apresentando o requerimento do PCP, aquele deputado denunciou as substanciais alterações introduzidas no projecto de lei desde a sua aprovação na generalidade, de tal maneira que o PPD — que então votou contra — agora o aprovou, e o PCP — que na altura o aprovou — agora manifestou a sua completa oposição ao projecto. Conforme salientou, não foram o PPD e o PCP que mudaram em relação a esta matéria, quem mudou foi o projecto. E o PS, naturalmente.

O projecto que cabou por ser aprovado — ao contrário do requerimento do PCP que foi rejeitado pela maioria PS-PPD-CDS — foi classificado pelo deputado comunista como abrindo caminho **à desvalorização da escola pública, ao privilegiamento da escola particular confessional ou ideologicamente comprometida, ao favorecimento de situações de discriminação social através de reproduções de situações de privilégio social de minorias à custa da maioria esmagadora do povo português.**

De acordo com a lei aprovada pelo PS-PPD-CDS, as escolas particulares passam a ter as mesmas funções oficiais das escolas públicas, passam a ser subsidiadas pelo Estado, mas não estão sujeitas aos mesmos deveres públicos das escolas públicas.

Outro dos aspectos gravosos desta lei é o facto de deixar ao Governo o fundamental da sua regulamentação — facto que, hoje, provoca o aplauso da direita e que, ontem, motivava a sua crítica. Isto é, o Governo de Mota Pinto não é estranho a esta mudança da direita parlamentar...

Outro dos aspectos salientados por Vital Moreira no decorrer do debate e que mostra bem a amplitude das cedências que o PS fez à direita na questão do ensino privado é o facto de, tanto o Programa de acção do PS como o seu próprio projecto de Constituição apresentado na Assembleia Constituinte, preconizarem a nacionalização do ensino privado. Vital Moreira acentuou este facto depois de a deputada do PS Teresa Ambrósio ter tentado demagogicamente insinuar que o PCP estaria contra a existência de escolas privadas.

No decorrer desta sessão, além de uma declaração política do PCP proferida por Alda Nogueira (Ver **Intervenções**) em que foi assinalado o 45.º aniversário do 18 de Janeiro, saliente-se ainda a eleição dos representantes da AR na Comissão Nacional de Eleições. Foram os seguintes os resultados: Olindo de Figueiredo, do PS — 125 votos; Manuel Pereira, do PPD — 90 votos; Korth Brandão, do CDS — 90 votos; Luís de Sá, do PCP — 99 votos; e Saul Neves, da UDP — 84 votos.

Um voto proposto pela UDP é relativo à luta do povo iraniano contra a ditadura do Xá Reza Pahlevi, no qual se teciam críticas ao Governo Mota Pinto, acabou por ser rejeitado, com a abstenção dos deputados comunistas (Ver **Intervenções**).

A Assembleia volta a reunir-se hoje, devendo o PCP, na 1.ª parte da ordem do dia, apresentar o seu projecto de lei sobre a educação e o ensino especial.

Elevação de Mirandela a cidade proposta pelo PCP

A elevação da vila de Mirandela a cidade é o objectivo do projecto de lei 189/I, apresentado na última sessão plenária da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e subscrito pelos deputados Carlos Brito, Sá Matos, Joaquim Felgueiras, Marques Pedrosa, Veiga de Oliveira, Jorge Leite, Cavalheira Antunes e Dias Ferreira.

No preâmbulo do projecto afirma-se que **pela sua posição geográfica e importância económica, o desenvolvimento de Mirandela, da vila e do concelho, está intimamente ligado ao desenvolvimento de toda a região transmontana.**

Expressão e factor desse desenvolvimento, que se deseja e pelo qual luta a sua população, é a elevação da vila à categoria de cidade – acrescenta-se.

Entretanto e na mesma sessão o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um outro projecto de lei, o 190/I, que visa a criação de três novas freguesias no concelho de Almada: **Laranjeiro, Feijó** e **Charneca.**

Uma atitude intolerável e injustificável do Governo Mota Pinto

O PCP alertou, aquando do debate do Programa do Governo de Mota Pinto, para o previsível facto desse Governo pretender vir a subalternizar o papel e a competência da Assembleia da República. Pouco mais de um mês depois do Governo Mota Pinto ter passado na AR com o apoio da direita e a abstenção do PS, os factos confirmam as previsões do PCP.

Na sessão plenária da passada quinta-feira foi lido um ofício da Comissão Parlamentar da Agricultura e Pescas em que se relata um encontro havido entre esta Comissão e o Secretário de Estado da Estruturação Agrária, o famigerado Ferreira do Amaral, encontro efectuado a pedido da Comissão.

Para se verificar que os factos vieram uma vez mais confirmar a análise do PCP transcreve-se parte do ofício:

Instado a pronunciar-se sobre o projecto de Lei 156/I, sobre instalação e funcionamento das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural (apresentado pelo Partido Comunista Português) o senhor Secretário de Estado informou que o Conselho de Ministros aprovou na passada semana um decreto-lei sobre essa matéria.

O projecto de Lei 156/I, apresentado em 23 de Novembro, foi submetido à discussão dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais em cumprimento do Artigo 104.º da Constituição.

É notório que o Governo não pode deixar de conhecer uma iniciativa legislativa, devidamente publicada no Diário da Assembleia da República (n.º 12 II Série de 24/11/78) e integrada também na respectiva Separata n.º 17.

Assim, a Comissão unanimemente considera intolerável e injustificável a atitude do Governo, pelo que lavra firme protesto.

Intervenções

Declaração política do PCP

(...) O agravamento de forma insuportável do nível de vida das classes trabalhadoras, da situação dos jovens, das mulheres, das dificuldades das classes médias — são algumas das consequências da política governativa; ao mesmo tempo que se regista o aumento dos lucros do grande patronato.

(...) Como justamente concluiu o CC do PCP, o Governo está abrindo caminho à reconstituição dos latifúndios e monopólios (o que a Constituição proíbe expressamente). E ante a natural resposta dos trabalhadores, do movimento operário e popular a toda esta sua política, o Governo, para a impor, vem recorrendo a toda uma série de medidas administrativas e repressivas.

Donde a violação dos direitos e liberdades dos trabalhadores, com a limitação destes, como sucedeu por exemplo na recusa do direito de actividade legítima das Comissões de Trabalhadores da Função Pública.

Donde a ofensiva com violação do pluralismo, das liberdades de expressão e de informação contra os meios de comunicação social, de que a direita pretende apoderar-se para cobrir com a desinformação e propaganda reaccionária a ofensiva visando a destruição do regime democrático. Tudo isto feito a coberto de uma cortina de fumo de um anticomunismo primário e descabelado, com ataques e calúnias ao PCP, dando neste caso o próprio ministro um triste exemplo de violação dos preceitos legais e constitucionais.

(...) É evidente que esta Assembleia da República pode e deve ela mesmo contrariar uma acção contrária aos interesses do Povo e do País. Pode e deve impedir o prosseguimento da actuação do Governo de Mota Pinto nos termos em que se vem processando. Para isso é essencial o entendimento entre comunistas, socialistas e todos os restantes democratas para travar uma política que representa sérios perigos para a Democracia Portuguesa. (...)

No 5.º ano do Portugal libertado do fascismo, ante os perigos que se avolumam para a Democracia, o CC do PCP faz um apelo a todos os democratas e patriotas, a todos os que estão dispostos a lutar para que Portugal não volte ao passado de terror da ditadura fascista, para que se aproximem, para que debatam os problemas, para que se entendam, para que decidam em comum, junto com os comunistas, os objectivos e formas de luta e intervenção em defesa do Portugal de Abril (**Alda Nogueira,** em 18-1-79).

O 18 de Janeiro

Comemora-se hoje o 45.º aniversário do 18 de Janeiro, data em que teve lugar o levantamento armado dos trabalhadores da Marinha Grande contra o fascismo. A sua derrota e a violenta repressão fascista que se lhe seguiu e que se deveram em larga medida às influências anarquisantes e esquerdistas no movimento operário que o orientaram para uma greve insurrecional, sem estarem criadas para ela as condições necessárias, nada disto impede que o 18 de Janeiro permaneça na memória de todos os antifascistas como um grande marco na luta contra o fascismo.

É esta data que nós desejaríamos aqui relembrar convidando todos os deputados desta Assembleia a prestarem uma sentida e justa homenagem em memória dos que, com a sua generosa participação no dia 18 de Janeiro de 1934, embora vítimas da repressão que se lhes seguiu, abriram novos caminhos à luta do Povo português pela liberdade, contra o fascismo (**Alda Nogueira,** em 18-1-79).

A luta do povo do Irão

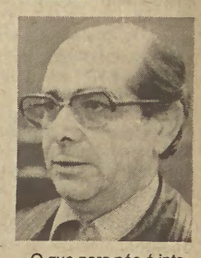
(...) Nós sentimos um enorme júbilo pelas vitórias da Democracia contra a opressão, e no caso concreto que é abordado, congratulamo-nos com os êxitos do povo iraniano na luta pelo derrubamento da ditadura de Reza Pahlevi e pela instauração de um regime democrático.

Sucede, porém, que a moção em causa só como pretexto refere a luta do povo iraniano e visa de facto pelo viés fazer uma crítica — cuja justeza não pomos em causa — a possíveis atitudes do Governo Mota Pinto, em relação ao qual a nossa clara posição é conhecida.

(...) Quem quiser manifestar aqui a sua oposição à política de relações externas deste Governo ou de qualquer outro, pode fazê-lo, deve fazê-lo mas de frente e utilizando os meios regimentais adequados.

Quem aqui quiser invectivar o Governo sobre quaisquer sugestões sejam elas as ligações com a NATO, a existência de bases estrangeiras em território nacional, ou a simples complacência com práticas de guerra fria, ou quente, pode fazê-lo, deve fazê-lo mas de frente.

Quem aqui quiser provocar ou avivar contrastes entre esquerda e direita, entre progressistas e reaccionários, pode fazê-lo, deve fazê-lo, mas de frente.



O que para nós é intolerável é que a luta abnegada e cheia de sacrifícios de um povo, seja ele o do Irão ou do Chile ou do Zimbabwé possa a pretexto de solidariedade e júbilo ser transformada num mero cavalo de Tróia do Regimento e, por essa via, na degradação dos actos da AR, órgão por excelência representativo do Povo e da Democracia em Portugal (**Veiga de Oliveira,** em 18-1-79).

A lei do financiamento do Ensino Particular

O PCP votou contra a chamada Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, que, em nosso entender, com bastante mais propriedade se deveria intitular Lei do Financiamento do Ensino Particular(...)

A Constituição foi pura e simplesmente ignorada(...)

Esta lei, contrariamente à letra e ao espírito da Constituição, coloca o ensino privado em situação de favor em relação ao ensino público. Privilegia a escola de alguns privilegiados em desfavor da escola de todos nós.

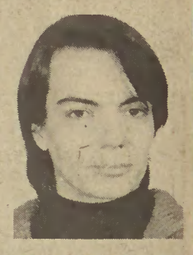
(...) Não são os filhos dos operários, dos camponeses, os meninos dos bairros de lata, os filhos do povo trabalhador, os filhos da imensa maioria dos portugueses que frequentam os colégios particulares. São, no essencial, os filhos de quem tem meios para pagar dois, três ou quatro contos por mês.

(...) Saberão os senhores deputados que votaram favoravelmente esta lei a real situação do ensino público? Saberão que há crianças que andam quilómetros para ir à escola? Que há escolas sem verbas para aquecimento? Que há escolas com duas salas para duzentas crianças e sete professores?(...) Saberão que o suplemento alimentar foi reduzido para um copo de leite com o argumento de que não há verba? Que há escolas a cair? Que há milhares onde chove?

(...) A terminar, o Grupo Parlamentar do PCP queria salientar que considera que a presente lei é um mau serviço prestado à liberdade de ensinar e aprender consagrada na Constituição.

(...) A direita teme efectivamente o debate ideológico, diria com toda a propriedade, a direita teme o pluralismo ideológico inerente à escola pública, quer escolas separadas onde formar os seus filhos e os seus quadros sem esse confronto «pernicioso» inerente à escola pública. A direita teme o contacto da juventude com as ideias do progresso, da Democracia, da justiça social, pois sabe tão bem como nós que os jovens, por o serem, são particularmente sensíveis aos princípios e ideais da Democracia.

Que a direita o tema, não nos espanta. Mas que o Partido Socialista lhe dê o aval já nos surpreende mais (**Zita Seabra,** em 18-1-79).



Aristides Pereira na Assembleia

Ao fim da tarde da passada terça-feira, a Assembleia da República reuniu-se em sessão solene para receber o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, que nesse mesmo dia iniciou uma visita oficial ao nosso País, realizada a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Recebido à entrada da Assembleia da República pelo presidente Teófilo Carvalho dos Santos e por uma delegação da AR, na qual se integrava o presidente do Grupo Parlamentar do PCP Carlos Brito, o presidente Aristides Pereira, depois de prestadas as honras militares da praxe, deu entrada no hemiciclo, onde era aguardado pelos deputados, membros do Governo, conselheiros da Revolução, corpo diplomático e outras figuras de relevo da vida política portuguesa.

De notar que, enquanto que as bancadas do PCP e do PS se encontravam repletas de deputados, as bancadas do PPD e do CDS apresentavam inúmeras «clareiras» — de facto, apenas 39 dos 73 deputados do PPD e 25 dos 41 deputados do CDS assistiram a esta sessão solene.

Sessão solene que se iniciou logo após o presidente Aristides Pereira e Teófilo Carvalho dos Santos terem tomado lugar na mesa da Presidência, tendo nessa altura a Banda da GNR executado os Hinos Nacionais dos dois países.

Ao dar as boas-vindas ao representante do povo de Cabo Verde, o Presidente da Assembleia da República, numa breve alocução, sublinhou o paralelismo da luta do povo de Cabo Verde e da luta do povo português, tendo salientado a dado passo:

É a luta que irmana os homens. E nós ocupámos trincheiras paralelas, nas quais, separada mais solidariamente, fizemos frente ao invasor comum das nossas consciências de homens livres. Entre vós era o colonialismo. Mas a reacção era uma só e a mesma: idêntica era a filosofia retrógrada, idêntica era a arrogância perante a história, idêntico era o desprezo pelos valores humanos. A luta que nós, democratas portugueses, dolorosamente conduzíamos, só podia ter entre vós expressão e sentido histórico se se revestisse do carácter de uma luta de libertação nacional.

E mais adiante, evocando essa grande figura de anticolonialista consequente que foi Amílcar Cabral, o presidente da AR acentuou: **Tivemos os nossos mártires, os nossos traidores, os nossos heróis sempre separados, mas na serena consciência de que nos batíamos uns pelos outros. Por isso a arma que prostrou Amílcar Cabral estava apontada ao coração do povo português.**

Em resposta, o presidente Aristides Pereira, depois de ter saudado a Assembleia da República e o seu trabalho em prol da defesa do regime democrático, sublinhou a importância da visita que efectuou a Cabo Verde uma delegação da AR chefiada por Vasco da Gama Fernandes.

Depois, Aristides Pereira acentuou a convergência ideológica histórica entre a obra de libertação nacional de Cabo Verde e o Movimento do 25 de Abril, tendo a propósito referido:

É esse tronco comum que deverá ser o objecto das nossas preocupações e cuidados incessantes, para que a árvore ainda em crescimento possa, como desejamos, florir e frutificar.

É o germen da mesma convergência que criou as condições políticas e subjetivas para a formação de uma vontade comum, capaz de ultrapassar toda a problemática da era colonial, e de abrir perspectivas novas para uma cooperação franca, frutuosa e mesmo privilegiada entre os nossos Estados.

No final da sua intervenção, o Presidente da República de Cabo Verde foi prolongadamente aplaudido por todos os presentes, tendo então o presidente Teófilo Carvalhos dos Santos dado por encerrada esta breve mas significativa cerimónia.

Depois, no Salão Nobre da Assembleia da República, o presidente Aristides Pereira recebeu os cumprimentos dos deputados.

Amílcar Cabral

Foi há seis anos. O camarada Amílcar Cabral, uma figura que ganhava espessura nos corações dos antifascistas e anticolonialistas portugueses, que ganhava o respeito dos democratas de todo o mundo, era assassinado pela Pide, em 20 de Janeiro de 1973. Traidores preparados e pagos pela polícia de Caetano obedeciam à louca pretensão de Spínola que acreditava aniquilar na pessoa do dirigente africano a poderosa vontade dos povos da Guiné Bissau e de Cabo Verde de conquistar a completa independência.

De facto, o revolucionário, o combatente pela liberdade que foi Amílcar Cabral, se era amado pelos seus camaradas, admirado pelos povos em luta contra o colonialismo, respeitado pelos democratas, era também temido pelos colonialistas portugueses, pelos reaccionários, pelos fascistas, pelos imperialistas apostados em perpetuar em diversas partes do mundo o jugo da exploração sobre outros povos.

O acto desesperado e criminoso que foi o assassinato de Amílcar não produziu os efeitos por que ansiavam os chefes do colonialismo. O PAIGC resistiu a esse golpe e, poucos dias depois, os seus dirigentes previam:

Nenhum crime, nenhuma força, nenhuma provocação dos agressores colonialistas portugueses poderá travar a marcha da história, a marcha irreversível do povo africano da Guiné e Cabo Verde em luta pela independência.

Hoje, que a independência de ambos os países é um facto que dia a dia se consolida no caminho do progresso social, hoje que, depois da visita do Presidente Luís Cabral ao nosso país, Portugal recebe também Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde, a despeito dos lamentos de um punhado de saudosistas do colonialismo, pode dizer-se que a memória de Amílcar Cabral é mais forte ainda. E recordamos as palavras do Secretariado do Comité Central do PCP, em 1973, nas páginas do «Avante!»:

O PCP inclina a sua bandeira e presta homenagem ao ardente patriota inteiramente devotado à luta de libertação do seu povo; ao revolucionário consequente dirigindo a construção de uma sociedade progressista na sua pátria libertada; ao inimigo irreconciliável do colonialismo português e amigo sincero do povo de Portugal, que considerou sempre um aliado na luta contra o inimigo comum.

Referendo nos Escritórios
O que os divisionistas escondem sob a capa da UGT

O referendo efectuado recentemente pela direcção divisionista do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa assinala o início de uma nova fase na luta contra o divisionismo. Os resultados dessa consulta cheia de irregularidades reforçaram o objectivo número um dos promotores do divisionismo: a cisão do Movimento Sindical.

A consciência desse facto obrigará os trabalhadores e, primeiro que todos os outros, os trabalhadores de escritório, a reforçar, **dentro dos seus Sindicatos com direcções amarelas,** as formas democráticas de esclarecimento e acção em defesa da unidade e dos interesses mais vitais de todos os associados e das massas trabalhadoras em geral.

Os estatutos divisionistas e a adesão à UGT passaram nos Escritórios por uma margem de 2227 votos num total que excede os 30 mil. A diferença é insignificante para um acto que envolve (ou interessa) mais de 60 mil filiados. Convém sublinhar, para tornar mais clara a insignificância dessa margem, que o total dos votos nulos e brancos foi de 2221, ou seja menos 6 votos do que os que deram a vitória à direcção amarela.

A força da unidade saíu intacta do referendo. Mas é imperioso reforçá-la contra uns estatutos que foram aprovados contra ela.

Sob a capa da «democracia»

A coberto de palavras como «democracia» e «sindicalismo democrático» foi conduzida e decorre uma campanha de publicidade que terá o seu ponto alto num acto a realizar «sob certos condicionalismos» como palidamente a ele se refere um promotor de amarelos no «Diário de Notícias» de 19 do corrente. Trata-se do anunciado «Congresso» que a UGT efectuará no Porto no próximo fim-de-semana. A ofensiva amarela contra os delegados sindicais e contra a vida sindical nas empresas (registe-se que de 3000 delegados sindicais restam apenas 700 nos Escritórios de Lisboa) tem agora a reforçá-la os estatutos amarelos onde esses delegados eleitos pelos trabalhadores nas empresas nada valem perante a direcção divisionista que pode demiti-los quando quiser sem a mínima consulta a quem os elegeu. No «Congresso» essa noção da «democracia» contra os interesses e direitos mais elementares dos sindicalizados vai sofrer **ainda** dos «certos condicionalismos». Ouçamos o «Diário de Notícias» que relata uma conversa com um dos «chefes» da UGT: «Para começar, não foi aprovado, previamente, um regulamento eleitoral e os delegados que nele vão participar (no «Congresso») serão **nomeados** (sublinhamos nós) pelos sindicatos que já fizeram referendos ou, com o estatuto de observador, por direcções sindicais que concordam com os princípios da UGT, mas não estão filiadas. Além disso, haverá delegados **designados** (sublinhamos nós) pelas tendências sindicais que apoiam a UGT (PS e PSD) considerando-se que estes últimos representam as filiações feitas individualmente».

Tudo isto é transparente. O «chefe» UGT não tem papas na língua. Quando fala parece nada esconder sobre o que para ele é a democracia e a independência. Mas acaba por esconder o essencial. Depois dessas declarações só acreditará no «sindicalismo democrático» quem não quiser saber do sindicalismo para nada e ainda menos da democracia. Mas a UGT amarela continua a esconder:

1.º — A conciliação de classes no sentido da «paz social» marcelista, preconizada por Mota Pinto;

2.º — A destruição da vida sindical nas empresas e nos Sindicatos;

3.º — O apoio à política de submissão ao imperialismo;

4.º — A tentativa de opor irremediavelmente nas empresas os trabalhadores da produção, aos empregados administrativos e aos quadros técnicos;

5.º — O enfraquecimento da capacidade reivindicativa de todos os trabalhadores.

Em troca de quê?

Em troca dos objectivos partidários da direita, da política de ataque directo aos interesses vitais dos trabalhadores prosseguida pelo Governo MP/PPD, da revisão (que é destruição) da Lei Fundamental do país, preconizada por Sá Carneiro.

Nas lutas que envolvem centenas de milhares de trabalhadores pela defesa do seu poder de compra, pelo desbloqueamento da contratação colectiva, pela defesa da Reforma Agrária — onde aparece a UGT, que se diz «projecto» de alguns trabalhadores? Onde aparece a UGT quando se trata de enfrentar uma política que os trabalhadores rejeitam, um patronato que se recusa à negociação e ao diálogo, um governo em que os trabalhadores não votaram? Onde aparece a UGT?

Aparece a defender, no essencial, promessas que o divisionismo não pode garantir. Aparece como cisão frontal frente ao patronato, diminuindo os próprios Sindicatos que domina na sua capacidade reivindicativa e de mobilização. Surge na vida sindical claramente ingerida por projectos partidários, nomeadamente a facção gonelhista e o PPD.

O referendo dos Escritórios, com o apelo declarado ao voto partidário (PS e PPD) deu uma triste vantagem aos promotores do divisionismo. Não a deu aos trabalhadores que votaram «sim» num projecto que os afasta da intervenção directa na defesa dos seus interesses de ordem material e muito concreta.

Mas a luta não começou ontem nem acaba amanhã. Dentro dos sindicatos divisionistas, os próprios trabalhadores que apoiaram o divisionismo acabarão por responder certo e justo ao apelo da unidade e da luta comum. A resposta não tardará.

Carbonos do Sul reforçam a unidade com a fusão sindical

Na via da verticalização sindical e do combate ao divisionismo, apoiando a Reforma Agrária e as outras grandes conquistas e realizações dos trabalhadores, repudiando e combatendo as medidas antipopulares do Governo reaccionário Mota Pinto, foi criado no último domingo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul. A respectiva Assembleia Constituinte aprovou

ainda a adesão à CGTP-IN e a criação da Federação sindical do sector. As votações dos 2223 delegados inscritos revelam o forte empenho na defesa da unidade, contra o paralelismo e todas as formas de divisão. Votaram pela constituição do Sindicato (fusão dos Sindicatos da Panificação e Doçaria) 2176 delegados. Os votos negativos foram 13 e os nulos 20. Na adesão à CGTP-IN votaram a favor 1716 e contra 49. Pela Federação houve 1718 votos favoráveis, 16 negativos e 21 nulos.

Com forte participação (contaram-se mais de 3 mil presenças) a Assembleia Constituinte do novo Sindicato, que se inscreve na preparação e no apoio à renovação do Movimento Sindical Unitário no âmbito da próxima Conferência Nacional de Organização Sindical, foi mais uma prova cabal da prática democrática que preside a essa renovação. Votados por unanimidade, os Estatutos consagram essa prática e os restantes princípios que presidem às organizações onde os trabalhadores participam e lutam na defesa dos seus interesses, direitos e garantias em unidade e sem ingerências.

Como já aqui referimos no número anterior, a fusão que levou à constituição do novo Sindicato foi debatida em grande número de plenários de empresa envolvendo milhares de trabalhadores. O real interesse do processo foi esclarecido e amplamente discutido. Não se trata de uma organização sindical criada à revelia dos interessados. Nada tem a ver com os métodos divisionistas dos amarelos, que tentam apresentar como «sindicatos» organizações que só têm esse nome numa folha de notário ou nos registos do Ministério do Trabalho gonelhista.

O Sindicato dos Hidratos de Carbono nasce legitimamente para defender os interesses de classe de um vasto sector do trabalho e já com mais de 11 mil trabalhadores inscritos.

Não lhe falta legitimidade nem apoio para «desenvolver esforços para acções concretas, a nível de empresa, de apoio ao Caderno Reivindicativo da CGTP-IN, assim como na preparação da Conferência Nacional de Organização Sindical, visando uma maior participação nas actividades sindicais e o consequente reforço da democracia sindical», como preconiza uma das moções aprovadas na Assembleia Constituinte.

Os princípios e os objectivos do Sindicato das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul abrem caminho a novas adesões que brevemente terão expressão prática, após debate democático nos sindicatos interessados.

Conferência dos Ferroviários
O Governo que responda aos trabalhadores da CP!

A «realização de um Plano Nacional de Transportes, coordenado, que defina à CP as suas áreas de acção de um modo claro» encabeça as linhas de acção da produção de transportes, aprovadas na Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários, realizada no último fim-de-semana. No que respeita à situação económica e financeira da empresa, as conclusões põem em primeiro plano a «necessidade urgente de saneamento financeiro» e preconizam, designadamente a «planificação rigorosa da actividade da CP, por forma a evitarem-se despesas inúteis, quer no que respeita à exploração, quer no que se refere a investimentos». Os níveis de segurança devem ser aumentados, criando-se «um Serviço de Segurança da Circulação dotado de pessoal e poder de decisão adequados», propõem ainda as conclusões que, no plano da contratação colectiva estabelecem como objectivo a curto prazo o cumprimento integral do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), a negociação rápida dos regulamentos e a revisão salarial.

A Conferência, que exigiu do Governo que «não retenha as verbas concedidas pelo Orçamento Geral do Estado (mais de 50% em 1978) para a execução de obras programadas», contou com a participação de 250 delegados e de algumas centenas de convidados nacionais e estrangeiros. Numa das intervenções mais importantes, a que incidiu sobre a área económica e financeira, foi desmascarada a campanha contra o sector nacionalizado da economia e os seus objectivos reaccionários onde ocupa lugar de destaque a referência aos défices da CP.

Estará a CP na mira dos investidores privados? É evidente que não. Toda a gente sabe que os Caminhos de Ferro, como actividade que se desenvolve em grande parte na área dos serviços de carácter social, não são lucrativos e estão nacionalizados na esmagadora maioria dos países capitalistas da Europa e da América. Aliás, isso cabe na óptica corrente do capitalismo de «socialização dos prejuízos», ou seja, distribuição dos prejuízos por todos, distribuição dos lucros apenas por alguns», frisa a intervenção. Mas a verdade é que a CP, nomeadamente pela sua dimensão e pelo mau serviço que presta, «constitui uma peça fundamental na orquestração montada para desacreditar essa grande conquista do povo português que são as nacionalizações. Mas para que as referências à CP possam ser úteis à campanha em curso é lógico que só podem ser referidas (como tem acontecido) as consequências finais negativas, desonestamente desligadas das causas que as produziram e ocultados os resultados positivos que desde o 25 de Abril foram conseguidos pelos ferroviários». Lembrando a todos e sobretudo aos que escondem a verdade que o verdadeiro défice da CP é de cerca de **670 mil contos o que não representa mais do que 6% das despesas,** a intervenção assinala que **a política do Governo para com a CP** fez saltar os encargos financeiros (juros pagos à banca, diferenças cambiais, etc.) **de 390 mil contos em 1974 para mais de 3 milhões em 1978.** Não são as nacionalizações nem os trabalhadores que arruinam a empresa. São os governos que não servem o país.

Pela saída da PRT rural

Os Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro, representando os distritos de Braga, Bragança, Porto, Vila Real, Coimbra, Viseu, Leiria e Castelo Branco, reunidos no último sábado no Porto, debateram a situação que resulta da falta de regulamentação colectiva de trabalho para os assalariados rurais.

A respectiva PRT, incluindo a tabela salarial, está pronta para ser publicada. Pelo menos a comissão nomeada para o efeito terminou os seus trabalhos em Novembro. Mas a Portaria não sai. Apesar de todos os esforços dos Sindicatos, os Ministérios responsáveis (MAP e MT) querem eternizar uma situação onde todas as arbitrariedades, todas as injustiças e desmandos são possíveis da parte do patronato mais reaccionário contra os assalariados rurais que se contam entre os trabalhadores mais explorados do país.

Os Sindicatos decidiram insistir nos pedidos de audiência àqueles Ministérios e intervir junto da Comissão Parlamentar da Agricultura da Assembleia da República no sentido de levar o Governo a cumprir o que prometeu e é de toda a justiça consagrar na regulamentação do trabalho rural.

Os Sindicatos decidiram ainda intervir junto dos governos civis e promover reuniões nas quintas, freguesias e concelhos para prosseguir e aprovar formas de luta pela saída da PRT.

Na reunião, os representantes sindicais aprovaram por unanimidade uma moção de apoio à jornada de luta e solidariedade para com a Reforma Agrária.

Porquê a verticalização?

A verticalizaçãop sindical, encarada de todos os ângulos, é apresentada num dos documentos-base em debate para a Conferência Nacional de Organização Sindical, como «forma avançada» dessa mesma organização, como a que «mais corresponde aos sentimentos profundos e às necessidades dos trabalhadores» e a que «melhor responde aos problemas económicos, sociais e políticos que no dia-a-dia se colocam» a esses mesmos trabalhadores.

Porquê? Veremos hoje alguns aspectos, guardando para nova oportunidade os outros.

No mesmo documento se afirma que «a situação de verticalização cria condições para:

— Reforçar a unidade e a democracia do Movimento Sindical.

— Impedir as acções divisionistas e cisionistas.

— Permitir um melhor aproveitamento de energias, quadros, funcionários, maquinaria, dinheiro, etc., o que possibilitará desenvolver e aperfeiçoar a acção sindical nas várias frentes de trabalho, particularmente naquelas que, por condicionalismos vários, têm sido descuradas ou relegadas para segundo plano como a Segurança Social, Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, Formação Sindical, Organização dos Tempos Livres, Cultura, etc.

— Promover a defesa dos direitos e interesses de classe dos trabalhadores.

— Lutar pela salvaguarda e consolidação das grandes conquistas de Abril.

— Defender a democracia».

Quando se tem uma ideia clara do que seja um **sindicato vertical,** fácil se torna perceber como são justas e viáveis as perspectivas que acabámos de indicar. Numa associação sindical desse tipo podem inscrever-se **todos** os trabalhadores de um mesmo sector de actividade económica. Não interessa a profissão (ou categoria) que desempenham. Por exemplo, todo o pessoal que trabalha na indústria metalúrgica e metalomecânica, quer sejam pedreiros, motoristas, técnicos de de desenho, empregados de escritório, electricistas, ou serralheiros, devem pertencer ao sindicato vertical da metalurgia e metalomecânica. Em cada empresa passará a actuar apenas uma associação sindical que pode ser de âmbito distrital, englobar vários distritos, uma região ou o país, conforme as realidades de cada sector e sem nunca perder de vista a melhor ligação, a mais estrita e dinâmica, entre todos os trabalhadores que representa. Como assinala o documento para a Conferência Nacional de Organização Sindical, a verticalização corresponde, na empresa, **às necessidades, anseios e interesses de todos os trabalhadores, desde o técnico mais qualificado ao trabalhador auxiliar, reforça os laços de unidade, entreajuda, fraternidade e solidariedade de classe que o processo de trabalho origina entre todos os trabalhadores.**

Por hoje, a contratação

Enquanto não voltamos ao assunto, que merece atenção mais demorada, adiantemos apenas duas linhas sobre a contratação colectiva para vermos, ainda que sumariamente, como a verticalização contribuirá para a melhorar em todos os aspectos, nos que aqui vão assinalados e em outros de que falaremos mais tarde.

Os trabalhadores da Petrogal, por exemplo, têm hoje representados na empresa mais de 70 Sindicatos. Ao dividi-los desse modo (como também pretende dividi-los, embora noutros moldes, a UGT) o fascismo pretendia fundamentalmente, em todas as empresas, enfraquecer a organização dos trabalhadores e a sua capacidade reivindicativa. O mesmo pretende hoje o divisionismo da UGT. Na situação que ainda hoje é predominante, qualquer processo de revisão de um contrato colectivo de trabalho obriga a repetir as mesmas iniciativas e acções tantas vezes quantos os Sindicatos subscritores desse contrato. «Desde a emissão de uma convocatória até à realização de um plenário vertical há uma repetição de esforços e, quantas vezes, as dificuldades de tempo e de constituição de plataformas de entendimento e unidade para a acção estão na origem de atrasos e demoras que saem caros aos trabalhadores», assinala o documento-base para a Conferência, cuja preparação e realização contribuirá decisivamente para acabar com essa e muitas outras anomalias herdadas pelo Movimento Sindical.

Os trabalhadores do Têxtil exigem salários para viver

Os cerca de 280 mil trabalhadores têxteis contam-se entre os mais mal pagos do país. Segundo a respectiva Federação sindical, perto de 65 por cento dos salários do sector não ultrapassa o mínimo nacional. Com um contrato que vigora há 25 meses, esses trabalhadores continuam a ser vítimas de um boicote conjugado patrões-Ministério do Trabalho. Na sequência do rompimento das negociações directas de revisão do CCT em 25 de Outubro findo, só no dia 10 do corrente é que a Comisão Negociadora Sindical (CNS) foi informada, de que iria ser criada uma comissão técnica. Mas não foi adiantada qualquer garantia de que serão contempladas as reivindicações justas dos trabalhadores. Deste modo, Governo e patrões reaccionários, ao mesmo tempo que falam na «paz social», continuam a empurrar centenas de milhares de trabalhadores para formas de luta que os próprios trabalhadores procuram evitar através da abertura ao diálogo e à negociação. Assim, mais uma vez, a indústria têxtil paralisou na última quinta-feira, por salários de acordo com o aumento do custo de vida e segundo a proposta sindical. No Porto, em Vila do Conde e em Guimarães, apesar das intimidações e campanhas de desmobilização, a paralisação e as concentrações mobilizaram cerca de 75 por cento dos trabalhadores do sector exigindo a «saída imediata de salários justos e dignos», a garantia de emprego e o fim dos despedimentos. Entre as várias moções aprovadas destacamos a que saúda e apoia a grande jornada nacional de apoio à Reforma Agrária.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

17 E 18 DE FEVEREIRO DE 1979

PARTICIPA NA REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

DA TUA EMPRESA DA TUA FEDERAÇÃO DO TEU SINDICATO DA TUA CENTRAL

PARA DEFESA DOS TEUS DIREITOS E INTERESSES

PELO REFORÇO DA UNIDADE
PELO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA
PELO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO

CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

Lutas e Tarefas

Solidariedade para com a CPP — Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pesca (CPP), empresa nacionalizada que não paga salários desde Setembro do ano findo e está paralisada desde Junho do mesmo ano por o Governo não ter pago as licenças de pesca à Mauritânia, expressam o seu agrado pela solidariedade demonstrada pelos trabalhadores da indústria naval, que lançaram uma campanha de fundos para acorrer às necessidades mais urgentes dos companheiros sem salários. Logo que estes sejam pagos pela CPP, os trabalhadores devolverão as verbas recebidas à Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval para a criação de um fundo de solidariedade.

Grave situação na Precix — A célula do PCP na Precix (Camarate) afirma num comunicado que, embora os trabalhadores da empresa tenham sugerido medidas concretas para a sua recuperação e manisfestado a sua disposição de nelas colaborar, a inércia, a incapacidade de reconversão, a falta de perspectivas têm sido constantes por parte da administração da empresa que conta com uma participação do Estado da ordem dos 92,5 por cento. Defendendo o direito ao trabalho e a unidade, a Célula do PCP apela a todos os trabalhadores no sentido de não permitirem que a empresa se afunde «para depois ser posta à venda por uma ridicularia a qualquer capitalista que se apresente. Qualquer que seja a sua filiação partidária, os trabalhadores da Precix devem unir-se na defesa dos seus postos de trabalho, pois a empresa, que está bem equipada e possui um bom nível tecnológico, pode ser rentável e útil à economia nacional, resistindo ao assalto do grande capital privado que já ronda a Precix por intermédio do grupo Mello, Deutsch, Morgan, que «tenta reconstruir em Portugal o império monopolista dos conhecidos fascistas Mellos», lembra o comunicado da Célula da Precix.

Proposta para a Marinha Mercante — A Célula do PCP na CTM (Companhia de Transportes Marítimos), empresa nacionalizada, protestando contra o «enfeudamento total» da marinha mercante ao FMI, propõe a sua reestruturação e adianta uma série de propostas que incluem a nomeação dos órgãos sociais das empresas e o prosseguimento do projecto NAVIS, «como forma de constituição de um operador único nacionalizado com vista ao melhor aproveitamento dos meios humanos e materiais disponíveis». Das medidas propostas consta ainda a elaboração de um plano de abate e aquisição de navios e o saneamento financeiro da empresa, cumprindo legislação em vigor.

● **CTs da Função Pública** – Depois do último plenário com 51 CTs da Função Pública, representando 27 mil trabalhadores, onde foi decidido dinamizar essas estruturas organizativas e criá-las em todos os locais de trabalho onde ainda não existam, os trabalhadores organizados em várias empresas e serviços, como Petrogal, Siderurgia, Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos e Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, entre outras, manifestaram o seu repúdio pela tentativa de intromissão do Governo nas CTs da Função Pública, no sentido de as liquidar, e deram o seu apoio à livre criação e funcionamento de todas as Comissões de Trabalhadores do país, em todos os sectores de actividade e dentro dos princípios constitucionais em vigor. No mesmo sentido se pronunciaram ainda o Conselho de Trabalhadores de Santa Iria da Azóia e a direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Municipalizados do Porto.

● **Instalações da CGTP-IN** – Várias manifestações de repúdio da parte de trabalhadores e das suas organizações opõem-se às recentes manobras da Comissão Administrativa do INATEL no sentido de afastar a CGTP-IN da sua sede na Victor Cordon em Lisboa e de impedir que as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador decorram este ano no Estado 1.º de Maio.

● **Operários credores de mais de cem mil contos** –É o que acontece na Cifa e na Valfar, empresas da região do Porto, segundo revelaram em conferência de Imprensa os Sindicatos do distrito e o departamento económico da USP, ao acusarem os conselhos de gestão de alguns bancos de serem responsáveis pelo encerramento de pequenas empresas de vários sectores económicos e de outras bem maiores e viáveis como a JC Rodrigues que levou ao desemprego 400 trabalhadores. Entretanto, surge a ameaça já revelada, também no Porto, durante uma assembleia geral do respectivo Sindicato, contra os postos de trabalho de cerca de 15 mil bancários, se for por diante a «reestruturação» da Banca preconizada por um membro do Governo, segundo as receitas do FMI.

● **Plano nacional de transportes** – O II Encontro das Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais do Sector de Transportes da Zona de Lisboa, reivindicou no último sábado a elaboração de um plano nacional de transportes que corresponda «às reais necessidades da economia e que permita um planeamento correcto, quer da actividade das empresas, quer dos investimentos». Fortemente representativo (38 membros de CTs e 22 de Comissões Sindicais), representando o pessoal de 11 empresas, aprovaram conclusões que serão entregues a órgãos do poder.

Escola de Formação Sindical — À semelhança do que sucede por todo o país, a Comissão Distrital de Setúbal, encarregada da Campanha de Fundos para a Escola de Formação Sindical da CGTP-IN, apela à contribuição de todos os trabalhadores, «porque os trabalhadores, como classe, têm os mesmos interesses fundamentais a defender, independentemente da sua filiação partidária ou credo religioso; porque os direitos alcançados têm de ser defendidos, a inflação travada, os despedimentos arbitrários eliminados, as liberdades sindicais garantidas. Contribuir para a criação da Escola de Formação Sindical é apostar na capacidade de resposta do Movimento Sindical Unitário» é um «imperativo da nossa consciência de classe, é dizer não ao divisionismo, é afirmar que só na independência da organização dos trabalhadores, sem o enfeudamento ao patronato, é possível acabar com a exploração do homem pelo homem».

* * *

Reunidos, entretanto, em assembleia geral, os trabalhadores da Sorefame decidiam contribuir com uma hora de salário para a campanha da escola sindical.

O «paraíso» apregoado por Mota Amaral e Alberto Jardim é bem diferente da dura realidade que se vive nas Regiões Autónomas

Região Autónoma dos Açores: *A beleza paisagística da Lagoa das Sete Cidades*

Região Autónoma da Madeira: *Mercado dos Lavradores, no Funchal*

A situação que se vive presentemente nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde, como é do conhecimento público, o PPD põe e dispõe, continua a ser, primeiro que tudo, uma situação de constante atentado ao regime democrático e constitucional, o que origina (e estimula) as mais flagrantes injustiças e arbitrariedades.

E se é verdade que as acções de terrorismo e violência das forças separatistas não se têm manifestado ultimamente, a verdade também é que isso se deve, pura e simplesmente, a um facto: os próprios Governos Regionais dos Açores e da Madeira, liderados, respectivamente, por Mota Amaral e Alberto João Jardim, encarregam-se de levar à prática os objectivos da FLA e da FLAMA, tal como têm referido (por vezes abertamente!) nas suas declarações e, principalmente, tal como têm feito através da sua política de traição, reaccionarismo e inoperância, bem visível em **todos** os sectores controlados pelos Governos Regionais, a começar pelos seus departamentos.

A análise desta situação – a qual nada tem a ver com o "paraíso" tão histericamente apregoado pelos dirigentes do PPD – que tem também graves consequências de carácter económico e social para a população das Ilhas – é feita, de forma clara e objectiva, nos depoimentos que apresentamos em seguida e que nos foram concedidos pelos camaradas que dirigem o trabalho na Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) e na Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP. Não publicamos nem os seus nomes nem as suas fotos por motivos de segurança, devido ao ambiente antidemocrático e às provocações anticomunistas descaradamente estimuladas e apoiadas pelos Governos Regionais, o mesmo é dizer pelo PPD.

Nos depoimentos, os nossos camaradas falam-nos também da vida sindical e das lutas dos trabalhadores naquelas regiões do país, e ainda das perspectivas que se abrem ao reforço e desenvolvimento da unidade em defesa da democracia e ao alargamento do Partido e da sua influência.

1 A actual situação política e económica

2 A vida sindical e as lutas dos trabalhadores

3 As perspectivas do reforço e alargamento da unidade em defesa da democracia. O Partido

Região Autónoma dos Açores

1 Vive-se na Região Autónoma dos Açores uma situação antidemocrática gerada e incentivada pelo Governo regional e pelo partido que o domina: o PPD. Trata-se de uma situação muito grave, que se manifesta no dia-a-dia, na vida política, nos mais pequenos pormenores. No entanto, apesar de todas as dificuldades, obstáculos e manobras, as forças progressistas — com destaque para o nosso Partido — desenvolvem desde há longa data uma intensa luta a que vêm aderindo cada vez mais trabalhadores, homens, mulheres e jovens que não estão dispostos a continuar a ver os Açores como uma coutada do PPD, da reacção e do imperialismo, em que a exploração do povo trabalhador atinge cada vez mais índices e situações de extrema gravidade.

• Campanhas de calúnias contra a democracia

A situação antidemocrática que se vive nos Açores tem, como se compreende, vários sustentáculos. Existe, por exemplo, uma campanha constante de calúnias e acusações infames contra as forças que estão com a democracia e a liberdade, que é acompanhada por uma constante campanha de apoio ao separatismo, com «slogans» ornamentados ou então com a sua apologia descarada. Estas campanhas, feitas todos os dias através de alguns jornais diários e semanários, da Televisão e da Rádio, têm, entre outros, dois objectivos centrais: por um lado, tentar esconder o fracasso total da política de traição, reaccionarismo e incompetência do PPD; por outro lado, estimular o ambiente propício à hostilização das forças democráticas e progressistas.

• «Açorianismo»?

Quando dizemos que as campanhas a favor do separatismo veiculadas pelos órgãos de Comunicação Social dos Açores se revestem às vezes de «slogans» ornamentados, estamos a denunciar os objectivos provocatórios das notícias, comentários e entrevistas onde embora não se publiquem palavras como «separatismo», «FLA», etc. aparecem — a querer dizer o mesmo — termos como «açorianismo», «grande povo dos Açores na caminhada para a liberdade», entre outros. O Governo Regional e os órgãos de Informação que controla ainda não explicaram ao povo dos Açores o que é o «açorianismo» ou a tal «caminhada para a liberdade»... mas não podem negar que isto quer mesmo dizer separatismo!

Embora com uma actividade bastante reduzida há já algum tempo, a FLA pouco se «mexe» actualmente. Não necessita, como aliás não necessitaria quando no passado recente promoveu uma série de atentados terroristas; mas nessa altura, fez isso como forma de pressão. Agora, repito, não necessita. O Governo Regional — a quem já foram feitas grandes cedências pelo Governo central, orientadas para a entrega do controlo executivo em vários sectores, numa clara violação da Constituição, lei fundamental do país — trata de levar à prática os objectivos, as propostas e as exigências do separatismo. Ao mesmo tempo que o Governo Regional fala em autonomia mas a pensar em separatismo, insistindo numa política que podemos designar por esgotamento do processo autonómico, a FLA continua (esporadicamente) a cobrir algumas paredes com frases deste tipo: «Autonomia não tem limites»...

Já muito limitada é a Justiça nos Açores! Os autores dos actos de terrorismo e violência continuam escandalosamente impunes. Os processos criminais — se é que existem... — continuam aos cantos das gavetas, à espera, à espera... Entretanto, as forças separatistas — é preciso não esquecer — são uma ameaça à segurança dos cidadãos. E que faz o Governo Regional? Absolutamente nada!

Falar da situação política actual na Região Autónoma dos Açores obriga a referir outros aspectos importantes. Ainda recentemente, o sr. Mota Amaral veio a Lisboa recrutar figuras do PPD do continente para integrar o seu executivo. Mudaram alguns nomes, para ficar tudo na mesma: a incompetência, por exemplo. Outro aspecto a sublinhar é o reaccionarismo profundo do Governo Regional. A sua política no geral, os seus objectivos, os seus métodos, tudo assenta nos esquemas políticos do antigamente.

Região desprezada durante o fascismo, os Açores estão hoje sujeitos às consequências de uma política económica desastrosa, incoerente, de autêntica submissão aos interesses capitalistas e agrários. Assiste-se, por exemplo, a uma concentração de investimentos monopolistas que só têm agravado as já difíceis condições de vida do povo trabalhador. S. Miguel, onde vive o sector mais destacado da grande burguesia, é o centro desses investimentos. Flores, Corvo, Graciosa, S. Jorge, S. Maria e Pico são ilhas praticamente abandonadas pelo Governo Regional, ou seja, são as mais desprezadas.

As consequências da política do Governo são hoje gravemente sentidas pelos pequenos agricultores, pescadores e industriais, cada vez mais «estrangulados» pelos empreendimentos monopolistas; pelos trabalhadores, cada vez mais no desemprego; por todo o povo açoriano, já farto da incompetência governamental em todos os sectores: saúde e assistência, transportes, ensino, etc.

As grandes empresas privadas de pesca, por exemplo, estão a destruir o equilíbrio ecológico e a condenar à fome centenas e centenas de pescadores, ao usarem mesmo junto à costa processos com os quais apanham todo o peixe: grande e pequeno.

Por outro lado, a política do Governo Regional é também uma política de discriminação. Quem se inscrever no PPD tem grandes possibilidades de arranjar emprego. Quem não for do PPD...

Região Autónoma dos Açores: *cerca de 250 mil habitantes, nove ilhas, dezanove concelhos, cento e quarenta e uma freguesias, três importantes centros urbanos: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta*

• A greve na SATA: o que o Governo não diz

É neste primeiro ponto do depoimento — a situação política e económica — que falamos da greve dos pilotos da SATA. Com efeito, trata-se de um assunto político e muito grave.

Primeiro que tudo, o que é a SATA, Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos? É uma empresa que possui quatro aviões, cerca de 400 trabalhadores e 18 pilotos. Neste momento, faz a ligação aérea entre as ilhas dos Açores, sendo pois uma empresa extremamente necessária à vida na região. Cinquenta e um por cento do capital da SATA pertence à TAP (que faz as ligações entre o Continente e as Ilhas) e 49 por cento ao Governo Regional, que

«Açores — Independência agora!». Insignias destas, muitas vezes acompanhadas de galhardetes da FLA, como neste caso, circulam impunemente na Região Autónoma dos Açores, numa infame provocação ao regime democrático, à Constituição, à unidade territorial do País

sempre teve intenções de dominar por completo a empresa para fins que nada têm a ver com o desenvolvimento da região, mas sim com a tal política de que «a autonomia não tem limites...».

Tais intenções foram-se acentuando cada vez mais. Entretanto, os 18 pilotos da SATA (qual deles o mais reaccionário...) foram para a greve. Objectivo: aumento de salários, reivindicação que não é encarada como justa. Os prejuízos económicos e sociais que esta greve política desencadeia são incalculáveis. O conflito persiste. O seu objectivo não é, na verdade, só o aumento salarial. Tem em vista uma pressão para a entrega dos outros 51 por cento do capital da SATA — para fazer a totalidade — ao Governo Regional. E este, como é natural, nada faz para resolver o conflito. Deixa-o prolongar-se... E vai falando na «reestruturação» da empresa. Vai pedindo o seu controlo total.

A política de transportes do Governo Regional reflecte em todos os seus aspectos a política de inoperância, reaccionarismo e traição. É a política do boicote às empresas públicas ou nacionalizadas pelos governos centrais. Um exemplo: Companhia de Transportes Marítimos (CTM), nacionalizada, é alvo da concorrência da Mutualista Açoriana, empresa privada, que, dispondo apenas de uma unidade, aluga outros navios estrangeiros provocando grande saída de divisas. Nos transportes rodoviários, o escândalo ainda é maior. Não promove a criação de serviços de transporte municipalizados. Prefere continuar a pagar os défices das empresas privadas que ainda por cima servem muito mal os seus utentes.

2 Separar os trabalhadores dos Açores dos trabalhadores do resto do país, manter e perpetuar a exploração — são objectivos do separatismo. Mas as massas trabalhadoras da Região Autónoma dos Açores não estão dispostas a isso. E é neste sentido que se afirma cada vez mais a combatividade dos trabalhadores.

O Movimento Sindical na região ainda é débil. No entanto, não se pode deixar de salientar que ele tem vindo a reforçar-se a pouco e pouco. É um reforço apontando à unidade, à luta contra a opressão patronal, ao combate contra o divisionismo e suas manobras, quer venham da direita, quer venham do esquerdismo.

No campo sindical e cooperativo a unidade e a organização reforçam-se também entre os pequenos agricultores através de diversas estruturas que promovem a defesa dos seus interesses económicos e sociais. O mesmo sucede entre os pescadores artesanais, que protestam contra as escandalosas protecções Governo Regional às grandes empresas monopolistas.

• Vitórias

Os trabalhadores dos Açores vão, entretanto, reforçando e alargando a sua mobilização para as lutas reivindicativas, sempre através da unidade, base de grandes vitórias já alcançadas; refira-se, a propósito, a vitória dos trabalhadores dos transportes de S. Miguel, que lutavam pela contratação colectiva, e a forte adesão à grave dos CTT, entre outras.

Ainda recentemente, a unidade dos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores deu uma significativa prova da sua força. Que o digam os senhores da central amarela UGT, que não consegue qualquer implantação, como ficou bem provado nos consecutivos fiascos das reuniões «dinamizadoras» promovidas pela UGT do sr. Gonelha e Companhia em Ponta Delgada.

3 O reforço da unidade das forças antifascistas e da sua actividade é a condição essencial para desenvolver em toda a Região Autónoma dos Açores uma ampla opinião pública democrática que desmascare totalmente os objectivos e a prática política do Governo Regional. A ORAA do PCP pensa que existem nos Açores forças capazes de, num futuro próximo, derrotar a reacção e iniciar uma administração democrática, realista e coerente na região. O povo açoriano rejeita o separatismo, a violência e a inoperância. O povo açoriano erguerá a bandeira da unidade, da democracia e da autonomia constitucional.

Já há bastante trabalho realizado nesse sentido. No entanto, muito há a fazer para que a democracia avance para a vitória total. Neste sentido, é extremamente necessária a colaboração, a unidade, o entendimento, a cooperação prática das forças que estão com o progresso social, das forças que querem construir nos Açores — tal como em todos os outros pontos do Portugal de Abril — uma vida feliz para todos os trabalhadores, para todo o povo. Pela sua parte, o PCP tudo fará para levar à prática a unidade com as outras forças democráticas, em particular com o PS.

Apesar de todas as dificuldades, a ORAA do PCP tem vindo a aumentar a sua capacidade de acção e intervenção. O Partido está hoje mais forte e organizado.

Em 23 de Dezembro de 1977, uma bomba incendiária colocada pelas mãos criminosas dos separatistas destruiu o Centro de Trabalho do PCP na Horta. Em 26 de Dezembro, portanto três dias depois, o Centro voltava a abrir as suas portas, graças ao trabalho voluntário de comunistas e simpatizantes do Partido. Foi uma grande vitória das forças democráticas e em especial do PCP nos Açores. Foi, também, uma grande derrota da camarilha separatista e do Governo Regional.

É, pois, esta imagem de vontade, mobilização e confiança no futuro que continuará a animar os comunistas e os amigos do PCP na Região Autónoma dos Açores.

Região Autónoma da Madeira

1 A situação política actual na Região Autónoma da Madeira é, em muitos aspectos, praticamente idêntica à da Região Autónoma dos Açores. Opressão, campanhas de calúnias, ataques à democracia e às liberdades pelos próprios elementos do Governo, inoperância e reaccionarismo, são também traços salientes na política do PPD na Madeira.

E a população, como é natural, não fica indiferente a tal política. Ainda recentemente, por ocasião de um prova de atletismo realizada no Funchal (corrida de S. Silvestre), a figura número um do Governo Regional foi vaiada pela população que estava a assistir à prova. Nas três vezes que se dirigiu ao **podium**, para entregar as medalhas dos três primeiros classificados, o sr. Alberto João Jardim foi sempre energicamente vaiado pela assistência.

• 13 mil desempregados

Entretanto, a orientação política do Governo Regional tem inúmeras consequências de profunda gravidade que se fazem sentir em todos os sectores da vida. O "paraíso" de que falam os senhores do PPD e do Governo nada tem a ver com a dura realidade que se vive na Madeira (como acontece também nos Açores).

Agrava-se o problema do desemprego. Os números oficiais referem cerca de 10 mil trabalhadores desempregados. Na realidade, esse número é de 13 mil! Trata-se de uma das taxas mais altas a nível europeu. Aquele número não inclui quem tem subemprego e ainda os jovens que procuram o primeiro emprego. Se fossem contados os madeirenses que estão nestas situações aquela cifra seria muito maior. Aliás, uma das condições para encontrar emprego é estar-se inscrito no PPD...

Para se ter uma ideia da grave situação social que se vive na Região Autónoma da Madeira basta passar à porta do Consulado da Venezuela no Funchal... Ali se formam quase todos os dias, desde há seis meses, imensas bichas de madeirenses que pretendem emigrar para aquele país.

Este é apenas um dos reflexos da política do PPD, uma política de corrupção e inoperância total, uma política de vergonhosa traição, cujas afinidades com o separatismo são desde há muito conhecidas.

A par da ofensiva caluniosa contra as forças democráticas incentivada pelo Governo Regional, a situação política na Madeira é também caracterizada pela decrescente actividade terrorista da FLAMA, e isto porque, por um lado, o próprio Governo Regional está orientado para os mesmos objectivos, e por outro lado, a FLAMA tem sofrido vários insucessos e desaires. Recorde-se, a propósito, que nos finais do Verão passado, em Porto Santo, rebentou uma bomba nas mãos do próprio autor, o então vice-presidente da Juventude Centrista.

Apesar da actividade terrorista da FLAMA ter diminuído, isso não quer dizer que não continue em perigo a segurança dos cidadãos madeirenses. Os terroristas, bem conhecidos, ainda não foram punidos. Os "processos criminais" arrastam-se indefinidamente...

A recessão do turismo é outra das consequências do ambiente antidemocrático e da impunidade com que são distinguidos os terroristas. O Governo Regional bem tenta esconder este facto. No entanto, não se pode esquecer que muitos portugueses do continente foram alvo da provocação dos fascistas da FLAMA (mal saíam do Aeroporto, muitos turistas nacionais eram apelidados de "cubanos", sendo muitas vezes agredidos...). Não se pode esquecer o rebentamento de uma bomba colocada pela FLAMA, num carro da Polícia Judiciária na Madeira, rebentamento esse que feriu com muita gravidade um operador turístico dum país nórdico.

• Pagar uma toalha por 600$00 e vendê-la por 30 contos...

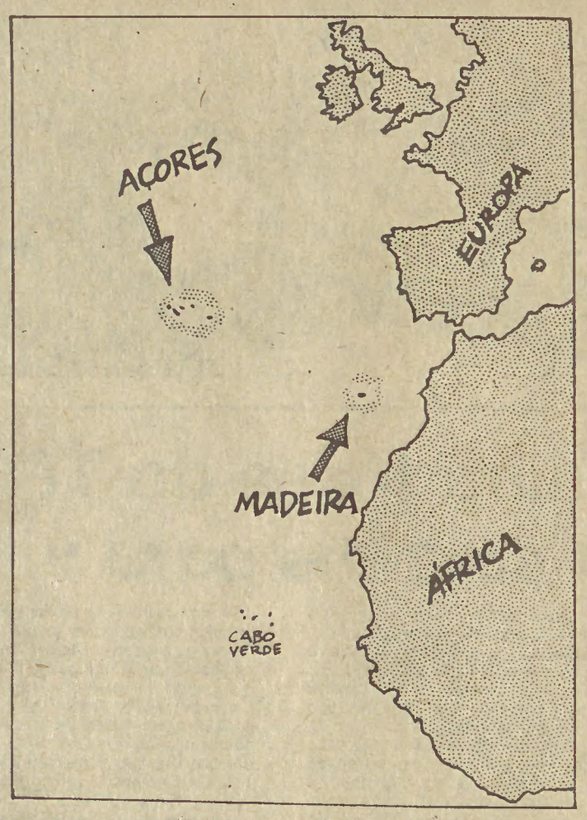
A política do Governo Regional é, também, a política da exploração desenfreada das classes trabalhadoras. O patronato dá as suas ordens e o Governo do sr. Jardim lá está sempre pronto a espezinhar os justos direitos de quem trabalha.

Ainda recentemente, o presidente do Instituto de Tapeçarias e Bordados, o sr. Ascioli, do PPD, foi afastado do cargo por se manifestar, embora muito superficialmente, a favor de algumas regalias e direitos dos trabalhadores. Para o Governo Regional é necessário que os postos de chefia estejam nas mãos de indivíduos que sigam à recta a política de exploração e que não alterem, por muito pouco que seja, situações como as das bordadeiras do campo: as toalhas típicas que estas trabalhadoras confeccionam demoram cinco meses a fazer-se; os grandes industriais do sector fornecem-lhes os materiais necessários e, depois, pagam-lhes 600$00 ou pouco mais (por cinco meses de trabalho!); esses senhores vendem então as toalhas já feitas por 30 contos quando não é por mais!

Como os circuitos de exportação são controlados pelos grandes industriais, as cooperativas constituídas têm enfrentado graves problemas, designadamente no que toca à colocação dos produtos no mercado externo.

Em situação difícil estão também os pequenos pescadores, os caseiros (a solução do problema da colonia, forma de exploração feudal da terra, mantida durante séculos, não é do interesse do Governo Regional), os pequenos comerciantes e industriais e muitos outros sectores.

Não queria terminar este primeiro ponto do meu depoimento, sem focar, embora resumidamente, um aspecto importante no âmbito político: apesar de ter objectivos idênticos, a direita não tem actualmente posições totalmente coincidentes. Um exemplo é a divisão interna no PPD da Madeira: enquanto uns querem a criação de um "partido regional", outros pretendem que a "imagem" do PPD continue na mesma. Entre os primeiros, está o sr. Castro Jorge, secretário da APAM (Associação Política do Arquipélago da Madeira – parte legal da FLAMA) e director do "Diário da Madeira". Recorde-se que, recentemente, o sr. Castro Jorge assaltou à boa maneira nazi a Tipografia do "Comércio do Funchal", que estava em autogestão.



2 Em resposta à política antidemocrática do Governo Regional, os trabalhadores da Madeira prosseguem a luta pela sua unidade e organização, prosseguem a luta por melhores condições de vida e de trabalho, contra a exploração do patronato e as arbitrariedades do Governo. A grande resposta dos trabalhadores tem sido, com efeito, a unidade de combate. É exemplo dessa unidade a luta na Empresa Eléctrica da Madeira (EEM), onde 90 por cento dos trabalhadores já se manifestaram contra a regionalização da empresa e conseguiram levar de vencida uma justa luta pela obtenção de um novo Contrato (desde Setembro de 75 que não eram aumentados). Os trabalhadores da EEM foram obrigados a desencadear uma greve progressiva, tendo sido alvo das mais caluniosas provocações tanto por parte da gerência (PPD) como do Governo Regional.

Recentemente, os trabalhadores das conservas de Porto Santo e da Leacock (borrachas) alcançaram também importantes vitórias na luta pelos seus jutos direitos. Como o "Avante!" referiu na altura, os professores da Região elegeram há poucas semanas uma lista unitária para os órgãos directivos do seu Sindicato, o que assinalou igualmente uma grande vitória para o próprio movimento sindical na Madeira.

• Contratos a prazo: uma forma de chantagem

O Governo Regional tem-se oposto sistematicamente à igualização dos salários entre os trabalhadores da Região e do Continente. O patronato quer assim. O PPD respeita. Entretanto, os contratos a prazo passaram a ser uma norma comum e permanente. É a coacção e a chantagem sobre os trabalhadores. Quem é admitido numa empresa com contrato a prazo já sabe que será vigiado diariamente. Depois, quando o contrato cessa, o patrão decide sobre a continuação ou não do trabalhador na empresa. Creio que não são necessárias mais palavras para se ter uma ideia dos grandes obstáculos que enfrenta a actividade sindical na Região Autónoma da Madeira...

Neste momento, 50 por cento dos trabalhadores da Hotelaria têm contratos a prazo.

No quadro da actividade sindical, é de salientar o reforço da organização dos trabalhadores em torno da União Sindical e a importante acção das delegações sindicais. A luta contra a colonia está a intensificar-se através da acção de estruturas unitárias, em particular a União dos Caseiros da Ilha da Madeira (UCIM).

3 A defesa das liberdades e do projecto democrático continuará a ser um factor de mobilização e de reforço da unidade dos democratas. A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP está confiante: o futuro pertence às forças democráticas e aos trabalhadores, que reforçarão a sua unidade em torno da concretização de acções conjuntas que denunciem a desastrosa e inoperante política do Governo do PPD (expressa no galopante aumento do custo de vida, desemprego, crise económica, etc.) e que impeçam a continuação dessa política, o mesmo é dizer a continuação das formas mais arbitrárias de exploração do povo trabalhador.

Na primeira linha da luta pela democracia e pela unidade territorial continuará bem firme o nosso Partido, os seus militantes e a sua massa de amigos e simpatizantes. Contra as provocações da reacção e do separatismo, contra a política do Governo do PPD, o PCP tudo fará, como partido democrático de implantação crescente na Região, para reforçar a sua actividade de ligação aos interesses populares, interpretando os seus anseios e aspirações. A reacção não conseguirá silenciar a voz ou impedir a acção do PCP. A aceitação do nosso Partido é cada vez maior. Cresce a organização. Surgem novas perspectivas.

O "Avante!" vende-se no Funchal, nas ruas, nos mercados, noutros locais públicos. É procurado por muita gente e lido com grande entusiasmo.

O Partido desenvolve hoje um importante trabalho em todos os concelhos e freguesias do arquipélago, embora nalguns com certa dificuldade devido ao caciquismo. Temos três Centros de Trabalho: no Funchal, no Machico e na Ponta do Sol.

Estamos confiantes no grande reforço do Partido e da sua acção em defesa do povo trabalhador e da democracia. Estamos confiantes no reforço da unidade democrática, designadamente entre comunistas e socialistas, que é fundamental para a concretização das justas aspirações dos madeirenses.

***Região Autónoma da Madeira:** cerca de 260 mil habitantes, duas ilhas habitadas (Madeira e Porto Santo), onze concelhos, cinquenta e três freguesias, centro mais importante: Funchal*
O Partido desenvolve hoje um importante trabalho em todos os concelhos e freguesias do arquipélago, embora nalguns com certa dificuldade devido ao caciquismo fascista, estimulado pelo Governo Regional. Presentemente, existem na Região Autónoma da Madeira três Centros de Trabalho do PCP

Região Autónoma da Madeira: *vista parcial de Câmara de Lobos, vendo-se ao fundo o Cabo Girão*

Nasceram 2 novas Direcções Regionais: a DOROR acaba e dá lugar à DORSA e à DORLEI

– Entrevista com Joaquim Gomes

O ano de 1979 começou com uma novidade na estrutura orgânica do Partido. A partir da antiga Organização Regional do Oeste e Ribatejo – a DOROR – duas novas Organizações Regionais foram formadas: a de Leiria – DORLEI – e a de Santarém – DORSA. O "Avante!" entrevistou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e, naturalmente, surgiu a primeira pergunta:

Como se formou a DOROR que agora acabou?

As estruturas regionais do Partido têm a sua razão de ser – começou por dizer-nos o camarada Joaquim Gomes. – **Depois do 25 de Abril manteve-se aquilo que eram já as zonas de trabalho do PCP no tempo de clandestinidade. A DOROR já existia. Havia no entanto algumas diferenças; recordo, por exemplo, que quando a DOROR foi formada ainda apanhava concelhos do distrito de Lisboa, por exemplo o de Torres Vedras. No tempo da clandestinidade esta Organização do Oeste e Ribatejo apanhava o distrito de Leiria, parte do distrito de Lisboa e o distrito de Santarém. Esta Organização continuou mais ou menos com a mesma estrutura que havia antes, mantendo-se apenas os dois distritos – Leiria e Santarém. Há portanto uma razão histórica para que a DOROR tenha surgido como surgiu e assim se tivesse mantido até agora.**

● Eliminar um travão ao desenvolvimento do trabalho

Então por quê agora esta descentralização?

O que se veio a verificar depois é que, no caso da DOROR, dada a diversidade de problemas, aquilo que esteve certo até uma determinada época deixou de o estar numa outra situação – e isso vinha-se sentindo desde há algum tempo. À medida que se foi desenvolvendo o trabalho nos dois distritos a própria divisão orgânica que existia começou a transformar-se de certo modo num travão para o desenvolvimento do trabalho. Daí ter-se pensado na separação dos dois distritos.

● Diferenças e semelhanças entre os dois distritos

Foram as diferenças sociais e políticas entre os distritos que aconselharam esta divisão?

Claro que, quem se der ao cuidado de olhar para os dois distritos, quer quanto às forças sociais neles existentes, quer mesmo quanto ao tipo de propriedade, vê que há diferenças muito grandes. É certo que até há partes nos dois distritos – no caso concreto de Santarém, por exemplo na zona de Vila Nova de Ourém e nos concelhos do norte – que não se diferenciam muito também da zona norte do distrito de Leiria: o tipo de propriedade é mais ou menos igual, os problemas não diferem muito. Ainda noutra ponta onde os dois distritos se tocam aparecem semelhanças – o caso de Rio Maior e de Alcobaça. Tem até interesse recordar que Rio Maior, Alcobaça e Batalha são três concelhos de onde a reacção partiu bastante para os ataques ao Partido no Verão de 75 e onde certas forças reaccionárias se estabeleceram.

Há ainda outra ponta, onde se encontram os concelhos de Alcanena e de Porto de Mós, que são praticamente iguais no tipo de indústria – a têxtil – e zonas bastante atrasadas e difíceis.

Mas se formos a ver o resto dos dois distritos já os problemas são completamente diferentes: Santarém é um distrito da zona de intervenção da Reforma Agrária, que tem um proletariado agrícola com grande peso, coisa que em Leiria praticamente não existe. Mesmo o tipo de pequena propriedade e certas classes sociais como os rendeiros não têm nenhuma semelhança nos dois distritos.

Entretanto, na própria Direcção Regional que era a DOROR, os camaradas que tinham trabalho específico viam multiplicar-se as suas próprias tarefas e problemas, encontravam cada vez mais dificuldade em abarcar tudo o que existia nos dois distritos. E essas dificuldades cresciam à medida que se desenvolvia o Partido em cada um dos distritos. Por isso se resolveu separá-los organicamente.

Seria no entanto errado pensar que a criação da DOROR terá sido um erro desde o princípio.

● Muitos quadros se formaram

Quer dizer que a criação de duas novas Direcções Regionais significa um aprofundamento do trabalho de organização?

De facto já começava a tornar-se difícil abarcar só a nível da DOROR todos os problemas que se vinham colocando na Direcção Regional. Para te dar um exemplo: um camarada que tivesse a responsabilidade do trabalho de organização acabava por, dada a dispersão de esforços que tinha de desenvolver, não dar assistência capaz nem a um nem a outro lado. É muito trabalho.

Quando se resolveu fazer a divisão da DOROR em duas direcções regionais naturalmente que isso só foi possível dado o número de quadros que se formaram nos dois distritos. Naturalmente que já antes essa divisão poderia ser feita, mas incomparavelmente com muito mais dificuldades do que agora. Porque agora não foi muito difícil transformar as comissões Distritais que existiam nos dois distritos, e quase todos esses quadros, no caso de Leiria são todos, transitaram para a Direcção Regional ali criada.

Alguns quadros ainda têm falta de experiência, mas são quadros que não estão em piores condições para agarrar hoje o trabalho, quer no distrito de Leiria, quer no distrito de Santarém do que estavam os quadros que entraram para a DOROR no tempo da sua formação. Podemos dizer, de certo modo, e dentro de formas de trabalho diferentes das que existiam no tempo da clandestinidade, que a passagem se fará com talvez menor dificuldade do que quando se formou a DOROR.

Tanto os camaradas da DOROR como os do Secretariado do Comité Central e da Comissão Política pensaram que esta passagem, a curto prazo, traz algumas dificuldades. Não são muitas, mas vão sentir-se. Mas, a médio prazo, isto traz realmente muitas vantagens para o trabalho nos dois distritos. Os quadros mais responsáveis podem agora dedicar-se melhor ao trabalho nos respectivos distritos e foi necessário promover outros quadros a tarefas que naturalmente não tinham ao nível que têm agora quando estavam apenas nas comissões distritais. É uma promoção de quadros que se faz e que a médio prazo será muito vantajosa para o trabalho do Partido. E é justo salientar que em ambos os distritos se formaram quadros, há quadros para promover, quer ao quadro de funcionários quer a tarefas de responsabilidade. Isto é também consequência do próprio desenvolvimento do trabalho do Partido.

● Onde a direita perde

Esse trabalho tem-se desenvolvido de tal modo que permite a realização de Assembleias como a de Alcobaça, há pouco...

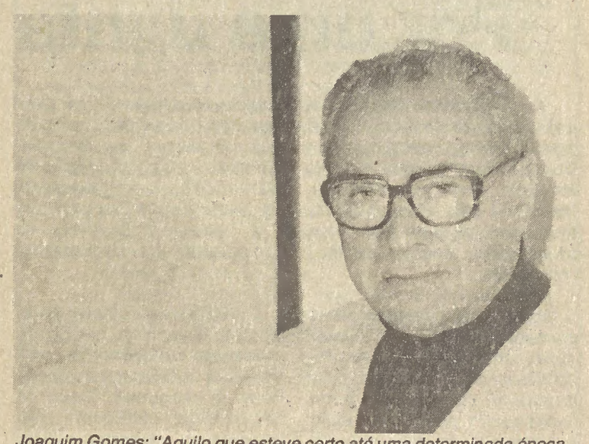
As zonas difíceis que já referi eram zonas onde havia gente que era mobilizada em torno de actividades reaccionárias e de ataques ao Partido. Isso hoje está bastante ultrapassado, mesmo em Rio Maior que tem o Casqueiro e os "casqueiros" que conhecemos.

Por exemplo agora, na apresentação de delegados para o recenseamento, tivemos delegados do Partido em todas as freguesias de Rio Maior e de Alcobaça.

Por outro lado, a realização da Assembleia de Alcobaça no dia 8 de Dezembro passado é também a demonstração de como as coisas se têm modificado. Assisti a toda a Assembleia que já era conhecida, que tinha sido anunciada, e o facto de não ter havido o mínimo de problema em Alcobaça mostra que nestas zonas, que foram tidas como focos de reacção e das quais se dizia que as respectivas populações não aceitavam e escorraçavam os comunistas, tudo isso era artificial. Essa imagem não correspondia à verdade e a organização do Partido e a sua influência têm-se alargado. Isto é um processo irreversível, e a direita não vai manter esses focos, a direita perde terreno.

É por isso que a Assembleia pôde realizar-se e eleger os membros da Comissão Concelhia, que são conhecidos. O Centro de Trabalho está aberto e vai ser mesmo ampliado dadas as perspectivas que há para o desenvolvimento do Partido nessa zona.

Em Rio Maior ainda não temos Centro de Trabalho mas acabaremos por abri-lo e as forças democráticas e progressistas acabarão por se impor.



Joaquim Gomes: "Aquilo que esteve certo até uma determinada época, deixou de o estar numa outra situação"

● Descentralizar é um objectivo

Este processo de estruturação que já tem descentralização poderá verificar-se noutras zonas do país? O Partido tem tido a preocupação de fazer coincidir o mais possível a sua organização com a organização administrativa do país...

A descentralização agora verificada com a criação da DORSA e da DORLEI é um processo que naturalmente se irá verificar noutras zonas do país, pelas mesmas razões ou por outras semelhantes.

É justo salientar que não podíamos deixar de estruturar o nosso Partido na base da própria divisão administrativa do país – distritos, concelhos, freguesias – entrando-se depois noutro tipo de estruturação que já tem outras razões – as células de empresa, organizações de classe profissional e de sector. Aqui tende-se também para uma certa verticalização das organizações: é o caso, por exemplo, dos ferroviários, uma organização que, do ponto de vista de estruturação do Partido, está espalhada; no futuro podem ter de fazer-se certas alterações.

Mas a perspectiva de estruturar, por exemplo, por distrito, tem de ter em conta, em cada caso, a implantação do Partido em cada zona. E não é uma perspectiva que se possa ter a curto prazo, embora a politização do nosso país se desenvolva muito rapidamente.

● Um balanço positivo

A DOROR acabou. Deu origem a duas novas organizações. Qual o balanço do trabalho que deixou?

A quem teve o cuidado de analisar o caso concreto da DOROR, à sua participação em iniciativas a nível nacional – as festas do "Avante!", as conferências nacionais – é bom lembrar que o trabalho realizado foi positivo. Houve sempre dinamismo, houve ligação às massas. Foi uma organização que mostrou uma profunda ligação às massas dos dois distritos. E isto ajuda também a compreender agora a descentralização efectuada.

Odivelas: a Campanha vai em meio?

Se quisessemos definir o que se passa no Centro de Trabalho de Odivelas, para o qual revertem os fundos da Campanha dos 1200 contos, diríamos que os acabamentos ainda não acabaram. Diríamos que, apesar da ajuda levada, todos os fins-de-semana, pelos camaradas e pelos amigos, ainda há trabalho a realizar, materiais a recolher para uma obra que proporcionará um local aberto aos problemas dos trabalhadores, às suas propostas e críticas amigáveis, à organização das lutas.

Entretanto, há cerca de duas semanas, mercê da rápida iniciativa de camaradas, um soalho foi colocado. Foi oferecida uma máquina de calcular e também a máquina de escrever que há tempos se solicitara no «Avante!». Agora os camaradas preocupam-se com os elevados preços e orçamentos para a construção de um balcão, da porta principal e das janelas. Há que pedir ajuda nesse capítulo...

Se somarmos aos 505 contos dos resultados obtidos, que a seguir especificamos, às dezenas de contos já empregues em diversas despesas com o novo Centro, poderíamos afirmar que a Campanha alcançou quase metade do seu objectivo. Mas contas são contas. E o que dizem as contas? Vejamos:

Rifas, 307 270$00; Listas de Fundos, 10 070$00; Diversos, 5978$00; Festa de Julho, 13 753$60; Autocolantes, 23 154$50; Banca do Jamor I, 4864$10; Piquenique de Caneças, 11 540$10; Banca do Jamor II, 4598$20; Banca do Jamor III, 5548$20; Festa do «Avante!», 2575$20; Organização de Mulheres (Bar), 6506$00; Idem, Toalha, 14 040$00; Festa do Pavilhão, em Novembro, 71$50; Donativos 42 827$00; Metas, 52 455$00. Total, **505 251$40.**

Carlos Brito nas Beiras: Governo desrespeita a Constituição

São Paio de Oleiros, Guarda e Gouveia estiveram no passado fim de semana no itinerário do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e Presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República.

Na noite de sexta-feira, cerca de mil pessoas participaram entusiasticamente no Comício de São Paio de Oleiros. Na mesa encontravam-se representantes das organizações locais do Partido e da Juventude, tendo tomado também a palavra um membro da Comissão Concelhia de Vila da Feira que destacou a luta dos trabalhadores da Empresa de Papeis Vouga contra a desintervenção. No final realizou-se um Canto Livre, com a participação de Luísa Basto e de Fernando Farinha.

Sábado à tarde, 300 pessoas estiveram presentes na sessão de esclarecimento realizada na Guarda, durante a qual interveio ainda um membro da respectiva Comissão Concelhia do Partido. A Brigada Victor Jara encerrou a sessão com um Canto Livre.

No mesmo dia, à noite, o camarada Carlos Brito falaria para 200 pessoas noutra sessão, também iniciada pela intervenção de um camarada da organização local. Em ambas as sessões muitas questões foram colocadas pelos presentes, e não apenas de âmbito local, como também questões que respeitam em geral ao povo e ao país.

Cinco graves acusações ao Governo Mota Pinto

Carlos Brito deteve-se e analisou particularmente a ofensiva contra a Reforma Agrária, salientando que importa defender, para bem da economia nacional e do povo português, os 900 mil hectares de terra que estão ainda hoje na posse das UCP's e Cooperativas e apelando para a jornada de luta de 24 de Janeiro, sublinhando os aspectos da política antipopular e antioperária do Governo:

Acusamos este Governo, dito de independentes, mas de facto Governo do PPD e com influência do CDS, de seguir na prática uma orientação que desrespeita a Constituição; de seguir uma política que visa a intensificação da exploração dos trabalhadores e a ruína das classes médias; de lançar uma nova e mais profunda ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, visando a reconstituição dos latifúndios e dos monopólios; de violar os direitos dos trabalhadores e de lançar um assalto aos órgãos de comunicação social; de estimular a ingerência estrangeira nas questões internas de Portugal.

O dirigente comunista, que se debruçou também sobre as tentativas de impor a revisão constitucional, sobre a necessidade de fazer cumprir a Lei das Finanças Locais, sobre o papel da Assembleia da República no controlo da acção governativa e, de modo geral, sobre a defesa da democracia, acusaria de novo o Governo de Mota Pinto:

O Governo insiste no congelamento da contratação colectiva, no bloqueamento dos salários pela imposição do limite dos 20 por cento, quando ele mesmo reconhece que o custo de vida subiu pelo menos 25 por cento. Mas não são só os interesses dos trabalhadores que são ameaçados. Mantendo as altas taxas de juro e as restrições do crédito, insistindo na aplicação da Lei dos Senhorios Ricos do PPD, mantendo o agravamento dos factores da produção à agricultura, o Governo conduz os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais à ruína.

7000 contos para Setúbal – o entusiasmo cresce!

No passado domingo, em Setúbal, oitenta camaradas reuniram-se num convívio cujos fundos reverteram para a Campanha dos 7 mil contos. O entusiasmo e o ambiente fraterno que se viveu poderia ilustrar, nesta iniciativa da Comissão de Bar, o espírito em que decorre, por todo o concelho, a actividade em torno da Campanha.

Entretanto, há mais novidades. E por isso falámos com quatro membros do Executivo da Comissão Concelhia. Um deles, o camarada Valdemar Santos, apontou-nos uma gralha saída no último número do nosso jornal: referiu-se à notícia que indicava como resultado obtido, pelos camaradas da «Caixa de Previdência», o que era apenas um objectivo para as suas iniciativas. Aqui vai a rectificação: para uma meta de 48 contos, os camaradas **pensam vir a alcançar 72** e nesse objectivo serão ajudados por 40 amigos!

A célula da «Sapec» projecta um baile para 10 de Fevereiro, aberto a todos; uma rifa de uma bicicleta será a iniciativa da «Fábrica de Óleos Vegetais»; a «Torralta» prepara um jantar alentejano; a «Custódio e Sérgio» vai rifar uma arca frigorífica.

O camarada Eduardo começou por falar-nos das mil rifas, distribuídas em dois dias pela célula da «IMA», para o sorteio que em breve terá lugar; a mesma célula prepara já um 2.º sorteio — um frigorífico, um forno eléctrico e uma máquina de yogurtes. Os comunistas do «Entreposto», por sua vez, já têm 11 contos de contribuições e sorteiam um cabaz de compras que foi cheio com ofertas de camaradas. A «Unitas» continua a rifa do relógio e já tem 500 escudos na sua lista. Os Pescadores entregaram já cerca de 10 contos.

O camarada João Neves deu-nos mais notícias: das células da «Sécil», que continua a rifa de um televisor e já vendeu 300 copos; da «Portucel» que, entre outras iniciativas, organizou a contribuição com livros de 20 senhas a vender aos camaradas durante os 15 meses da campanha; e da «Parel», onde as ofertas para um cabaz de compras o vão encher e onde as militantes fabricam bonecas em pano, para venda; e a organização de São Sebastião que, para além do dia de salário, prevê a organização de excursões e de festas.

Finalmente o camarada Mateus, que nos falou da iniciativa da Comissão de Bar, recordou o sorteio de um borrego pelos comunistas da «1.º de Maio», o sorteio mensal de electrodomésticos pelos militantes da «Rodoviária», as contribuições dos camaradas e amigos da «Setubauto» e também o baile de Carnaval que se prepara para os dias 25, 26 e 27 de Fevereiro, promovido pela Comissão Concelhia.

Estes são os resultados obtidos em Setúbal em 10 de Janeiro. Entretanto, na altura em que falámos com os camaradas, na 2.ª feira passada, o total era já 232 contos.

Caixa de Previdência, 2 435$00; Comissão de Banca, 3 040$00; C. de Bar, 6 383$70; C. Concelhia, 19 950$00; Festa, 51 171$50; C. da Secretaria, 2 095$00; União Camponesa, 500$00; Ima, 3 945$00; Entreposto, 7 363$50; Anunciada, 60$00; S. Sebastião, 210$00; Inapa, 2 210$00; Mague(2), 4 [illegible]00; Mague EDP, 1 950$00; Movauto, 1 810$00; Parel, 490$00; Pescadores, 2 300$00; Portucel, 4 650$00; Professores, 1 000$00; RN, 3 900$00; Sado Internacional, 3 770$00; Saúde, 2 390$00; Sécil, 1 900$00; Setenave, 43 184$90; Turcopol, 1 000$00; Vargas Palma; 82$00; Grafitra, 5 616$00; UJC, 3 000$00; UEC, 3 000$00. Total, 180 004$60.

Quadros Técnicos dinamizam a preparação do Encontro

Embora naturalmente com níveis e características muito diversos, a preparação do Encontro sobre os Problemas dos Quadros Técnicos vai avançando. Numerosos factos revelam que aumentou o interesse dos quadros técnicos comunistas e de outros democratas em torno desta iniciativa e que se alarga a compreensão da sua importância.

Multiplicam-se as reuniões para debate dos temas e documentos preparatórios do Encontro. Nas diversas Organizações Regionais melhora a ordenação e estruturação do trabalho.

Impõe-se no entanto um sério esforço para dar um forte impulso e um maior dinamismo na preparação do Encontro. Um debate amplo e participado que se traduza em maior número de contribuições concretas e que permita um melhor conhecimento das situações e a formulação de propostas justas e rigorosas, são sempre indispensáveis em quaisquer iniciativas deste tipo e, por maioria de razão, no Encontro dos Quadros Técnicos, dada a complexidade dos problemas sobre que se debruça.

Na presente fase da preparação do EQT torna-se necessário, sem prejuízo do prosseguimento e desenvolvimento dos trabalhos noutras direcções, dar particular atenção e urgência ao apuramento das ideias e propostas sobre o conjunto dos temas A – Problemas socio-profissionais dos Quadros Técnicos. Com essa finalidade afigura-se útil que as organizações e militantes do Partido concentrem esforços em três principais direcções de trabalho:

1. A apreciação crítica dos documentos já distribuídos às organizações, que irão servir de base para a elaboração dos projectos de documento final – destacando-se a necessidade de apreciação do documento/resumo sobre as questões socio-profissionais, que muito brevemente será distribuída para discussão;

2. A apresentação de monografias sectoriais, de empresa e de estrato profissional, enquadráveis no tema A.7. – situações sectoriais profissionais –, ou a secção B – os QT na acção sectorial (no Aparelho de Estado, no Sector Nacionalizado, no Sector Agrícola, nas grandes empresas privadas, multinacionais, PMEs);

3. O levantamento da situação socio-profissional dos QTs nas várias empresas, sectores e regiões, para melhor fundamentação das nossas análises e aferição da justeza de algumas conclusões já adiantadas na base do conhecimento de um número limitado de situações.

Textos preparatórios distribuídos para discussão

— Sindicalismo e Associativismo (tema A5)

— Situação socio-profissional dos Contabilistas (A7)

— Informática (A7)

— Os QT nas Autarquias Locais – Assimetria regional (A1-B1)

— Higiene, Prevenção e Segurança (C3)

— Habitação (B1-C5)

Próximas reuniões

Entre muitas outras que se estão realizando em diversos pontos do país, no âmbito do trabalho preparatório do Encontro, destacamos as seguintes reuniões:

— Dia 27 de Janeiro, 15 horas, Centro de Trabalho de Cascais sobre questões socio-profissionais dos QTs

— Dia 30, sessão nas Caldas da Rainha

— Dia 1 de Fevereiro, sessão em Leiria

— Dia 6, sessão em Alcobaça

Agenda

Dia 25, Quinta-feira

Estarreja, às 21 horas, plenário de militantes, Centro de Trabalho.

Dia 26, Sexta-feira

Castelo Branco, às 21,30 horas, na «Assembleia», plenário de militantes para debate da situação política e tarefas.

Dia 27, Sábado

Porto, às 16 horas, comício no Palácio de Cristal, com o camarada **Álvaro Cunhal** ● **Coimbra,** às 21,30 horas, no Pavilhão do «Palmeira», sessão de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal** ● **Chamusca,** às 20 horas, sessão de esclarecimento na sala do Montepio, com o camarada **Joaquim Gomes,** membro da Comissão Política e do Secretariado do CC. ● **Lisboa,** às 15 horas, plenário da Organização do Comércio no Centro de Trabalho Vitória ● **Viseu,** às 21 horas, comício com o camarada **Dias Lourenço,** membro da Comissão Política do CC, no auditório da Feira de S. Mateus; canto livre com Barata Moura.

Dia 28, Domingo

Grândola, às 10 horas, 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia, na sala da Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense, com a presença dos camaradas **Blanqui Teixeira,** da Comissão Política do CC, e Américo Leal, membro do Comité Central e da DORS ● **Viseu,** no auditório da Feira de São Mateus, reunião de quadros assalariados agrícolas, para debate dos problemas do sector.

Domingo: eleições em três autarquias

• Riomeão (Vila da Feira):

Por uma Junta ao serviço do povo

A candidatura da APU às eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Riomeão não só surpreendeu como desagradou (e bastante) às forças da reacção. Desagrado que ainda mais se acentuou com a verificação do inegável apoio popular que a APU desde logo grangeou, traduzido não só na entusiástica participação popular nas diversas iniciativas levadas a cabo no decorrer da campanha, como ainda nas centenas de assinaturas recolhidas.

Os métodos utilizados pelos elementos do PPD e CDS, bem como a falta de coragem política manifestada por alguns membros do PS, em nada contribuiram para o prestígio e seriedade do acto eleitoral que no domingo se realiza. E muito menos abonaram aqueles partidos que não olham a meios para conseguir os seus fins.

O PPD, durante toda a campanha, não deixou de ameaçar, veladamente, com o boicote da Câmara de Vila da Feira à freguesia, caso os resultados eleitorais não fossem a seu contento; o CDS, reivindicando-se de o "partido que vive os princípios da doutrina cristã", procurou jogar com os sentimentos religiosos da população, como se o que estivesse em causa não fossem as necessidades e aspirações de toda a freguesia ou como se os problemas não afectassem igualmente todos os mais carenciados, cristãos ou não; o PS, incapaz de se definir e tomar abertamente a defesa dos interesses populares, retomou a campanha anticomunista, embora sabendo que a larga maioria dos candidatos da APU não é de filiados no PCP e que além do mais a opção política de cada cidadão foi um dos grandes direitos conquistados com o 25 de Abril.

Os problemas e as carências do povo de Riomeão pouco foram abordados por aqueles partidos. Prosseguindo nos ataques partidários e pessoais, nas manobras e nos golpismos que estiveram na base da demissão da anterior Assembleia de Freguesia, mais não fizeram do que escamotear o que verdadeiramente está em causa – a necessidade de uma Assembleia e Junta de freguesias composta por pessoas honestas, competentes e dispostas a dar toda a sua capacidade de trabalho para a resolução dos problemas.

Como a APU faz notar, num dos comunicados ao povo de Riomeão, o posto médico, o infantário, as escolas, as estradas ou a electricidade e tudo o mais que falta devem ser para todos sem distinção, independentemente das suas convicções políticas, religiosas ou outras.

É por isso que os candidatos da APU se batem. E a população da freguesia de Riomeão já sabe que **em cada eleito pela APU terá uma voz que não se cala quando se trate de acabar com privilégiados, uma voz que defende tudo o que interessa ao povo e só se opõe ao que não serve as populações.**

Os jovens, as mulheres, os reformados, os trabalhadores, o povo de Riomeão em geral, vão ter oportunidade de escolher nos candidatos da

lista da APU, elementos que serão a **voz de todos e de cada um, sem distinções nem privilégios**. Fazendo-o, estarão a **contribuir para que as futuras Assembleia e Junta de Freguesia sejam firmes e unidas com a população de todos os lugares de Riomeão.**

• Freixiel (Vila Flor):

Manobras do PPD nas vésperas das eleições

Os candidatos da Aliança Povo Unido não têm interesses pessoais a defender. Não pretendem aproveitar-se da Junta para retirarem benefícios. A sua única intenção é trabalhar pelo progresso da terra **– estas palavras, proferidas pelo cabeça da lista da APU às eleições para a Assembleia de Freguesia de Freixiel, durante uma sessão de esclarecimento integrada na campanha eleitoral que amanhã termina, expressam bem o objectivo que anima a candidatura "Povo Unido" –** ***trabalhar pelo progresso de Freixiel.***

Certos de que tal objectivo só poderá ser alcançado levando a voz da APU à Assembleia e Junta de Freguesia, aqueles candidatos basearam toda a sua campanha na discussão dos problemas concretos da freguesia e na definição, juntamente com as populações de Freixiel, Vieiro e Folgares, das melhores soluções para as inúmeras carências desta freguesia do concelho de Vila Flor.

Sabendo embora que os problemas de Freixiel são muitos e difíceis de resolver, os candidatos da "Povo Unido" estão contudo certos de que, com a aplicação da Lei de Finanças Locais e a participação da população, será possível responder às principais aspirações populares.

A actividade e dinamismo dos membros da lista "Povo Unido", bem como a receptividade crescente que vêm recebendo da população, não tem agradado aos caciques locais, designadamente aos do PPD. Servindo-se abusivamente da situação em que se encontram na Câmara Municipal de Vila Flor, os representantes daquele partido, para além de ameaçarem a freguesia com a falta de apoio municipal (quem sabe se já a contarem com a não aplicação da Lei de Finanças...), procuraram intimidar alguns candidatos e chegaram mesmo ao ponto de afirmar a "ilegalidade" da candidatura de um deles, por não se achar recenseado.

A falsidade da manobra, prontamente desmascarada, ilustra de forma exemplar não só o receio das forças mais reaccionárias pela candidatura dos democratas mas também, claramente, a sua incapacidade de cumprir as regras democráticas.

De referir, a título de curiosidade, que após dois anos de manifesto desinteresse pela freguesia de Freixiel, a Câmara despertou, de súbito, para os problemas com que aquela se debate e enviou um grupo de homens para dar um arranjo na estrada principal que lhe dá acesso... Nas vésperas das eleições, evidentemente.

A três dias das eleições, tudo indica que a população de Freixiel aprendeu bastante nesta campanha eleitoral. Sobretudo a conhecer ainda melhor aqueles que, de facto, estão interessados na melhoria das condições de vida dos habitantes da freguesia e os que, com falsas promessas, ameaças e calúnias tentam manter o povo na ignorância e perpetuar o atraso e miséria em que têm vivido.

• Arcos (Vila do Conde):

O povo já beneficiou com a candidatura da APU

Trabalhar para servir o povo de Arcos foi o lema da campanha desenvolvida pela APU para as eleições suplementares daquela freguesia de Vila do Conde. O objectivo que presidiu a esta candidatura não pôde deixar de merecer o melhor acolhimento da população, que ainda no passado domingo participou numa animada sessão da APU onde foram debatidos os problemas principais da terra e discutidas as propostas apresentadas para os superar.

Preocupados com o apoio manifestado aos candidatos da «Povo Unido», os antigos membros da Junta de Freguesia – que enquanto estiveram em funções pouco fizeram – iniciaram uma autêntica roda viva procurando realizar os pequenos melhoramentos locais a que durante dois anos não deram qualquer importância.

Este simples facto, que não pode deixar de ser considerado como descarada manobra de caça ao voto, mostra sem dúvida a importância da actividade desenvolvida pela APU e deixa antever como a vida na autarquia podia ser diferente se os seus candidatos estivessem representados na Assembleia de Freguesia.

As perspectivas não são muito animadoras para a população de Arcos, no que se refere às intenções dos homens do PPD e do CDS. Que pensar da forma como têm orientado a sua campanha? Ignoram os problemas da terra, discutem tricas e atacam-se mutuamente.

Incomodados com a clareza de princípios e de objectivos, com a dinâmica da campanha desenvolvida pela APU, os antigos membros da Junta de Freguesia chegaram mesmo a participar numa sessão da «Povo Unido», onde procuravam, em vão, desviar o debate dos problemas concretos da população. O feitiço acabou por virar-se contra o feiticeiro, e seria o próprio ex-presidente da Junta de Freguesia, do PPD, quem acabaria por reconhecer que **o programa da APU corresponde às necessidades e aos problemas da freguesia.**

Esta declaração, vinda de um elemento de um partido que se candidata às eleições praticamente sem programa (é o mesmo de há dois anos) para não assumir responsabilidades, testemunha como é real a disposição dos candidatos da APU – **para trabalhar podem contar connosco!**

A intervenção da Aliança Povo Unido justifica-se aliás plenamente, pois toda a campanha foi orientada pela preocupação de satisfazer velhos anseios e reivindicações da população, bem como para contribuir para o respeito da legalidade democrática. A este respeito importa salientar que o Tribunal de Vila do Conde acabou por dar razão ao requerimento da APU quanto ao aumento de sete para nove do número de membros da Assembleia de Freguesia, como estipula a Lei 79/77.

Nas vésperas da ida às urnas é de confiança e satisfação o estado de espírito daqueles que uniram esforços para levar a voz do Povo Unido a Arcos. Independentemente dos resultados eleitorais, sabem já que, pelo menos contribuiram para o necessário esclarecimento da população.

A presença da APU na Assembleia e Junta de Freguesia de Arcos será a garantia de que tudo será feito em prol dos interesses populares

A aplicação da lei das Finanças Locais

Governo prepara boicote

A aplicação da Lei de Finanças Locais que a Assembleia da República recentemente aprovou (com a respectiva e plena projecção no OGE) é uma batalha fundamental do momento, quer para se garantir a rápida solução de muitos problemas urgentes, quer para se garantir a real autonomia do poder local. Na actual situação, a defesa da autonomia das autarquias é uma forma fundamental de defesa do regime democrático. Ninguém tem o direito (e muito menos o Governo) de tentar negociar a não aplicação desta lei.

Ao alertar a opinião pública para a importância da legislação em causa, no documento aprovado na sua reunião plenária do passado dia 15, o CC do PCP previa já que grandes obstáculos iriam surgir na aplicação daquela lei.

Aprovada em Outubro passado, num período de indefinição quanto à solução governativa, a Lei de Finanças Locais obteve o apoio dos partidos de direita devido essencialmente ao receio destes de poderem vir a ficar «de mãos vazias» no respeitante à administração local. Para esse apoio terá igualmente contribuído, em grande parte, a pressão dos próprios eleitos desses partidos (a par das forças democráticas), a braços com o avolumar de problemas por resolver e com o descontentamento crescente das populações que os elegeram.

Com a formação do Governo de Mota Pinto a situação modificou-se. Os partidos de direita, e nomeadamente o PPD (a sentir-se cada vez mais instalado no poder central), de imediato esqueceram as ideias descentralizadoras.

Em campanha devidamente orquestrada pelos jornais da reacção, começou a ser difundida a ideia da «necessidade» de um «compromisso» entre o Governo e os partidos, o que, na prática, se traduziria no não cumprimento da lei.

As ameaças veladas de Mota Pinto, em recentes declarações públicas, de que a aplicação da Lei das Finanças Locais poderia significar o desemprego para muitos trabalhadores da administração central; um pretenso aumento incomportável das despesas globais do Estado; um verdadeiro «castigo» para as autarquias, que seriam «esmagadas» por uma excessiva descentralização – não passam de argumentos infundados e intimidatórios para «justificar» o não cumprimento da lei em vigor (a que o Governo é o primeiro a dever estrita obediência), bem como o «cozinhado» que para o efeito se prepara nos gabinetes.

Estas manobras, também já denunciadas pela APU em comunicado onde se salienta que **o Governo e as forças políticas que o apoiaram por acção ou omissão contrairão sérias responsabilidades se negociarem nos gabinetes a não aplicação total ou parcial da Lei de Finanças Locais em 1979,** provocaram desde logo a indignação das autarquias locais, expressa em moções que estão a ser aprovadas por todo o país, exigindo o cumprimento rigoroso da lei.

As inevitáveis confusões que, deliberadamente, as forças interessadas na centralização do poder provocam com as suas interpretações das consequências da aplicação desta legislação fundamental para a efectiva autonomia do poder local, só poderão ser desfeitas com o debate sério e o esclarecimento de quantos estão verdadeiramente empenhados na consolidação da democracia no nosso país.

Não será perdendo tempo na contestação pública duma lei reivindicada por praticamente todas as autarquias locais e aprovada pelos órgãos competentes que o Governo estará a defender o «Estado de Direito» que tanto gosta de invocar quando as leis servem os seus objectivos, ainda que contrariando a Constituição.

Revista Poder Local promove debate

O Seminário sobre a aplicação da Lei de Finanças Locais, que a Revista Poder Local leva a efeito no próximo fim-de-semana (dias 27 e 28), no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, está a suscitar grande interesse e expectativa nos mais diversos sectores de opinião do nosso país.

A grande adesão a esta iniciativa por parte dos eleitos e dos trabalhadores da administração local e central, expressa claramente através da confirmação da presença de representantes de inúmeras autarquias, de individualidades de todos os quadrantes políticos e representantes oficiais de diversos Ministérios, mostra bem a importância real do tema em questão e a oportunidade do debate que a Revista propõe.

Outra coisa não seria, aliás, de esperar, tratando-se como se trata, da aplicação de uma Lei que vem revolucionar profundamente a Administração Pública em Portugal.

Os obstáculos à aplicação integral da Lei de Finanças Locais — aprovada na Assembleia da República após uma dura e longa luta das forças progressistas e das autarquias em geral —, levantados pelo próprio Governo de Mota Pinto, em uníssono com os partidos de direita e designadamente o PPD (que mal ascendeu ao Governo logo «esqueceu» as suas teses descentralizadoras), constituem outros tantos factores a confirmar a necessidade do estudo do vasto conjunto de consequências que a referida legislação acarreta a todos os níveis da Administração Pública.

A complexidade desta matéria e a vasta gama de situações novas que a mesma provoca não constituem motivo nem (sobretudo) desculpa para a não aplicação integral da Lei de Finanças Locais.

Com vontade política para o fazer, através do diálogo com todos os interessados (eleitos, trabalhadores da administração central e local), da capacidade, imaginação e respeito pelos interesses das populações, é possível aplicar devidamente tão importante legislação.

Para tal irá certamente contribuir este Seminário, onde pessoas de todos os quadrantes de opinião vão apresentar sugestões, propostas concretas, e sem dúvida mostrar que existem soluções viáveis para os problemas nacionais, não como a direita pretende, mas sim no âmbito da defesa intransigente dos princípios democráticos.

Ordem de Trabalhos do Seminário

SÁBADO, DIA 27/1
Sessão Plenária
(das 15 h às 19 h)
Temas
1. Abertura
2. A Lei de Finanças Locais e a Reforma da Administração Pública.
a) O papel das autarquias locais na resolução dos problemas das populações: consequências da Lei de Finanças Locais. Novo tipo de relações entre o poder central e o poder local.
b) Novas atribuições e competências das autarquias locais: consequências da extinção dos subsídios e comparticipações; delimitação e coordenação das actuações da administração central, regional e local, relativamente aos respectivos investimentos.
c) Consequências institucionais da Lei de Finanças Locais na administração central e local e nas relações entre a administração central e local.
d) Debate.

DOMINGO, DIA 28/1
Sessões
***a*) Por secções: das 10h às 13 h**
***b*) Em plenário: das 15 h às 18 h**
1. Temas
a) Por secções
1. Ordenamento físico, política de solos, planeamento urbanístico, ambiente, habitação e infraestruturas
2. Equipamento e acção social
3. Gestão Administrativa e Financeira e Reorganização de Serviços.
b) Em plenário
A Lei de Finanças Locais e a Reorganização da Administração Local.
a) Planeamento de actividades e gestão municipal; Associativismo municipal.
b) Contencioso administrativo e fiscal.
c) Descentralização para as freguesias.
d) Debate.
2. Conclusões e encerramento.

PS não respeitou o voto do povo de Fanhões

Nas eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Fanhões, realizadas em 17 de Dezembro do ano findo, a população daquela freguesia do concelho de Loures votou, de forma inequívoca, nas forças de esquerda e infligiu uma séria derrota ao PPD.

Dando a maioria à lista da APU (46,7% dos votos e seis mandatos), que não obteve a maioria absoluta de mandatos na Assembleia de Freguesia por um voto, a população deixou bem clara a sua opção quanto ao que entendia dever ser a orientação da sua autarquia.

A votação no PS (40,1% dos votos e seis mandatos), que melhorou a sua posição em relação aos resultados de 1976, apontava também claramente que o povo de Fanhões esperava que as forças de esquerda se unissem para defender os interesses da freguesia.

Não foi o que sucedeu. Aliando-se uma vez mais ao PPD — que os eleitores reduziram à sua ínfima expressão — os eleitos do PS acabaram de impor uma vez mais uma composição da Junta que não corresponde nem respeita os resultados eleitorais nem a vontade popular livremente expressa: a Junta fica presidida pelo primeiro eleito da APU, como não podia deixar de ser, mas os restantes dois elementos são eleitos do PS... graças à votação da Assembleia de Freguesia onde os seis socialistas eleitos se aliaram ao único eleito do PPD. A aliança deu também ao PS a presidência da Assembleia.

Desta manobra, que ilustra claramente as intenções que animam os socialistas eleitos, resulta que após terem provocado a repetição de eleições, PS e PPD se propõem continuar a cilindrar a acção da APU na freguesia.

Esquecem aqueles partidos que em Dezembro voltará a haver eleições. Esquece sobretudo o PS que os votos de esquerda que lhe são confiados não são para que faça uma política de direita.

O povo de Fanhões não esquecerá a lição.

APU promove debate sobre projecto da criação do Município da Amadora

Vivamente empenhada em dinamizar o processo da passagem da Amadora a concelho, a APU colocou presentemente à discussão da população daquela freguesia do concelho de Oeiras propostas fundamentadas para a concretização daquele justo anseio popular.

Dado o atraso em que se encontram os trabalhos da Comissão Instaladora do Município da Amadora (CIMA) e o funcionamento pouco eficaz que esta Comissão tem tido, decidiu a Aliança Povo Unido apresentar propostas concretas de solução dos problemas que se colocam à CIMA.

O documento elaborado, fruto do debate interno realizado pelos membros da APU, ficará certamente mais rico e completo após a discussão que sobre ele está a ser feita nas organizações populares de base.

No comunicado divulgado a propósito, os representantes do «Povo Unido» nos órgãos de poder local da Amadora colocam-se à disposição das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Clubes e Colectividades, Cooperativas e Associações de Moradores para receber todas as críticas, sugestões, alterações que entendam por bem fazer ao referido documento, para que o texto final represente realmente o sentir da população da Amadora.

O debate que agora se iniciou deverá culminar com a realização, no próximo dia 10 de Fevereiro, de um grande encontro da APU na Amadora.

Câmara de Lisboa desaloja centenas de famílias do Parque de Monsanto

O vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Ataíde Ferreira (PS), decidiu, por despacho, mandar evacuar do Parque de Campismo do Monsanto, no prazo de noventa dias, centenas de famílias aí instaladas, algumas de retornados das ex-colónias, que não dispõem de habitação e ali têm vivido, como recurso, em instalações próprias de campismo.

Esta decisão, que vem agravar o diferendo existente entre os utentes do Parque e o município, provocado pelo aumento exorbitante das taxas sem o necessário acordo legal, desrespeita frontalmente uma anterior deliberação da edilidade sobre este assunto.

Com efeito, a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, de 20 de Novembro, esclarece claramente que a ordem de mandar evacuar o Parque para limpeza «não se aplica às famílias de retornados e outras cuja situação habitacional seja equiparada, as quais serão acantonadas pelo período necessário à sua transferência, fora do Parque».

Esta nova arbitrariedade mereceu o mais vivo repúdio da APU, que em comunicado recentemente divulgado se solidariza com todos os utentes sem habitação e considera que a Câmara tem o dever de encontrar a solução destas situações, ainda que transitoriamente, mantendo-os dentro das próprias instalações do Parque.

Retrato de Salazar em Junta dominada por PPD e CDS

O delegado do PCP na Comissão de Recenseamento da Freguesia de Atouguia, concelho de Vila Nova de Ourém, apresentou um protesto, junto das entidades competentes, pela existência da fotografia do ditador Salazar, em lugar de destaque, lado a lado com a do Presidente da República, general Ramalho Eanes, na sala da sede da Junta de Freguesia.

Este facto insólito, verificado num órgão autárquico dominado por representantes do PPD e CDS, quando está em vigor legislação que proíbe claramente as organizações fascistas e sua ideologia, que Salazar simboliza, exemplifica uma vez mais o que entendem os partidos de direita por cumprimento da legalidade democrática e revela a sua verdadeira face.

O retrato foi retirado, claro está, e logo no dia imediato ao da apresentação do protesto. Mas o exemplo ficou. Esclarecedor!

Habitação social em Olhão em perigo de desaparecer

Tal como vem a suceder por todo o país, também em Olhão a habitação social corre perigo. Para já, 500 fogos estão em vias de não serem construídos, devido à pretensão do Governo Mota Pinto/PPD de retirar as verbas para o efeito prometidas à Câmara Municipal de Olhão.

Aquelas 500 habitações nomeadamente prometidas aos moradores do Siroco, a 2.ª fase da Associação 18 de Maio, as casas pré-fabricadas para a Fuzeta e os novos fogos previstos nos terrenos frontais ao Bairro 8 de Outubro, embora não fossem bastantes para sanear as carências existentes (estimadas em dois mil fogos), constituiriam contudo um contributo importante nesse sentido.

Esta a política que se propõe levar a cabo o Governo que o PS deixou passar na Assembleia da República...

Grandiosa jornada de luta em defesa da Reforma Agrária

O dia de ontem assinalou uma inesquecível jornada de luta, de Norte a Sul do País, em defesa da Reforma Agrária.

No momento em que escrevemos, o balanço deste grandioso dia de luta contra a ofensiva que ameaça a Reforma Agrária saldava-se em mais de três dezenas de paralisações nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal; em acções diversas de solidariedade por todo o País e em praticamente todos os sectores de actividade, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Viseu e Lisboa.

Segundo informações necessariamente ainda incompletas, nos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal aderiram à jornada de ontem:

Mais de 150 Sindicatos, 6 Uniões Distritais; mais de 100 Comissões de Trabalhadores (entre as quais as das maiores empresas do Sul), 97 Comissões de Moradores, CUMs, colectividades, autarquias e outras organizações; 12 Ligas e Associações de Agricultores; 99,7% de todas as UCPs/Cooperativas e 100% dos Secretariados e Uniões Concelhias e Distritais das UCPs/Cooperativas.

Centenas e centenas de moções de apoio recebidas nos Secretariados Distritais das UCPs/Coop. e nos Sindicatos são também testemunho do imenso movimento popular pela defesa da Reforma Agrária. Para a preparação da jornada, num escasso período de três semanas, realizaram-se mais de 1500 plenários e reuniões, com a participação de mais de 100 000 trabalhadores.

O povo saiu à rua na maior jornada de luta de sempre, demonstrando a sua unidade contra uma ofensiva que se revela já nestes factos esclarecedores:

Cerca de 100 000 hectares das melhores terras arrancados pela força das armas aos trabalhadores; cerca de 20 UCPs/Coop. completamente destruídas; cerca de 13 000 trabalhadores sem trabalho; mais de 600 trabalhadores espancados e feridos; mais de 200 UCPs/Coop. e milhares de pequenos e médios agricultores com o crédito agrícola cortado; mais de 20 000 cabeças de gado tiradas às UCPs/Coop.; mais de 1200 alfaias agrícolas tiradas às UCPs/Coop; mais de 800 mil contos — dos quais 261 000 em cortiça — de dívidas do Estado às UCPs/Coop.

Integração europeia: as intenções eram boas?

Quando da sua constituição em 1957, o Mercado Comum definia nestes termos os objectivos da política agrícola comum:

«a) Aumentar a produtividade da agricultura pelo desenvolvimento do progresso técnico, assegurando o progresso técnico e o desenvolvimento racional da produção agrícola, assim como o emprego óptimo dos factores de produção, nomeadamente da mão-de-obra.

b) garantir assim um nível de vida equitativo à população agrícola, nomeadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham a agricultura;

c) estabilizar os mercados;

d) garantir a segurança dos abastecimentos;

e) assegurar preços razoáveis nas vendas aos consumidores».

já vimos alguns exemplos de como estes objectivos se cumpriram na prática: liquidação de mais de um milhão de pequenas e médias propriedades em França desde 1957; em Itália, entre 1957 e 1973, expulsão das suas terras de 2 300 000 camponeses e 5 milhões de hectares de terra em pousio. Na Inglaterra, o saldo da política agrícola comum é, do mesmo modo, altamente negativo, e nem na própria Noruega os agricultores escaparam ao desastre.

Haverá, no entanto, quem diga: «As intenções até eram boas, mas não conseguiram levar-se à prática». Mesmo com boas intenções, nem um vírgula seria alterada à realidade verdadeiramente catastrófica da pequena e média lavoura dos países do Mercado Comum. Aos defensores da integração europeia não resta sequer o alibi das boas intenções e dos resultados frustrados. Se frustrações existe é porque o ritmo de diminuição da população agrícola, causada pela ruína de pequenos e médios agricultores, não foi suficientemente veloz. Ou seja, postas as coisas claramente, porque o objectivo fundamental da constituição do Mercado Comum — o desenvolvimento do processo de concentração capitalista — não se verificou à velocidade desejada nem com a ultrapassagem das contradições geradas pelo próprio sistema capitalista. Pelo contrário, estas contradições avolumam-se entre os próprios países da CEE, entre os quais impera igualmente a lei da selva do capitalismo a «lei do mais forte».

Na CEE, para passar de mal a pior

Os objectivos da política agrícola do Mercado Comum, tal como foram no início enunciados, levaram muitos pequenos e médios agricultores, já então a braços com as crises cíclicas inevitáveis no seio do modo de produção capitalista, a aderirem ao que lhes surgia com uma organização dos mercados dos produtos agrícolas e uma política de preços que parecia a seu favor. Nada mais avesso às intenções dos promotores do Mercado Comum — e a prova desta afirmação vem de dentro do próprio Mercado Comum. Em 1968, a 18 de Dezembro, dizia Mansholt num comunicado aos então seis países membros do Mercado Comum, em Memorando sobre a reforma da agricultura na Comunidade Económica Europeia, analisando os resultados da política agrícola comum:

«A diminuição rápida da população agrícola constitui um dos factos característicos da nossa época. Se se quer em dez anos recuperar o atraso da agricultura no que respeita ao nível de vida, é preciso que a taxa anual da diminuição da população agrícola seja notavelmente acelerada. Apesar da diminuição do número de agricultores, os problemas do nível de vida e do modo de vida tornam-se de dia para dia mais graves».

Eis pois o reconhecimento de que, 1.º, os que trabalham a terra dela têm sido expulsos a um ritmo considerável; 2.º, este ritmo não é ainda suficientemente acelerado para o objectivo fundamental da CEE — o desenvolvimento do processo de concentração capitalista, donde, quantos mais pequenos e médios agricultores arruinados, melhor; 3.º, apesar da diminuição da população agrícola, o nível de vida e o modo de vida são cada vez mais difíceis nos campos.

Acrescenta imediatamente a seguir Mansholt: «A diminuição da população agrícola ficou a dever-se, em primeiro lugar, à partida dos trabalhadores e, em segundo, à da mão-de-obra familiar». Nem uma palavra sobre a causa real, isto é, a liquidação das pequenas e médias explorações acelerada pela integração europeia. Mas Mansholt acaba por não poder escamotear totalmente a situação e declara: «Como o número de explorações diminuiu durante este mesmo período de uma forma mais lenta (em Itália aumentou), o número de explorações na mão de um só homem aumentou consideravelmente», o que corresponde ao reconhecimento da concentração capitalista na agricultura, concentração esta que, segundo Mansholt, se faz ainda muito lentamente... «Infelizmente o processo de concentração das empresas faz-se muito lentamente e é absolutamente insuficiente para eliminar ou mesmo atenuar as dificuldades que se tem vindo a descrever».

CIP, CAP e CCP a sua proposta

Como se todas estas afirmações do famoso teórico da integração não bastassem, ele explicita: «Numerosos agricultores que tinham esperado que a criação do mercado agrícola comum e de uma política comum de preços contribuiria para uma solução dos seus problemas, estão decepcionados principalmente pela situação muito difícil do mercado de lacticínios».

O exposto abre largas portas à reflexão dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores assalariados, sobre as desastrosas consequências que a integração europeia traria para a agricultura, e não só.

Os teóricos do confusionismo e da manipulação da opinião pública dirão com ar triunfante que também nos países socialistas a diminuição da população agrícola corresponde a um objectivo dos Governos, a uma directriz do desenvolvimento económico. É certo. Mas, nos países socialistas, a diminuição da população agrícola corresponde a uma progressiva industrialização da agricultura, à aproximação planificada da cidade e do campo, ao crescimento da produção agrícola bruta — 3% em 1977, no CAME — ao desenvolvimento do processo de cooperação, e não se faz nem à custa do emprego, nem à custa da ruína das populações trabalhadoras do campo, cujo nível de vida tende cada vez mais a aproximar-se do da cidade e, em certos países e regiões do mundo socialista, até a ultrapassá-lo.

Há um facto que nem a mais descarada propaganda mistificadora do imperialismo se atreve a contestar: nos países socialistas não há desemprego, pelo contrário, verifica-se ainda falta de mão-de-obra; nos países capitalistas o desemprego é uma realidade galopante, atingindo no total 29 milhões e 391 milhares de trabalhadores. Nos países da CEE, o cálculo oficial é de 7 milhões e meio de desempregados, avançado pelos sindicatos dos países da CEE, o cálculo oficial é de 7 milhões e meio de desempregados, reconhecendo no entanto que estes números não incluem o «chômage caché» (desemprego não registado), o que levará ao cálculo de 9 milhões de desempregados, avançado pelos sindicatos dos países da CEE.

Desemprego galopante, aumento do custo de vida em flecha, a contenção da produção, a recessão económica: eis a realidade nos países do Mercado Comum. Eis a proposta da CAP, da CIP e da CCP a proposta do Governo de Mota Pinto, a proposta das forças de direita para o país, para o povo português. Proposta que afirmaram no Congresso das Actividades Económicas, realizado totalmente à margem das forças dinamizadoras do processo democrático, dos trabalhadores, das massas populares, e contra eles.

Deixar a terra empurrado pela falta de trabalho e a fome, eis o futuro de milhares de assalariados rurais e de pequenos agricultores se Portugal aderir ao Mercado Comum: deixar a terra e ir para onde? Para a cidade, onde o desemprego alastra igualmente como consequência de uma política de direita e antipopular?

A integração de Portugal na CEE levaria à diminuição acelerada da população agrícola em virtude do desemprego que provocaria entre os assalariados rurais e a ruína de pequenos e médios agricultores. O exemplo dos outros países aí está para o demonstrar

A CEE reconhece: entrada de Portugal agrava dificuldades

A 19 de Abril do último ano, a Comissão Europeia da CEE, em Bruxelas, adoptou um projecto de relatório sobre o alargamento da comunidade à Grécia, Espanha e Portugal. Eis algumas das principais conclusões desse projecto, que importa ler e divulgar para que o mal dos outros não seja também o nosso:

"– o alargamento da CEE a estes três países custará um bilião de dólares ao "cofre comunitário".

– o alargamento é desejável sob o ponto de vista político, mas trará o aumento do desemprego, porá problemas difíceis na agricultura e poderá afectar a concretização da união económica europeia.

– as reestruturações industriais necessárias vão agravar o desemprego na CEE, que neste momento atinge 7,5 milhões (incluindo os três países candidatos).

Quanto ao sector agrícola:

– no plano agrícola o alargamento implica um acréscimo importante da população activa (+55%), da superfície (+49%), das explorações (+57) e da produção agrícola (+24%).

– a entrada dos três países ampliará os desequilíbrios existentes no sector agrícola;

–A Comissão receia um aumento de excedentes nalguns produtos, como o vinho, certos frutos, legumes frescos e azeite."

Com os pés rôtos por essas linhas

Quem hoje conta a história é o Manuel Vitória, 45 anos, nado e criado em Pias, terra onde é um dos cooperantes da Cooperativa de Pequenos e Médios Agricultores «União Piense».

«Eramos quatro irmãos na família. O meu pai tinha um forno e um pedacinho de oliveira que era da minha avó. Aos 13 anos, fui trabalhar por conta desses agrários. Trabalhávamos dois meses; depois despediam a gente e ficávamos quatro ou cinco meses sem ter nada que fazer.

Fiz-me moço, saí de casa de meu pai e fui para a tropa já era casado. Quando vim de lá, era canseiras à busca de trabalho e não arranjava. Fui daqui até Vendas Novas com uma mochila às costas. Cheguei lá com os pés todos rotos de ir por essas linhas até Vendas Novas, dois dias e uma noite sempre andando. Em Vendas Novas andei enfardando palha com uma enfardadeira, ganhando 15$00. Trabalhei uma semana, eu e mais três camaradas que daqui tinham ido. Acabei o trabalho e seguia a caminho de Lisboa, quando, à saída de Vendas Novas, um homem disse: «O que é que andam aqui a fazer?»; «Andamos em busca de trabalho!»; «Então sabem picar lenha?»; «Então não havemos de saber?»; «Então se querem fiquem com a gente».

E lá ficámos duas semanas picando lenha. Lá arranjei dinheiro para a viagem, já não segui para dentro, voltei à terra.

Aqui outra vez o desemprego. O meu irmão disse-me para me pôr a caminho dos altos fornos em Mora que me arranjava lá trabalho. Cheguei a Mora e já tinha fechado o controlo daquilo: «Então e agora?», «Olha, eu arranjo-te ali trabalho para tomares conta de umas vacas até aquilo nos altos fornos abrir outra vez». Assim foi, mas eu tinha uma úlcera que já me tinha rebentado na tropa e ao fim de uma semana não pude aguentar. E disse a minha cunhada «Então agora vai-se embora para a terra?, «Então para onde é que hei-de ir?», «Você vai daqui a caminho de Lisboa porque está muito doente e vai lá ao hospital». Até que assim fiz.

Em Lisboa fui a uma consulta, paguei 2$50 no Hospital. Vai o médico disse-me: «Você tem que arranjar um atestado!», «Ora agora onde é que eu vou arranjar um atestado?» «Tem que ir à terra!» Até que vim à terra. Fui visto pelo médico cá, eu vomitava parecia umas borras de café, ele passou-me um atestado para ser internado com urgência. Fui-me outra vez a Lisboa, cheguei à consulta a 2 de Abril e o médico marcou umas análises para dia 18 e uma chapa para dia 28 e depois é que se desenvolvia o assunto. «Então com um atestado destes de urgência, ainda tenho de esperar este tempo todo, sem dinheiro, sem ter para onde ir? Deixa lá que já sei!». Eu conheci lá no Hospital de S. José um homem da minha terra, convidei-o para uns copos e pús-lhe o problema. «Como é que eu hei-de esperar?» E lá vai mais um copinho no meio da conversa. Ao fim, ele disse, «Eu trabalho no Banco do Hospital, você vem esta noite comigo». Assim fiz, ele falou lá com o chefe e eu fui internado com urgência e estive lá quase três meses com o estômago todo estragado. Ao fim desse tempo, vim para casa com baixa. Ganhava da Casa do Povo um ordenado de 6$00 por dia, 30$00 por semana para mim, para a minha mulher e para os dois filhos. Ao fim de 45 dias, o médico da Casa do Povo tirou-me o subsídio: «Tu tens de ir trabalhar!», «Trabalhar para onde se não o há?» e eu nem me podia mexer e comer era só umas duas colheres e já parecia que tinha o estômago todo cheio. Mas precisava de trabalhar. Soube que estavam abertas inscrições para a emigração para a França. Fui-me registar a Serpa e disseram-me: «Quem foi operado ao estômago escusa de entrar cá dentro, eles não querem operados ao estômago». «Mas eu lá porque fui operado ao estômago não tenho que comer como os outros e dar de comer aos meus?». «Bem, fale ali com o médico». Lá falei e ele disse «Para a França não podes ir, mas se quiseres ir para a Alemanha ou para a Suíça, inscreve-te». «Eu quero ir para qualquer lado, inscreva-me lá, o que eu quero é abalar daqui!».

Ao fim de uns dias chamaram-me e lá fui para a Suíça. Era um mercado negro de trabalho. Trabalhávamos 12 e 14 horas, não percebíamos nada da língua deles, ganhávamos também uma miséria, comíamos pão duro porque só o coziam de oito em oito dias. O contrato era por seis meses: seis meses tratando de vacas, seis meses falando só de vez em quando com um ou outro português. Depois vim embora com meia dúzia de tostões, na terra outra vez a falta de trabalho. Durante doze anos voltei à Suíça e à custa de muita fome e esforço consegui comprar dois pedacitos de terra. Pensava lá ficar quando veio o 25 de Abril mas pensei: «O 25 de Abril não quer que os outros andem lá lutando por causa minha».

Vim-me embora e andei trabalhando por conta do Sindicato em Beja e Serpa. As minhas territas mais o bocadinho de oliveira do meu pai dei-os para a UCP «Esquerda Vencerá», mas depois os pequenos agricultores fizeram aqui a cooperativa e chamaram-me porque tinham falta de tractoristas. A Unidade deu-me outra vez os meus 3 hectares para entrar para a cooperativa. E qui fiquei, aqui luto para que o 25 de Abril não morra, para que a Reforma Agrária vença. Dando tudo por tudo. Porque o tempo em que o latifúndio nos expulsava não pode nunca mais voltar. Nunca mais!».

Preço do trigo causa escândalo

Por todo o país, os pequenos e médios agricultores protestam contra o preço do trigo ao produtor para a próxima campanha, preço que, se a campanha deste ano for igual à dos dois anteriores anos, nem sequer dará para o custo de produção, representando assim a ruína de muitos paquenos e médios agricultores.

As Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores de Avis, Campo Maior e Elvas, numa reunião comum, classificaram este preço como «o caso mais escandaloso e aflitivo que temos agora» e concluiram que os pequenos e médios agricultores devem reivindicar do Governo um preço à produção da ordem dos 13$00 (o preço fixado pelo Governo é de 8$70 por quilo) ou então que sejam desde já previstos subsídios à produção para se poder ter algum lucro do trabalho que fazemos.

Ao mesmo tempo que propõem a formação de comissões para debate e iniciativas junto dos organismos competentes, as Ligas decidiram solicitar reuniões com a Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, com o MAP e a EPAC.

No Douro, luta-se ainda pelas 8 horas!

Com a presença de 150 assalariados agrícolas da região do Douro do distrito de Viseu, numa reunião do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito, foi decidido:

– «Exigir a jornada das oito horas de trabalho onde ainda não seja aplicada;

– Exigir o descanso aos feriados e domingos;

– Exigir o cumprimento do dec. lei n.º 113-78 que regula o salário mínimo nacional;

– Exigir a integração de todos os assalariados agrícolas no regime geral da previdência sem que isso se traduza em encargos que os assalariados agrícolas não possam suportar».

E propor:

«a todos os patrões das quintas, o início das negociações para contratos de trabalho até que saia a legislação para o sector».

Os trabalhadores presentes no Encontro, decidiram ainda que, «face à grande desmobilização e confusão que os divisionismos conseguiram fomentar no espírito dos trabalhadores agrícolas do distrito», apelarem «a um redobrado esforço no sentido de cada vez mais trabalhadores se venham a sindicalizar no nosso sindicato e desenvolver-se uma nova campanha de sócios e actualizações de quotas».

UCPs de Beja na defesa da Barragem do Alqueva

O Governo, através de um despacho, veio congelar por mais um ano o início das obras da Barragem do Alqueva. Face a esta decisão, o Secretariado das UCPs e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja aprovou uma moção na qual exige a revogação de tal despacho, afirmando:

«Se dúvidas existissem quanto ao interesse do actual (des)governo reaccionário de intensificar a recuperação latifundiária capitalista e de submissão ao imperialismo, esta medida dissipá-las-ia. O (des)governo de Mota Pinto/PPD não está só interessado em destruir a Reforma Agrária e em entregar as empresas a capitalistas que as sabotaram. Pretende também congelar os empreendimentos que visam o desenvolvimento da economia nacional».

O Secretariado Distrital das UCPs, que aprovou por unanimidade a moção do Governador Civil de Beja aprovada pela Assembleia Distrital sobre o investimento do Alqueiva, a exigir a anulação do despacho normativo 326/78 de 12 de Dezembro, chamou a atenção para o facto de que «as obras da Barragem do Alqueva permitirão transformar estruturalmente a agricultura de uma vasta zona do Alentejo através da irrigação de milhares de hectares, aumentando a produção agro-pecuária por hectare, produzir energia eléctrica, necessária ao desenvolvimento económico-social do país, criar mais postos de trabalho e riqueza e diminuir acentuadamente a importação de produtos alimentares e energéticos, com a consequente diminuição da saída de divisas».

De novo a questão da batata

O problema do escoamento da batata, que nunca deixou de estar na ordem do dia das preocupações dos paquenos e médios agricultores, volta agora a assumir maior actualidade com a disposição do Governo de publicar uma portaria referente à batata de semente.

A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte considera que tal legislação, da responsabilidade dos Ministérios das Finanças, Agricultura e Comércio e Turismo, a ser aplicada conduziria a que a batata de semente dos produtores portugueses ficaria por escoar (a portaria prevê o fim de obrigatoriedade de compra da batata de semente nacional pelos importadores de batata de semente estrangeira), e considera fundamental e urgente que o «Estado decida, a sério, apoiar os produtores de semente a melhorarem a qualidade», «dando ajuda técnica, económica e financeira às cooperativas para melhor organizarem a produção e o comércio da batata de semente».

A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte manifesta ainda o seu apoio aos agricultores-produtores de batata, em especial aos do Nordeste transmontano.

Pequenos e médios produtores de batata: as dificuldades prosseguem e avolumam-se por acção do Governo Mota Pinto que conduz uma política antipopular que a realidade demonstrará condenada ao fracasso

1979: reforçar a organização

O primeiro número deste ano de «O Militante» traz na capa fotos de crianças, saudando assim 1979 como o Ano Internacional da Criança, iniciativa a que dedica também um artigo no qual se apela para a participação de todas as organizações e militantes na concretização dos objectivos do AIC.

Janeiro é entretanto momento que «O Militante» não deixa de aproveitar para saudar também todos os membros do Partido e todos os seus amigos, prometendo continuar a sua acção de esclarecimento das questões de organização e de outros aspectos da actividade do PCP, mantendo as suas páginas abertas às experiências colhidas nas diversas organizações partidárias, procurando contribuir para a melhoria do nível político e ideológico de todos os camaradas. E assinala o ano que findou como um período de grande expansão desta publicação que atingiu em Dezembro de 1978 a tiragem de 31 mil exemplares!

O reforço da organização do Partido, que pode ser apontado como o tema central de todo este número de Janeiro, é objecto de um artigo onde são analisadas três questões, sublinhadas como necessidades para levar por diante esse reforço.

A necessidade de aproveitar, mobilizar todos os membros do Partido de acordo com as suas possibilidades; a necessidade de voltar o principal da atenção das organizações para os problemas das massas; a de continuar a alargar o Partido.

A análise das eleições de Fanhões e principalmente a sua preparação — a definição de objectivos, propaganda eleitoral, composição dos votos, forças concorrentes — merece neste número um artigo, completado por um gráfico esclarecedor.

A importância das Comissões de Trabalhadores, a sua acção e a ligação do Partido a essas estruturas unitárias, é outro dos trabalhos que o leitor pode encontrar neste primeiro número de 1979. Trata-se de algumas conclusões extraídas de uma reunião de quadros de CT's realizada no mês passado em Lisboa. A melhoria do trabalho do Partido nesta frente unitária e as deficiências encontradas constam dessas conclusões que são uma proposta de discussão a todas as organizações.

«Experiências de trabalho numa região difícil» é um interessante artigo onde se desvendam aspectos do trabalho em condições particularmente desfavoráveis para os comunistas. Não apenas as dificuldades da situação mas também insuficiências do trabalho são superadas através de medidas que se revelam durante a leitura.

Sobre o papel e importância dos funcionários do Partido é o título do artigo seguinte, no qual se criticam o estilo de trabalho de direcção que por vezes se pratica e aspectos da situação particular do funcionário, apontando-se insuficiências que se verificam e as necessárias correcções à actividade destes quadros.

Algumas conclusões de duas reuniões de quadros para melhorar o trabalho nas UCP's e Cooperativas — no concelho de Serpa e no distrito de Setúbal — a análise do decorrer da Campanha de Fundos da UJC, conclusões de uma reunião de quadros da ORN sobre o recrutamento orientado para os agricultores, são temas dos artigos seguintes.

Experiências da luta dos operários agrícolas de Santarém trazem depois ensinamentos que ajudam à compreensão de questões fundamentais do dia-a-dia do Partido — política de alianças, combate ao sectarismo, ao esquerdismo e ao oportunismo.

Temas vários

Preparar o IX Congresso com os olhos postos no futuro recolhendo as experiências do passado

A realização, de 31 de Maio a 3 de Junho, do IX Congresso do PCP vai constituir, tal como a realização dos anteriores Congressos do nosso Partido, um ponto alto na vida e na luta dos comunistas portugueses que, através dos trabalhos preparatórios e no decorrer do próprio Congresso, demonstrarão à evidência que a prática democrática interna continua a ser uma das razões da vitalidade do partido leninista. Os oito Congressos já realizados na história de mais de cinquenta anos do PCP — quatro dos quais nas duras condições da clandestinidade — aí estão para o confirmar.

Um entusiasmo inesquecível assinalou os trabalhos do VII Congresso do Partido realizado em Outubro de 1974 — o primeiro realizado na legalidade após mais de 48 anos de fascismo

Mas a realização de um Congresso do PCP tem sido, é também, um acontecimento de relevo e de grande repercussão nacional. É-o porque o trabalho dos comunistas visa a transformação da sociedade portuguesa rumo ao futuro; mas é-o também porque sendo o PCP um grande partido nacional, nada do que é nacional lhe é alheio — e isso mesmo se pode comprovar através dos relatos dos trabalhos dos anteriores Congressos, e se comprovará certamente no IX Congresso.

A preparação e realização do IX Congresso do nosso Partido ocorre num momento específico da vida portuguesa: as liberdades e as outras conquistas adquiridas pelo povo português correm um sério perigo, existindo no entanto forças bastantes para a defesa do regime democrático-constitucional, que assenta na base das grandes alterações operadas no nosso país com a queda do regime fascista.

Desde a realização, em Novembro de 1976, do VIII Congresso do PCP, verificaram-se alterações qualitativas na situação política portuguesa, conforme salienta o documento aprovado na última reunião plenária do CC do Partido. Os militantes comunistas partem para o IX Congresso certos da necessidade de examinarem aprofundadamente a situação actual. Fazem-no à partida possuidores de um património político e ideológico de que os Congressos até agora realizados são a expressão máxima.

O último Congresso da clandestinidade

O VI Congresso do PCP, realizado em 1965, assume particular significado, não só por ter sido o último Congresso realizado nas duras condições da clandestinidade — e, por isso mesmo, representar por si só uma extraordinária vitória política do PCP — mas também porque, a nove anos de distância, os comunistas portugueses definiram com rigor o caminho para o derrubamento da ditadura fascista.

As conclusões saídas do VI Congresso do PCP não se limitavam a apontar como meta o derrubamento da ditadura fascista — iam muito mais além.

O Programa do PCP aprovado no VI Congresso indicava oito pontos fundamentais para que o derrubamento do facismo significasse a instauração no nosso país de um real regime democrático.

Catorze anos passados sobre a aprovação do Programa do Partido em 1965, os factos confirmam a justeza da análise dos comunistas portugueses, que o processo iniciado em 25 de Abril de 1974 consagrou.

Baseados na teoria marxista-leninista, os comunistas portugueses souberam, ainda em plena vigência da ditadura, não só indicar o caminho para o derrubamento do fascismo e a instauração da sociedade democrática, como também levar o seu Programa às massas populares, aos outros democratas e patriotas, de modo que o caminho indicado no Programa fosse percorrido de maneira segura e firme, rumo à vitória.

Um Congresso para a Revolução

Em 20 de Outubro de 1974, o fascismo já tinha caído há seis meses. A democracia portuguesa, contudo, nesse curto período, destroçara já várias acometidas das forças reaccionárias, a última das quais — o 28 de Setembro — se tinha saldado por uma enorme vitória das forças progressistas. Os povos irmãos das colónias, hoje jovens países empenhados numa vida nova liberta do colonialismo, alguns dos quais já tinham alcançado mesmo a independência, mostravam a todo o mundo que novos Estados soberanos estavam irreversivelmente prestes a nascer no continente africano.

No plano interno, a unidade dos trabalhadores e das massas populares e a aliança do Povo com as Forças Armadas que tinham libertado Portugal do fascismo abriam os horizontes do futuro.

No Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, nesse dia 20 de Outubro de 1974, um acontecimento de grande importância na vida do Partido e do povo português tinha lugar: depois de quase cinquenta anos de fascismo, o PCP realizava um Congresso à luz da legalidade.

Vários milhares de delegados e de convidados, naquele dia que reunia em si dias de luta sem conta, proclamavam na tribuna e nas bancadas do VII Congresso Extraordinário do PCP que, firmes nos princípios, unidos na acção, confiantes no futuro, os comunistas portugueses eram uma força insubstituível e indispensável para a defesa e consolidação da democracia recentemente conquistada.

A Proclamação saída do Congresso Extraordinário do PCP continha uma Plataforma de Emergência de três pontos — reforço do Estado democrático e defesa das liberdades, defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento, prosseguimento da descolonização — que, ao ser proposta ao povo e ao país, demonstrava bem e uma vez mais que o PCP adiantava as soluções exactas para as situações concretas, tendo sempre em conta os interesses do povo português e de Portugal como uma pátria livre, soberana e independente.

O Congresso da Consolidação

O VIII Congresso do nosso Partido, realizado durante quatro dias em Novembro de 1976, expressou bem a consolidação do PCP como partido político de implantação nacional, com as suas raízes bem assentes no seio dos trabalhadores.

Os trabalhos preparatórios do Congresso que mobilizaram muitos milhares de militantes comunistas ao longo de três meses em centenas de reuniões e de plenários, desde logo traçaram a tónica dominante do que viria a ser o VIII Congresso: uma grande jornada em que os comunistas deram a sua contribuição criadora para a análise dos problemas nacionais e uma significativa demonstração de democracia interna.

Os documentos aprovados por unanimidade no decorrer do VIII Congresso — **a Resolução Política** e as **Medidas para Defesa e Consolidação da Democracia e da Independência Nacional** — bem como o **Relatório da Actividade do CC do PCP** apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, representam contribuições inestimáveis para a análise, não só dos dois anos e meio do processo democrático até então vividos como também do período que até hoje se seguiu.

No encerramento dos trabalhos do VIII Congresso, o secretário-geral do PCP teve ocasião para afirmar:

De princípio a fim neste Congresso se sentiu o pulsar do coração de 115 000 membros do nosso Partido, que cada vez mais estreitamente unido à classe operária e às massas trabalhadoras, unido na firme determinação de levarmos à prática as conclusões deste nosso magnífico VIII Congresso, é uma força invencível. O nosso Partido, unido, coeso, bem orientado, com uma orientação determinada pela sua vontade colectiva, é uma força a quem está assegurada a participação activa e indispensável na construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

O VIII Congresso, o primeiro congresso ordinário realizado após o 25 de Abril, elegeu o Comité Central do nosso Partido

Preparar o Congresso é reforçar o Partido, é defender a democracia

Daqui a pouco mais de quatro meses realiza-se o IX Congresso do Partido Comunista Português. A sua realização assumirá um papel determinante no reforço do PCP e na defesa da democracia portuguesa e das conquistas alcançadas pelo povo português após o 25 de Abril de 1974.

No período decorrido entre o VIII Congresso e o IX, o PCP aumentou a sua influência e, consequentemente, consolidou-se a posição de todos aqueles que estão prontos a defender o regime democrático dos perigos que o ameaçam seriamente.

A preparação imediata do Congresso, de acordo com as decisões da última reunião plenária do CC do PCP, devem iniciar-se imediatamente em todo o Partido. Desde o VIII Congresso o PCP aumentou muito os seus efectivos; durante o ano de 1978 os 142 500 militantes com que finalizou a campanha de novas adesões da «Promoção de Abril» foram acrescentados de novos milhares de homens, mulheres e jovens. Uma grande força de trabalhadores e patriotas está cada vez mais disponível para a defesa e a consolidação do Portugal de Abril.

No dia 3 de Junho deste ano, quando se encerrarem os trabalhos do IX Congresso, o povo português, as forças democráticas e patrióticas, a classe operária e as massas trabalhadoras passarão certamente a dispôr de caminhos certos para defesa da democracia e construção do futuro.

Esta tarefa de grande responsabilidade que se coloca aos comunistas portugueses exige que, desde já, se comece a trabalhar na preparação do IX Congresso, na certeza de que, desse modo, é o Partido que se reforça, é a democracia que se defende, é o futuro que se garante.

Ano Internacional da Criança (AIC)

Unidade de esforços em defesa da criança!

Porto: nasce Comissão Executiva e a USP saúda o AIC

No passado dia 20 de Janeiro, foi constituída no Porto uma Comissão Executiva para as comemorações do Ano Internacional da Criança. Constituem esta Comissão as seguintes organizações: Comissão da Condição Feminina, Corpo Nacional de Escutas, Pioneiros de Portugal, Federação das Colectividades, Guias de Portugal, Conselho de Mulheres do Norte, Coordenadora das Comissões de Moradores do Porto, Movimento Democrático de

Mulheres, União dos Sindicatos do Porto, Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores e, espera-se, também a Câmara Municipal.

Entretanto, o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto CGTP-IN saudou todas as crianças, em especial os filhos dos trabalhadores, numa mensagem na qual se afirma:

«Os trabalhadores e todo o Movimento Sindical Unitário, ao defenderem melhores salários, o congelamento dos preços dos bens essenciais, os direitos da mulher enquanto mãe, a criação de creches e jardins de infância nas empresas e aglomerados habitacionais, lutam pela satisfação das principais carências de milhares de crianças, de famílias de trabalhadores, esquecidas e abandonadas à miséria por 50 anos de Governo fascista».

Queluz: a originalidade de um fim-de-semana

Nas actividades que, no passado fim-de-semana, assinalaram a abertura oficial das comemorações do Ano Internacional da Criança, a Comissão de Freguesia de Queluz para o AIC distinguiu-se pela originalidade das realizações. Eis o programa do dia 21 de Janeiro no qual participaram mais de 400 crianças num ambiente de verdadeira euforia:

Na parte da manhã, cerca de 200 crianças visitaram o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Queluz e participaram num simulacro de incêndio frente ao Liceu Nacional de Queluz, seguido de desfile de carros de Bombeiros com crianças pelas ruas da vila, a apitar as sirenes. De tarde houve espectáculo no Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz, com teatro infantil, pantomina infantil, palhaços, grupo de flautas, filmes de desenhos animados. As crianças do «GR do Pendão» e da Cooperativa Proelium participaram na representação. Uma reivindicação das crianças da vila é que o Parque Infantil de Queluz que esteve aberto gratuitamente no domingo, repetisse o gesto de compreensão para com as crianças todos os domingos deste ano.

Sever do Vouga: Alunos iniciam trabalho para o AIC

Na Escola Secundária de Sever do Vouga, os alunos iniciaram no passado dia 21 uma campanha para melhorarem a biblioteca deste estabelecimento de ensino.

A campanha, que se integra nas comemorações do AIC, terminará no próximo dia 18 de Fevereiro com uma festa-convívio.

Os estudantes esperam, entretanto, que as populações — e não apenas as da região — manifestem a sua solidariedade para com a iniciativa.

Coruche: Assembleia Municipal colabora no trabalho do AIC

Em reunião realizada no passado dia 11, a Assembleia Municipal de Coruche deliberou colaborar com a organização concelhia para a realização de iniciativas no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança.

Aljustrel, Seixal e Cascais: as CM preparam diversas iniciativas

Na sequência de reuniões promovidas na passada semana, com as diversas organizações políticas e culturais dos seus concelhos, nas quais se debateram e planearam actividades, as Câmaras Municipais de Aljustrel, do Seixal e de Cascais vão realizar diversas iniciativas a anunciar em breve, no quadro das comemorações do AIC:

Albufeira: Assembleia Municipal lança-se ao trabalho

A Assembleia Municipal de Albufeira deliberou a constituição de uma Comissão para planear um programa de comemorações do AIC em todo o concelho, recomendando que esta comissão tenha em vista «não somente a divulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada há 20 anos pela unanimidade dos países da ONU, mas também chamar a atenção da opinião pública para o facto de existirem no Mundo milhões de crianças marginalizadas e exploradas, física e intelectualmente, quando não vítimas das mais atrozes barbaridades».

O fim-de-semana de festa não chegou a todas as crianças

O fim-de-semana passado pertenceu já às crianças. Infelizmente, não a todas. Em muitas e vastas zonas, sobretudo nos centros não urbanos, foram iguais a todos os outros os dias 20 e 21 de Janeiro, que assinalavam no nosso país a abertura oficial das comemorações do Ano Internacional da Criança.

Na realidade, foi fundamentalmente em Lisboa e nos arredores — salvo algumas excepções que se contam pelos dedos — que as crianças tiveram oportunidade de viver um fim-de-semana diferente. A esmagadora maioria das iniciativas pertenceu ao CONG, Conselho das Organizações Não Governamentais, e para o seu êxito contribuiram as estruturas populares e as organizações de trabalhadores. Não fora o seu carácter geograficamente limitado — que será sem dúvida ultrapassado com o desenvolvimento da actividade do CONG — e o saldo das realizações seria bastante positivo.

Numa Conferência de Imprensa realizada há uma semana, o CONG, que reúne 26 organizações cuja actividade está ligada aos problemas da infância, através de representantes do MDM, do Corpo Nacional de Escutas e dos Pioneiros de Portugal anunciou as actividades que iriam mobilizar milhares de crianças no fim-de-semana passado. Assim, sábado e domingo, foram dias em que as crianças puderam passear gratuitamente nos transportes colectivos, em que os museus franquearam as portas às crianças, tal como o fez o Jardim Zoológico e inúmeros teatros de companhias progressistas. Nas manhãs destes dias, que as crianças acharam curtos, fez-se desporto com a participação de colectividades e clubes desportivos — com excepção dos grandes clubes — que cederam ás suas instalações para a prática desportiva orientada por professores e monitores de Educação Física. No encerramento desta jornada do CONG, que teve como objectivo fundamental a sensibilização da opinião pública para os problemas da infância, realizou-se um colóquio no Teatro de S. Luís sob os temas «A Criança e a Sociedade» e «A Criança e a Educação».

Aí, nas zonas onde o passado fim-de-semana nada teve a distingui-lo, zonas onde se localizam as maiores carências que atingem a criança, é tempo de o movimento popular, as organizações de trabalhadores, as Comissões de Moradores, as populações, as autarquias, as forças democráticas unirem esforços numa acção que não pode limitar-se a 1979, numa acção que seja antes o início da luta por uma sociedade onde as crianças não sofram a fome, a miséria, o analfabetismo, a exploração no trabalho, a falta de assistência, a discriminação e a injustiça.

Em vários locais, em Lisboa, no Porto e arredores, onde as comemorações de abertura foram mais vivas, os mais pequenos deliciaram-se fazendo pinturas e jogos

Semana

17
Quarta-feira

1961 — Agentes do imperialismo asssassinam Patrice Lumumba, que foi um dos líderes do movimento de libertação do Congo Belga e seu primeiro-ministro após a conquista da independência.

A paz israelo-egípcia

Centenas de milhares de trabalhadores paralisam em toda a Espanha para forçarem o patronato a negociar os respectivos contratos colectivos de trabalho ■ Pereceram cerca de mil pessoas num violento sismo que ontem arrasou três vilas no nordeste do Irão ■ Luís de Almeida, embaixador designado da RP de Angola em França, declara em Paris que os cubanos permanecerão no seu país até prepararem um Exército capaz de defender o território angolano ■ Na Bolívia tomam posse três novos ministros, que substituem assim os que se haviam demitido há dias, tendo os restantes sido confirmados nos respectivos cargos ■ O enviado "especial" norte-americano Alfred Atherton chega a Tel-Aviv para tentar solucionar as "divergências" entre Sadat, do Egipto, e os sionistas de Israel ■ Mais de 60 presidentes de municípios da província basca de Guipuzcoa fecham-se num edifício oficial de San Sebastian como protesto contra a prisão de um seu colega, preso e mantido incomunicável pela Polícia sob a acusação de ser membro da ETA ■ O povo da Gronelândia adere ao projecto de autonomia em relação à Dinamarca, num referendo onde os "sim" obtiveram 70,1% dos sufrágios expressos ■ O presidente Carter, dos EUA, faz um "apelo" ao *ayatollah* Khomeiny para que este dirigente da oposição religiosa ao regime do xá do Irão dê uma "oportunidade" ao governo de Shapur Baktiar ■ Tomam posse, em Luanda, mais quatro membros do governo da RP de Angola.

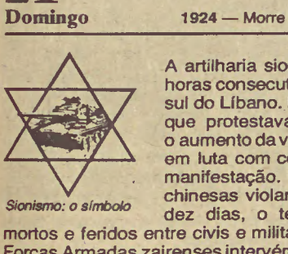
18
Quinta-feira

1918 — Termina o III Congresso dos Sovietes dos deputados operários, soldados e camponeses da Rússia, que adopta a "Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado".

Em Damasco anuncia-se que os ministros dos NE e da Defesa da Síria e do Iraque decidiram unificar a sua política externa e criar uma comissão conjunta para a segurança nacional ■ Explode uma bomba no principal mercado ao ar livre de Jerusalém, ferindo 16 pessoas ■ Os 30 guerrilheiros da "Frente de Acção Unificada", de São Salvador, libertam os reféns que haviam sequestrado na embaixada do México como forma de denúncia das brutalidades do regime salvadorenho e obtêm um salvo-conduto para a capital mexicana com o estatuto de refugiados políticos ■ A RP de Angola conclui importantes acordos económicos com a França e a Bélgica ■ O Conselho Revolucionário Popular do Kampuntchea suspende das suas funções todos os representantes diplomáticos nomeados pela ditadura de Pol Pot ■ O governo da República Socialista do Vietnam repete o convite às nações vizinhas que são membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) para que sejam iniciadas conversações tendentes a transformar a região numa zona de paz ■ O Partido Comunista Italiano formula violentas acusações à Democracia-Cristã e ameaça retirar o seu apoio ao governo de Giullio Andreotti ■ O primeiro-ministro britânico, James Callaghan, anuncia ao Parlamento que os sindicatos tinham prometido aumentar o controlo sobre os camionistas cuja greve estrangula as linhas de abastecimento do país ■ No Irão, dezenas de manifestantes são mortos pelas forças repressivas.

19
Sexta-feira

1843 — O governo alemão proíbe a "Gazeta Renana", em que Marx colabora.


«Ayatollah» Khomeiny

O Conselho Nacional Palestiniano pronuncia-se a favor do reatamento das relações com a Jordânia ■ Um diplomata chinês, alto funcionário da ONU, afirma que o MNE chinês se prepara para estabelecer relações diplomáticas com Israel, talvez mesmo antes de ser assinada a "paz" israelo-egípcia ■ Elementos da guerrilha colombiana provocam a explosão de dois camiões do Exército, matando sete soldados e ferindo três outros ■ Milhões de iranianos saem às ruas da capital e de outras cidades do país reclamando contra um possível regresso do xá, exigindo a dissolução do Conselho de Regência e do "Parlamento" e a demissão do governo de Shapur Baktiar ■ O antropólogo norte-americano Donald Johanson anuncia ter descoberto um novo espécime de homem primitivo, com idade entre os três e os quatro milhões de anos ■ Pára-quedistas e soldados de infantaria israelitas, apoiados por artilharia, atacam duas bases palestinianas a sul do Líbano, tendo sido rechaçadas e forçadas a retirar com pesadas baixas ■ A greve dos camionistas da Grã-Bretanha entra em segunda semana.

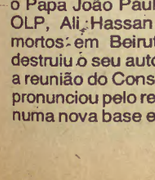
20
Sábado

1973 — Amílcar Cabral, dirigente do PAIGC, é assassinado por agentes do colonialismo português.

Nur Taraki, secretário-geral do Partido Democrático Popular do Afeganistão e dirigente da Revolução afirma que o seu país é independente e manterá a sua independência, não permitindo jamais que alguma força estrangeira se imiscua nos seus assuntos internos ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução condenando Israel por obstruir a acção da força de paz das Nações Unidas no sul do Líbano e prolongando ainda por mais cinco meses a permanência dessas forças de paz na zona ■ O *ayatollah* Khomeiny afirma à TV francesa que o xá já está destronado pelas gigantescas manifestações de rua e estas legitimarão a tomada do poder.

21
Domingo

1924 — Morre Lenine.


Sionismo: o símbolo

A artilharia sionista bombardeia durante três horas consecutivas a cidade de Nabatiyeh, no sul do Líbano. ■ Em Paris, polícias franceses que protestavam, em manifestação, contra o aumento da violência nas ruas, envolvem-se em luta com colegas que controlavam a sua manifestação. ■ Hanói denuncia que tropas chinesas violaram por 50 vezes, nos últimos dez dias, o território vietnamita, causando mortos e feridos entre civis e militares. ■ Um destacamento das Forças Armadas zairenses intervém em Bangui, capital do Império Centro Africano, para ajudar a restabelecer a "ordem" depois de violentas manifestações de estudantes. ■ A imprensa norte-americana fornece factos sobre os crimes monstruosos perpetrados pelo ex-regime cambodjano de Pol Pot e Ieng Sari. ■ Camponeses encolerizados manifestam-se em Pequim frente à residência do presidente Hua Guofeng enquanto, no mesmo momento, era criado um novo movimento a favor dos direitos do homem.

22
Segunda-feira

1891 — Nasce em Ales, na Sardenha, António Gramsci, fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano.

Mais de um milhão de funcionários públicos britânicos iniciam uma greve de 24 horas em reivindicação de aumentos salariais. ■ O presidente do Conselho de Regência do Irão, Sayed Teherani, apresenta a sua demissão ao "ayatollah" Khomeiny justificando a sua atitude "pelas dificuldades que o país conhece depois das últimas manifestações".

23
Terça-feira

1783 — Nasce Stendhal, notável escritor francês e um dos expoentes mundiais da literatura.

Chega a Roma o ministro dos NE soviético, Andrei Gromyko, para conversações com o governo italiano e uma reunião com o Papa João Paulo II. ■ O chefe dos Serviços de Segurança da OLP, Ali Hassan Salameh, e quatro dos seus ajudantes são mortos em Beirute por uma bomba controlada por rádio que destruiu o seu automóvel no centro da capital libanesa. ■ Termina a reunião do Conselho Nacional palestiniano em Damasco, que se pronunciou pelo reatamento de relações com o regime da Jordânia numa nova base e pela intensificação da luta contra os sionistas.

Povo iraniano exige o fim da monarquia

Na complexa situação que se vive neste momento no Irão, o elemento dominante é o poderoso movimento popular de massas, a exploração da consciência patriótica nacional, o crescimento da iniciativa histórica de massas que empurra, literalmente, o processo que se vive no país para além dos esquemas visados pelas manobras dos imperialismo e das forças reaccionárias e conservadoras.

O movimento grevista, facto importante de agravamento da crise política que vive o regime, tem vindo a mobilizar vários milhões de operários e empregados. Sucedem-se manifestações de envergadura crescente, difíceis de superar pelo número de participantes. As manifestações que se seguiram à saída do Xá, contra a possibilidade do seu regresso e contra o governo de Baktiar, foram consideradas as maiores de sempre. A cidade de Teerão foi, de facto, ocupada pela multidão que exigia o fim definitivo da monarquia. As exigências de grevistas e manifestantes têm um carácter abertamente político: a par do fim da tirania, e de uma «República Islâmica», reivindica-se o fim da ingerência norte-americana nos assuntos internos do país. Apela-se também para que os soldados não voltem as armas contra o povo nas ruas.

Um apelo que não fica sem eco. Têm-se registado diversos casos de resistência individual e colectiva, às ordens de disparar contra os manifestantes. Há igualmente notícia de greves de fome em bases aéreas, quer contra a hipótese criminosa de «bombardeamentos urbanos», quer pela retirada dos «conselheiros» norte-americanos, num movimento que reúne quatro mil oficiais e soldados da Força Aérea.

O «ayatollah» Khomeiny, vitoriado nas ruas das cidades do Irão como resistente contra a monarquia, pelas suas posições anti-imperialistas, regressa a Teerão amanhã. O seu regresso é neste momento apoiado também pelo Partido Popular do Irão (Tudeh), ilegal desde 1949, e a principal vítima da repressão, que defende a «formação de um governo de união nacional, capaz de garantir as liberdades e a independência e resolver a crise económica e social». Será difícil dizermos, hoje, o que se irá passar amanhã.

Uma coisa entretanto é certa: este regresso, que em si simboliza já as alterações sofridas na situação no Irão, vai introduzir um novo e importante factor no clima insurrecional que se vive no país,

A repressão não sufoca a luta de massas no Irão

com a desintegração do aparelho de Estado, a crescente agitação no Exército, as massas populares na rua.

A falta de organização desse movimento popular poderá facilitar manobras para ludibriar as suas claras exigências. Mas as forças que se empenham em tais manobras terão que fazer face a uma determinação colectiva que já deu significativas provas.

Cambodja: a paz é possível no Sudeste asiático

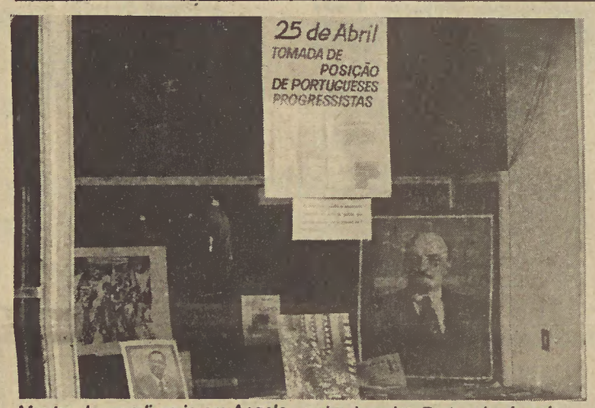
A existência de um novo **Cambodja** democrático e revolucionário é hoje um dado incontestável, um elemento novo e importante na geografia política do sudeste asiático. Os últimos grupos armados ligados ao regime tirânico de Pol Pot procuram refúgio nas fronteiras da Tailândia, destruindo aldeias pelo caminho. Também no litoral se esfumam os vestígios de resistência contra-revolucionária. O clamor da propaganda imperialista, apodando de invasão o processo de libertação do povo do Cambodja, não se pôde concretizar em nenhuma acção concreta, tendo sido derrotado um projecto de resolução, apresentado ao Conselho de Segurança da ONU, que visava condenar o governo revolucionário do Cambodja, a pretexto de que haveria tropas estrangeiras no país. Entretanto, a Organização de Solidariedade dos Países de Ásia e África dirigiu ao secretário-geral das Nações Unidas uma mensagem de apoio ao Conselho Popular Revolucionário do Cambodja. Nem mesmo o presidente Carter se atreve a afirmar a existência de qualquer ameaça às fronteiras dos países vizinhos do Cambodja.

No plano internacional, a grande vitória do povo cambodjano tem fundas repercursões. É uma derrota para o maoismo. Como denúncia da sua prática, antes concretizada no Cambodja, e do carácter opressivo dos regimes que defende e em que se apoia. É uma derrota para as pretensões expansionistas de Pequim, cujos dirigentes se dispunham a lutar contra o Vietnam até ao último soldado cambodjano. É uma derrota para o imperialismo, pelo alargamento da área dos países progressistas na Ásia, pela campanha desencadeada contra o novo governo (campanha essa que, objectivamente, representava uma defesa do regime deposto) e que não alcançou os seus objectivos imediatos. É uma grande vitória das forças progressistas, criando as premissas de uma futura comunidade socialista no sudeste asiático.

Por muita confusão que se queira lançar sobre os acontecimentos na zona, a análise dos factos faz ressaltar duas grandes linhas opostas de acção política. Nos últimos dias, tropas chinesas violaram 50 vezes o território vietnamita, causando dezenas de mortos e feridos entre civis e militares. Entretanto, o governo da República Socialista do Vietnam, repetiu o convite — já dirigido o ano passado à Tailândia, Indonésia, Filipinas, Malásia e Singapura — às nações vizinhas membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) para que sejam iniciadas conversações para transformar a região numa zona de paz.

Os dados são claros. Só confunde os factos quem voluntariamente os deseja baralhar. Não há duas respostas possíveis para a pergunta: quem é o agressor? Quem põe em perigo a paz, quem ameaça as fronteiras dos Estados independentes no sueste asiático?

Depois de anos de guerra, de mortos, de destruição, três países precisam vitalmente de paz para lançar as bases da construção do socialismo: O Vietnam, o Cambodja, o Laos. A paz também indispensável aos outros povos da região.



Montra de uma livraria em Angola: amizade entre Portugal e Angola

Angola-Portugal: que aproximação?

O Governo português joga no impossível. Pretende — ou diz pretender — estreitar relações com a República Popular de Angola e simultaneamente permite que órgãos de comunicação estatizados insultem impunemente o povo angolano e a sua luta pela construção de uma nova sociedade.

Entretanto, os recentes encontros de três deputados portugueses — dois do PSD e um do CDS — com o traidor Savimbi, que constituíram uma grosseira provocação contra o Estado angolano, no preciso momento em que se concretizava um acordo vantajoso para os dois povos pelas consequências económicas e pela aproximação que representa entre ambos os países — também não mereceram do Governo uma única palavra de crítica.

A reacção internacional ainda não desistiu por completo de recuperar posições em Angola. Como acentua o Ministério da Defesa de Angola, "desiludido quanto à possibilidade de destruir a República Popular de Angola pela força das armas, o inimigo recorre agora à velha táctica de lançar com insistência toda a espécie de atoardas, inventando operações militares, mentindo sobre a situação interna no nosso país e repetindo monotonamente as mesmas promessas falaciosas de há três anos". É nestas manobras que participam de facto o CDS e o PSD, tornando-se cúmplices de uma escalada de provocações que visam dar cobertura às agressões dos racistas sul-africanos contra Angola.

O povo português deseja a aproximação com o povo angolano, do que aliás só poderão advir mútuas vantagens. Quem não está interessado em tal aproximação são os mesmos que, também em Portugal, com a cobertura do imperialismo e contando também com a do Governo, se lançam numa escalada contra as conquistas de Abril, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações.

O encontro CDS/PSD-Savimbi é, nesse plano, bem significativo. Representa — como é denunciado por um grupo de trabalhadores portugueses em Angola — "a cegueira reaccionária e a paranóia política dos saudosistas do passado". Uma posição sem futuro, mas que atrasa a sua inevitável materialização.

Palestinianos: a vitória é certa

● Os colonatos e o expansionismo de Israel

Face ao impasse da «solução» imperialista para o Médio Oriente e à ameaça que constitui um Irão bem próximo, convulsionado por um poderoso movimento de massas, o Estado sionista de Israel lança uma nova ofensiva contra o povo palestiniano. Uma ofensiva em duas frentes: pela criação de novos colonatos nos territórios ocupados, pelos ataques armados ao Líbano, atingindo em particular campos de refugiados palestinianos.

Na madrugada do dia 19 tropas sionistas atacaram duas aldeias no sul do Líbano: Ayishiya e Amoun, ambas na margem norte do rio Litani. A invasão por um grupo de comandos israelita foi precedida de intenso bombardeamento aéreo e de artilharia a partir de Israel. Apesar da violência da ofensiva, forças conjugadas de palestinianos e de libaneses progressistas, rechaçaram os sionistas. As investidas do invasor não passam impunes.

Já posteriormente foi bombardeada a cidade de Nabatiyeh no sul do Líbano, a cerca de 14 km da fronteira de Israel, num processo de agressão que envolve sistemáticas violações de espaço aéreo e se concretizou também, entretanto, em novas agressões armadas contra campos de refugiados palestinianos no litoral libanês.

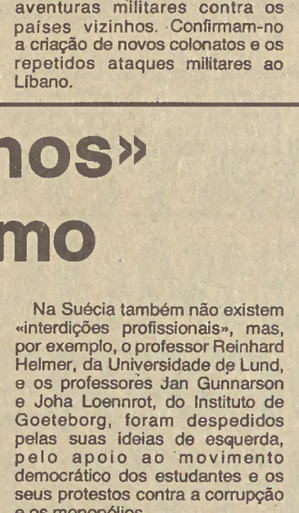
Nas estradas da Samaria e da Judeia aumentou outra vez o número de refugiados árabes. O governo de Begin decidiu a criação de novos colonatos, ou seja, decidiu o alargamento das suas fronteiras, de acordo com uma política expansionista, claramente definida pelo ministro de Negócios Estrangeiros, Dayan, que declarou que as fronteiras de Israel são determinadas pela extensão dos colonatos. Apesar do défice crónico do Orçamento de Estado de Israel, apesar da enorme dívida externa do país, o ministério das Finanças atribuiu a verba de 660 milhões de libras israelitas para a «assimilação» dos novos territórios.

Os colonatos são uma base fundamental da política expansionista e racista de Israel. Procederam a própria formação do novo Estado de Israel, em terras anexadas aos árabes ou compradas por quantias simbólicas. Acompanham a história da espoliação sistemática dos árabes que decorre das manobras empreendidas pelos imperialistas anglo-americanos, juntamente com a direcção sionista e a reacção árabe, que impediram a concretização do direito do povo Palestiniano à autodeterminação e à independência, já em 1948, implantando assim de facto, desde o princípio, as raízes da guerra.

Nas áreas ocupadas para a formação do Estado de Israel, em 1948, 384 cidades e vilas árabes foram «esvaziadas» dos seus habitantes. Os que ficaram vivos tiveram que procurar refúgio noutras terras. Com a ocupação da Cisjordânia e da faixa de Gaza na guerra de Junho de 1967, a situação agravou-se particularmente. Meio milhão de pessoas foram forçadas a deixar as suas casas, milhares de famílias foram separadas. Os refugiados que tentam, apesar de tudo, voltar, são considerados «infiltrados», condenados a penas de prisão de cinco a dez anos e posteriormente expulsos do país. Acualmente, de um total superior a quatro milhões de árabes palestinianos, só 1,7 milhões vivem na Palestina.

A ocupação, por Israel, da Cisjordânia e da faixa de Gaza, não visa simplesmente privar um povo da sua independência e liberdade. Visa a sua expulsão das suas terras e a liquidação da sua própria existência nacional.

Os colonatos são a arma utilizada para a concretização de tais fins. A criação de colonatos começou imediatamente a seguir à guerra de Junho de 67. Até ao fim de 1977 tinham sido criados 76 colonatos judeus nos territórios ocupados, com uma população (judia) de 6500 pessoas. Posteriormente intensificou-se a sua implantação. Num processo que contou com o auxílio precioso de


Palestinianos: a guerra atinge-os mesmo quando refugiados, expulsos das suas terras

grupos religiosos chauvinistas, que não recuam face à utilização de quaisquer métodos criminosos, foram criados, já em 78, cerca de 100 colonatos com uma população de 10 000 pessoas.

As premissas da paz

O Médio Oriente continua a ser um dos mais perigosos focos de tensão no mundo. A paz anda arredia das terras árabes. A traição de Sadat, presidente do Egipto, não só facilita a anexação das terras palestinianas por Israel, como abre caminho a novas aventuras militares contra os países vizinhos. Confirmam-no a criação de novos colonatos e os repetidos ataques militares ao Líbano.

Mas os planos do imperialismo estão longe de dar os frutos almejados. A ONU, na reunião do Conselho de Segurança, uma vez mais condenou Israel por boicotar os esforços de paz. A manobra visando a assinatura de acordos separados que levariam à liquidação da unidade árabe face a Israel e ao isolamento do povo palestiniano e das forças mais progressistas, caiu num impasse, mesmo com um governo egípcio disposto a todos os conluios. Conduziu, por outro lado, a uma aproximação entre os diversos países e forças árabes. O movimento de massas no Irão, claramente anti-imperialista, vem criar acrescidas dificuldades ao governo sionista e às forças da reacção na zona, não só de ordem política, mas também económica (o petróleo para Israel).

Impondo no Médio Oriente uma situação de permanente tensão, impossibilitando, de momento, a solução dos problemas vitais que afectam esta região, a política racista e expansionista do sionismo tropeça nas consequências indesejadas que entretanto gerou. A força do imenso arsenal militar não liquidou o povo palestiniano, não sufocou a sua vontade de independência e liberdade. Antes gerou no Médio Oriente uma força profundamente revolucionária, que conhece na própria pele o significado da política imperialista e sabe o valor da solidariedade das forças progressistas, dos países socialistas: os heróicos combatentes palestinianos. Simultaneamente, o peso do aparelho militar-repressivo em Israel cria e agudiza problemas internos que levam a uma tomada de consciência do próprio povo de Israel contra a política sionista, pela paz.

Um círculo de contradições que, liquidando as ambições chauvinistas do sionismo, contribuirá para criar finalmente as premissas necessárias para que a paz seja possível no Médio Oriente.

«Berufsverbot» e «Direitos Humanos» salada peçonhenta do imperialismo

Em Janeiro de 1972 os primeiros-ministros dos *lands* (Estados) que constituem a República Federal da Alemanha aprovaram a «Postura sobre os elementos radicais», mais vulgarmente chamada «Postura das interdições profissionais» (em alemão «Berufsverbot»). Esta inconfundível criação do «mundo livre», como lhe chamou a revista oeste-alemã «Stern», reactivaria mecanismos sinistramente idênticos aos que ergueram o III Reich hitleriano nos anos 1930-40.

As «interdições profissionais» surgiram oficialmente na RFA para «verificar» a fidelidade à Constituição dos cidadãos que pretendessem ocupar cargos públicos, pelo que se criou um «Departamento de Defesa da Constituição» encarregado de levar a cabo a tarefa, na generalidade executada por representantes do partido de direita na oposição, o CSU/CDU.

Assim, cerca de milhão e meio de cidadãos alemães candidatos ao funcionalismo público já foram submetidos a um processo de «verificação especial», que consiste num interrogatório e numa redacção *por escrito* sobre as suas opiniões políticas, filiação em organizações de esquerda e, em primeiro lugar, no Partido Comunista, e ainda na exigência dum relatório, também por escrito, onde o candidato terá de referir a sua eventual participação em organizações, encontros, assembleias, manifestações, etc., sendo-lhe finalmente exigida a assinatura atestando a sua «fidelidade à Constituição» (que, sublinhe-se, garante expressamente as liberdades individuais e colectivas na RFA).

A manobra é evidente e os seus resultados são do domínio público: milhares de cidadãos da RFA expulsos dos seus empregos ou impedidos de trabalhar na sua ou qualquer outra profissão, sem qualquer hipótese de reiniciar a vida noutro lado pois o fatídico «cadastro» persegue-os como uma sombra.

De ano para ano alarga-se o círculo de pessoas atingidas pelas «interdições profissionais». Ao princípio eram apenas os membros do Partido Comunista alemão, mas hoje as perseguições estendem-se não só aos representantes de outras organizações de esquerda como também aos sociais-democratas e liberais.

De entre os «actos subversivos» que podem custar a perda do emprego vão fazendo já parte as viagens turísticas ou comerciais à URSS ou outros países socialistas. Por outro lado, de acordo com a própria imprensa oeste-alemã, algumas firmas privadas já começaram também a recorrer aos serviços desta autêntica polícia política para verificar a «lealdade» deste ou daquele empregado, embora isso constitua uma gritante ilegalidade. A «caça às bruxas» alastra, assume cada vez maiores proporções: cresce a rede de informadores, alarga-se o sistema de denúncia e espionagem procede-se a buscas e detenções ilegais. Tudo isto na RFA, um dos países onde a demagogia da defesa dos «Direitos Humanos» da administração Carter encontrou entusiasmado eco.

Todavia, as «interdições profissionais» não são um exclusivo da RFA, mas sim um hábito bem arreigado nas estruturas governamentais das chamadas «democracias ocidentais» que, nesta nova era Carter, também se transformaram em incansáveis defensoras dos «direitos humanos».

Em Inglaterra, por exemplo, não existem, formalmente, «interdições profissionais», mas as pessoas contratadas pelo Estado devem responder às seguintes perguntas do questionário *obrigatório*: «Já esteve em países de regime comunista? Já viveu ou algum dos seus pais vive num país de governo comunista? Alguma vez foi membro do Partido Comunista da Grã-Bretanha ou de outros países? Foi alguma vez membro de alguma organização ligada ao movimento comunista ou dele simpatizante? Tem relações com o Partido Comunista ou com pessoas que simpatizem com ele?», etc., sendo certo que não se pretende apenas isolar os comunistas mas sim, duma maneira geral, as pessoas com ideias progressistas, democráticas.

Na Suécia também não existem «interdições profissionais», mas, por exemplo, o professor Reinhard Helmer, da Universidade de Lund, e os professores Jan Gunnarson e Joha Loennrot, do Instituto de Goeteborg, foram despedidos pelas suas ideias de esquerda, pelo apoio ao movimento democrático dos estudantes e os seus protestos contra a corrupção e os monopólios.

A Inglaterra e a Suécia são apenas dois exemplos. Não falando, é claro, na situação dos cidadãos dos EUA, berço de Carter e dos «seus» Direitos Humanos, onde a vigilância e a perseguição são exercidas não apenas sobre os progressistas como ainda sobre milhões e milhões de americanos leais ao sistema. Questões de segurança...

Manifestação na RFA de protesto contra as «interdições profissionais»

Greves na Europa

OS momentos decisivos que se vivem no Irão, novos ataques de Israel contra os refugiados palestinianos no Líbano envolvendo criminosos bombardeamentos de cidades, a consolidação da revolução no Cambodja – pontos altos da semana política em curso – não esgotam, naturalmente, os factos marcantes destes últimos dias. Também na Europa capitalista o movimento das massas trabalhadoras contra o espartilho das limitações dos aumentos salariais, assume particular envergadura, desenrolando-se num fundo de crise política, em diversos países.

PODE-SE dizer neste momento que o movimento grevista domina a vida política e socioeconómica inglesa. O prosseguimento da greve dos camionistas levou já à paralisação das exportações. Os portos estão também praticamente paralisados. Vários aeroportos estão fechados ao tráfego. O abastecimento de produtos essenciais processa-se com dificuldade, enquanto vários ramos da indústria reduzem a sua actividade. Entretanto, novos sectores de trabalhadores entraram em greve. A função pública, que inclui os mais mal pagos entre os trabalhadores britânicos, iniciou uma campanha de greves de zelo e relâmpago e pela proibição de fazer horas extraordinárias. Milhares de escolas não abriram. Cerca de 60 mil trabalhadores dos serviços públicos, de várias regiões do país, efectuaram um comício em Londres. Efectuou-se, por outro lado, a terceira greve de 24 horas dos maquinistas. Mineiros, professores, os trabalhadores civis de serviços oficiais, podem igualmente entrar em greve, reivindicando aumentos de 30% nos seus salários.

CENTENAS de milhares de trabalhadores estiveram em greve em Espanha pela negociação dos contratos colectivos de trabalho. As grandes cadeias de hotéis, restaurante, pastelarias, «self-services» e salas de festa de Madrid, os serviços de limpeza de Madrid, trabalhadores da indústria automóvel, lutam contra o boicote do patronato aos novos contratos colectivos de trabalho. Luta que para já se saldou numa vitória. Entretanto, em Madrid, numa manifestação convocada unitariamente pelas Comisiones Obreras e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), uma multidão calculada em cerca de 50 mil pessoas desfilou pelas ruas protestando contra o desemprego que atingiu mais de um milhão de trabalhadores no último trimestre de 1978. Os manifestantes exigem «pão, trabalho e liberdade».

O movimento grevista insere-se na complexa situação política que se vive em diversos países capitalistas europeus. Em Inglaterra, o governo trabalhista desdobra-se em esforços para não deteriorar mais a sua imagem, com vista às eleições de Outubro (se não houver antecipação). Em Espanha vive-se também um período pré-eleitoral. As tentativas de unidade levadas a cabo pela direita não atingiram os resultados pretendidos: os saudosistas de Franco apresentam-se divididos nas eleições. Na Itália, enquanto comunistas e socialistas se reúnem ao mais alto nível, o Partido Comunista Italiano denuncia o crescente anticomunismo e critica a política governamental, nomeadamente no campo da informação e em decisões tão delicadas como a adesão ao sistema monetário europeu.

A OFENSIVA CONTRA A CONSTITUIÇÃO

O Comité Central do PCP considera como objectivos essenciais para a defesa da democracia e da independência nacional:

1.º Respeito pela Constituição, pelas instituições e pela legalidade democrática, começando essa obrigação pelos próprios órgãos de soberania, designadamente pelo Governo.

Da Resolução do CC do PCP, de 15/Jan./79 «O PCP e a defesa da democracia face aos planos da reacção».

«A Constituição é um cadáver que cheira crescentemente mal»
Lucas Pires no Porto (20/Jan/79)

«Fui das pessoas que falou intensamente da revisão da Constituição, isso confere-me responsabilidades e é evidente que as assumo».
Sá Carneiro ao «Expresso» (6/Jan/79)

«O art.º 290.º da Constituição, trave-mestra de todo o edifício constitucional actual, terá que ser o primeiro a ser abalado, pois a sua conservação manteria a imposição do colectivismo».
Lucas Pires no Porto (20/Jan/79)

«Pergunta: Mas, pelas suas afirmações, quererá dizer que, se mudasse a Constituição, com o Povo que temos tudo era possível em Portugal?
«– Não era só mudar a Constituição! Esse era o primeiro passo a dar... porque poder-se-ia até não respeitar a Constituição!
«– Bom, mas isso seria fazer um golpe de Estado...
« – Pois que se faça!»
António Champalimaud a «O País» (19/Jan/79)

«A Constituição de 1976 contém alguma retórica de pendor esquerdizante o que não beneficia o equilíbrio político da sociedade portuguesa».
Jaime Gama na RTP (19/Jan/79)

«É desde já previsível que vai aparecer uma polémica no seio da Assembleia sobre os limites do poder de revisão entre os constitucionalistas exegetas, amarrados à letra da Lei, e os constitucionalistas que, apegados aos princípios e aos valores que ultrapassam a exegeze dos textos legais, tenderão a desvalorizar as vinculações para a eternidade que as normas limitativas do poder de revisão pretendem ser».
Mota Pinto a «A Capital» (4/Jan/79)

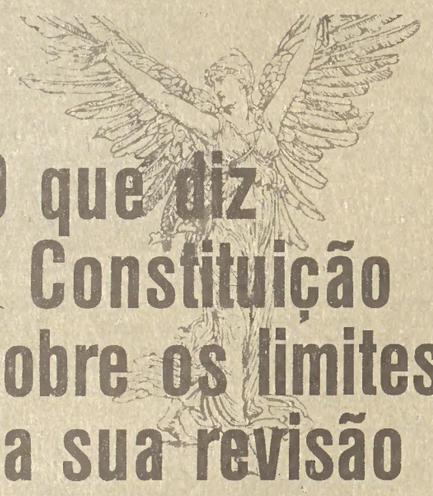
«Mais concretamente, é urgente:
«1. Expurgar da Lei fundamental as disposições programáticas de intenção colectivista e burocratizante, ajustando os princípios de organização económico-social às normas de mercado e de equilíbrio entre parceiros sociais prevalecentes na Europa em que pretendemos integrar-nos».
Conclusões do 1.º Congresso das Actividades Económicas (CIP, CAP, CCP)

«As opções de fundo que um projecto constitucional democrátTco exige são a eliminação da carga ideológico-programática socialista, a supressão de todos os mecanismos de organização auto-gestionária das Forças Armadas e a clarificação do sistema semi-presidencial».
Jaime Gama no «Diário de Notícias» (13/Jan/79)

«Elaborada em total desatenção à perspectiva de adesão ao Mercado Comum, a Constituição de 1976 aponta, no seu enunciado programático, para um modelo de organização e gestão de economia que corresponde à visão marxista de transferência do poder para as classes trabalhadoras e da apropriação colectiva dos meios de produção. Dificilmente se poderia encontrar esquema mais distante dos princípios de livre concorrência e de iniciativa privada qur dominam a concepção da integração promovida pela Comunidade Económica Europeia».
P. Pitta e Cunha, no 1.º Congresso das Actividades Económicas.

Em 1979 «será preciso encontrar um presidente, um programa, uma maioria parlamentar e uma Constituição».
Helena Roseta a «O País» (19/Jan/79)

«A Constituição será pois inevitavelmente revista. Nessa tarefa se empenharão quantos não aceitam demitir-se da sua condição de portugueses, logo, corresponsáveis pelo destino comum do País».
Torquato da Luz em «Jornal Novo» (16/Jan/79)



O que diz a Constituição sobre os limites da sua revisão

É o título da Parte IV **(Garantia e revisão da Constituição)** que estabelece os princípios normativos das revisões constitucionais. Dos seis artigos que constituem este capítulo, dois assumem particular importância: o 286.º e o 290.º onde se afirma:

Artigo 286.º
(Primeira revisão)
1. Na II Legislatura, a Assembleia da República tem poderes de revisão constitucional, que se esgotam com a aprovação da lei de revisão.
2. As alterações da Constituição terão de ser aprovadas por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções e o Presidente da República não poderá recusar a promulgação da lei de revisão.

Artigo 290.º
(Limites materiais da revisão)
As leis de revisão constitucional terão de respeitar:
a) A independência nacional e a unidade do Estado;
b) A forma republicana de governo;
c) A separação das igrejas do Estado;
d) Os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;
e) Os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais;
f) O princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e a eliminação dos monopólios e latifúndios;
g) A planificação democrática da economia;
h) O sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional;
i) O pluralismo de expressão e organização política, incluindo partidos políticos, e o direito de oposição democrática;
j) A participação das organizações populares de base no exercício do poder local;
l) A separação e a interdependência dos órgãos de soberania;
m) A fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas;
n) A independência dos tribunais;
o) A autonomia das autarquias locais;
p) A autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

As etapas e as tácticas da ofensiva anticonstitucional

Imprensa, lançamentos de livros, entrevistas (muitas!) na televisão, debates, comentários, mesmo provocações – eis lançada em grande estilo a ofensiva contra a Constituição da República Portuguesa promulgada em 1976.

Estamos perante alguma coisa de novo? Não e sim! Novo não é o ataque à lei fundamental do país: durante a sua feitura, antes da sua promulgação, a partir dessa data, desde sempre, a Constituição tem sido alvo de ataques dos mais variados tipos. Mas existe novidade na forma **e no** volume **da ofensiva agora desencadeada.**

Ainda antes da promulgação da Constituição – convém recordar agora – as forças reaccionárias conduziram, continuando todos os esforços que haviam desenvolvido durante os trabalhos da Constituinte para destruírem o alcance democrático e progressista da Lei Fundamental, uma ofensiva que se pode dividir em quatro fases sucessivas.

● Primeiro tentaram introduzir no próprio texto a possibilidade da revisão logo na primeira legislatura da Assembleia da República. Confiantes que estavam na vitória das forças da direita nas primeiras eleições realizadas depois do 25 de Novembro, PPD e CDS tudo fizeram para abrir possibilidade de que um parlamento onde contavam ter a maioria introduzisse as modificações que na Constituinte não haviam conseguido impor.

● Falhado este esforço, eis a campanha para que a Constituição fosse submetida a referendo. Em 30 de Dezembro de 1975, na "Proposta de Revisão do Pacto", o PPD propunha que se realizasse um referendo "nos 15 dias imediatos ao decreto da aprovação da Assembleia Constituinte". Apesar de todos os esforços, também esta manobra falhou.

● Seguiu-se a ofensiva para – como se assinala em "A Revolução Portuguesa, Passado e Futuro" – "precipitar uma alteração na Presidência da República, com a esperança de que um outro Presidente não promulgasse a Constituição". Foi o período dos ataques mais soezes e caluniosos contra o general Costa Gomes, das campanhas visando o seu afastamento ou a sua renúncia.

● E, como a berraria da imprensa fascista se revelava insuficiente para provocar uma modificação em Belém, "as forças reaccionárias desenvolveram uma intensa actividade de conspiração, fazendo pairar na cena política uma ameaça de um golpe de força".

Tudo isto porém falhou e, a 2 de Abril de 1976, o Presidente Costa Gomes foi a S. Bento, na aprovação pela Assembleia Constituinte da Constituição – tendo o CDS votado contra – e ali mesmo promulgou a Lei Fundamental.

Tinha falhado a última tentativa da direita que pretendera ainda fazer um compasso de espera entre a aprovação e a promulgação que lhe permitisse mais manobras. Terminava-se um ciclo para se iniciar outro.

A Constituição e a política do PS aliado à direita

Recusando os próprios resultados da votação para a Assembleia da República que haviam levado a S. Bento uma maioria de deputados de esquerda, o PS constituiu governo sozinho mas, como cedo se tornou evidente, essa política assentava numa aliança de facto com os partidos da direita e assumia as inerentes características. E a verdade é que, na prática governativa e na acção dos socialistas na AR, a ofensiva contra a Constituição encontrou expressões concretas e reais.

Ao longo do I e II governos e, por maioria de razões, no III com a participação do CDS, o PCP repetidamente denunciou diversas actuações que manifestamente colidiam com a Constituição, com o seu espírito e com a sua forma.

A ofensiva contra a Reforma Agrária e a aprovação da Lei Barreto, as desintervenções e devoluções de empresas ao patronato sabotador, a aprovação (com o apoio do PS) da Lei dos senhorios ricos (apresentada pelo PPD) que revogou a Lei do Arrendamento Rural, a lei da delimitação do sector público e privado, a acção do ministro Cardia do Ministério da Educação, a política de enfeudamento ao imperialismo nas suas expressões económicas e diplomáticas, para além de constituirem claríssimos atentados contra a democracia, o povo português e os intersses das classes trabalhadoras, foram na realidade **ataques à Constituição** na medida em que a contrariam, a esvaziam.

Comprovavam-se, aliás, as advertências que o PCP fizera acerca de o texto constitucional, "a par do reconhecimento em termos gerais das grandes conquistas revolucionárias", deixar "em aberto, para futuras leis regulamentadoras, possibilidades de alteração, contestação e desvirtuamento".

O próprio PS viria a admitir com o maior desplante esta sua posição face à Constituição. Há quinze dias, Jaime Gama declarava tranquilamente no "Diário de Notícias" que "sucessivas experiências governativas" **(leia-se: os governos PS, PS/CDS, Nobre da Costa e Mota Pinto/PPD)** "tiveram o bom senso de se afastar de uma leitura dogmática de alguns princípios programáticos do texto constitucional"!

Acerca da última "operação parlamentar" contra a Constituição – a aprovação da Lei sobre o ensino particular com o desvelado voto favorável do PS —, o comentarista do "Expresso" Marcelo Rebelo de Sousa (que, por sinal, é "conselheiro constitucional" de Sá Carneiro...) escrevia este mimoso e clarificador trecho:

"O outro facto político, mais significativo ainda, traduz-se na aprovação de uma lei que vem consagrar um direito em termos que os constituintes não ousaram acolher.

"Ou seja, três anos depois de entrada em vigor da Constituição, ficou patente que há realidades sociais e políticas tão fortes que sobrevivem a enquadramentos constitucionais e acabam por fazer vingar os seus contornos essenciais."

A mudança qualitativa e o governo Mota Pinto/PPD

Conforme assinala o documento saído da última reunião do Comité Central do PCP, a ofensiva da reacção adquiriu no momento presente novos contornos que caracterizam uma mudança qualitativa na situação.

Papel significativo nas modificações que conduzem a esta alteração desempenha o novo cariz assumido pela ofensiva contra a Constituição.

Assim e por um lado, para além do prosseguimento de uma acção governativa contrária à Lei fundamental (ofensiva contra a Reforma Agrária, desintervenções, indemnizações, etc.), a realidade é que, através da acção do governo Mota Pinto/PPD se assiste ao esforço para "instaurar de facto no imediato na prática governativa uma situação anticonstitucional, em aberta violação dos princípios e das normas democráticas".

A própria existência do governo, constituído fora dos partidos e da Assembleia da República é já de si um facto anómalo e preocupante; mas, para além disso, o governo legisla sobre matérias em moldes abertamente contra a Constituição (o caso das Comissões de Trabalhadores da Função Pública, por exemplo), afirma com todo o descaramento ir produzir diplomas sobre matérias em estudo na AR **(ver na pág. 4 o protesto parlamentar sobre este assunto)**, ignora ostensivamente os pareceres de órgãos constitucionais como os Conselhos da Rádio, da RTP e da Imprensa na ofensiva desencadeada pelo ministro Proença de Carvalho, apoia as manobras da direita contra a Constituição (auxílios dados ao Congresso da CIP/CAP/CCP pelos ministérios), desencadeia agora a grande operação para bloqueamento da aplicação de uma lei aprovada pela AR (a das Finanças Locais), etc.

Isto para não falar da arrogância candongueira do Primeiro Ministro exuberantemente manifestada na sua intervenção de segunda-feira...

Trata-se na verdade de, desde a formação à acção, assegurar uma forma de actuação a um órgão de soberania – o governo, o Executivo – realmente fora do quadro constitucional, **impondo** pela prática o esvaziamento, a inoperatividade dos preceitos constitucionais, assegurando que **antes de a destruir, a Constituição não funcione** para depois afirmar que ela não serve. Se necessário recorrendo ao "acatamento coercivo da legalidade" a que o "Goverrrrrrrrmo" não gosta que se chame repressão...

Tornar a revisão uma coisa assente desde já

Por outro lado, o Comité Central do PCP assinala ainda que entre os objectivos fundamentais da reacção se destaca "preparar, num autêntico golpe de Estado, a revisão inconstitucional da Constituição, excedendo ilegalmente os limites e os processos constitucionais da revisão e impondo (por métodos antidemocráticos, como seria um referendo ou eleições falseadas) uma Constituição reaccionária que liquidasse o regime democrático português".

Esta preparação aí está e podemos assinalar-lhe quatro traços essenciais:

● **uma intensa campanha de propaganda, recorrendo a quantos órgãos de comunicação a direita pode usar ou influenciar. Através desta ruidosa acção pretende-se generalizar a *questão revisão, introduzi-la* pela repetição no quotidiano como se de coisa natural e óbvia se tratasse.**

Um episódio significativo: na comunicação à imprensa realizada acerca da última reunião do CC, um jornalista pergunta ao secretário-geral do PCP o que pensa o Partido acerca "da revisão constitucional em curso"! O camarada Álvaro Cunhal respondeu naturalmente que "não há nenhuma revisão constitucional em curso, o que há é uma campanha de propaganda visando a alteração da Constituição"!

Na verdade, trata-se de ganhar tempo: uma revisão constitucional terá que aguardar a eleição de nova Assembleia da República e a própria eventualidade da revisão condicionada pelos resultados dessa eleição. A revisão é **possível** dentro de certos limites, mas não é **obrigatória**! Mas pretende-se criar a ideia de que "já está em curso"...

● **o esforço para criar "argumentos" que tornam necessária a revisão.** Avultam para já dois.

Em tons diversos, a "necessidade da adequação" da Constituição à realidade portuguesa, a "necessidade" de fazer da Constituição um "factor de aglutinação" do povo português. Sá Carneiro afirma que é necessário que "a Constituição passe a ser um dado indiscutível e natural da vida colectiva de milhões de cidadãos portugueses"; Jaime Gama concorda que "a revisão constitucional (...) deve contribuir (...) para estabelecer o consenso democrático máximo entre forças políticas e sociais representativas".

O segundo vem da "opção europeia" da democracia portuguesa, das necessidades "impostas" pela adesão ao Mercado Comum. Para além do carácter revoltante sob o ponto de vista patriótico que adquire este raciocínio de termos de alterar a **lei fundamental portuguesa** porque ela não estar de acordo com o estabelecido entre os **governos da Europa capitalista**, há uma curiosa questão de fundo nesta argumentação. Afirma-se que, para que as negociações de adesão de Portugal à CEE, já iniciadas e em curso, possam prosseguir, é necessário remover esse obstáculo que é a Constituição aprovada pelo povo português; donde, forçoso é concluir que essas negociações já encetadas e em curso estão em contradição com a Constituição **que está em vigor!** Ou seja: comprometeu-se o povo português numa política contrária à Constituição por ele aprovada e pretende-se agora alterar a Constituição para que ela concorde com uma política que o povo português não aprovou – nem lhe serve!

● **o terceiro traço é a constituição de bases orgânicas de apoio à revisão, fazê-la surgir como exigência de "forças sociais".** Naturalmente que isto prende-se com o esforço muito mais geral de organizar a direita e as forças do capital e a revisão constitucional surge também como elemento aglutinador. É, muito especialmente, o caso do I Congresso das Actividades Económicas, onde CIP, CAP e CCP pretendem colocar a alternativa programática à democracia constitucional e assumir a vanguarda do apoio à revisão constitucional.

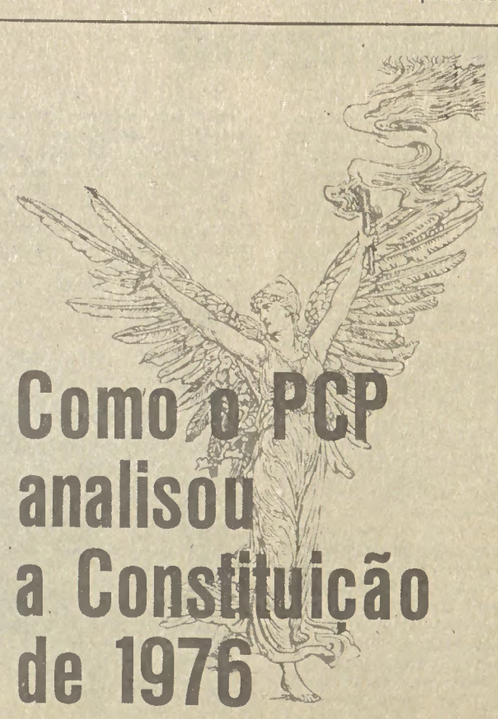
● **finalmente, a passagem a "factos concretos", mediante a apresentação de "projectos".** Sá Carneiro toma aqui a iniciativa mediante a apresentação do seu "contributo" rodeado de intensa promoção publicitária. O fito é claramente criar uma "realidade" que possa polarizar o debate político, assegurar que o debate se vá gerar **não em torno da Constituição que existe, mas do projecto de revisão PPD.** O aspecto formal do surgimento do "contributo" de Sá Carneiro apoia a instalação da questão na vida política e aqui também a referida reunião do PCP com os órgãos de informação produziu um facto sugestivo: um jornalista pergunta ao camarada Álvaro Cunhal se, considerando que Sá Carneiro apresentara já o seu projecto de revisão constitucional, os outros partidos não teriam de apresentar o seu num prazo de 15 dias! É esclarecedor: trata-se de uma confusão na base do art.º 288 da Constituição que prevê que:

– "a iniciativa da revisão compete aos deputados" (naturalmente, da próxima legislatura), coisa que Sá Carneiro – como obviamente ainda ninguém... – não é!

– "apresentado um projecto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de trinta dias".

É assim um resultado da campanha que pretende "institucionalizar" desde já a revisão constitucional, criar um dado de facto que possa "legitimar" pelo "consenso" uma alteração obtida mais tarde, se necessário, pelos moldes golpistas e antidemocráticos que o PCP denuncia.

Em 2 de Abril de 1976, o então Presidente da República, general Costa Gomes promulgava no Parlamento a Constituição



Como o PCP analisou a Constituição de 1976

O maior mérito da Constituição é traduzir, não apenas o resultado dos trabalhos da Constituinte, mas o resultado da luta do povo português e de todas as forças revolucionárias. (...).

Sem dúvida que na própria Constituição se reflecte a composição política da Assembleia, as vacilações de alguns sectores e o peso de elementos reaccionários e conservadores. Em vários casos, a par do reconhecimento em termos gerais das grandes conquistas revolucionárias, logo se deixam em aberto, para as futuras leis regulamentadoras, possibilidades de alteração, contestação e desvirtuamento.

Entretanto, no fundamental, graças à maioria de socialistas e comunistas existente na Constituinte e graças à luta das forças revolucionárias (populares e militares) que se fez sentir em toda a vida nacional (incluindo na Constituinte), a Constituição acabou por reconhecer as conquistas essenciais da Revolução e por, em termos gerais, institucionalizar as situações de facto criadas pela luta revolucionária.

A Constituição, no essencial, é democrática, é progressista e institui um regime ao qual são inerentes, nos termos da própria Constituição, as grandes transformações e realizações revolucionárias do povo português depois do 25 de Abril.

A Constituição reflecte a libertação da ditadura e a condenação do fascismo. (...).

A Constituição consagra as liberdades democráticas, e desenvolve-as amplamente, estabelecendo o princípio da não descriminação. (...).

A Constituição estabelece a irreversibilidade da eliminação dos monopólios e dos latifúndios.

Estabelece que «todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras». (...).

A Constituição consagra como uma «incumbência prioritária» do Estado e realização da Reforma Agrária. (...).

A Constituição consagra o controlo operário e os direitos dos trabalhadores alcançados desde o 25 de Abril. (...).

A Constituição consagra as Comissões de Trabalhadores como instrumentos da defesa dos seus interesses, para a «intervenção democrática na vida das empresas» e sua «mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores». (...).

A Constituição consagra o processo de descolonização e a luta libertadora dos povos outrora submetidos ao colonialismo português, reconhecendo «o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo». (...).

A Constituição consagra, como inerente à democracia portuguesa, o caminho do socialismo. (...).

O próprio conteúdo da Constituição explica a energia e o desespero da luta que contra ela moveram e movem as forças reaccionárias. (...).

O respeito pela Constituição tornou-se um factor de consolidação e de útil e necessária estabilização do regime democrático.

O respeito pela Constituição tornou-se um ponto essencial do comportamento político de vastos sectores, tanto civis como militares.

Além da lei fundamental, a Constituição tornou-se, numa situação política muito instável, uma plataforma para a reunificação das forças da democracia e do progresso social.

Álvaro Cunhal — *«A Revolução Portuguesa Passado e Futuro – Relatório do Comité Central ao VIII Congresso do PCP».*